

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ESPECIALIDADES: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO**

**PRISCILA CAVALCANTE DO AMARAL**

**MAR DE SENTIDOS.  
A METÁFORA NO ENLAÇAMENTO COM A SUBJETIVIDADE E O  
IMAGINÁRIO NA CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICANTE “MAR”**

Porto Alegre/Rio Grande do Sul  
2013

**PRISCILA CAVALCANTE DO AMARAL**

**MAR DE SENTIDOS.  
A METÁFORA NO ENLAÇAMENTO COM SUBJETIVIDADE E O  
IMAGINÁRIO NA CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICANTE “MAR”**

Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem para obtenção do título de Mestre em Letras, na especialidade Teorias do Texto e do Discurso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Leandro Ferreira

Porto Alegre/Rio Grande do Sul  
2013

## CIP - Catalogação na Publicação

Amaral, Priscila Cavalcante do  
Mar de Sentidos. A metáfora no enlaçamento com a  
subjetividade e o imaginário na construção do  
significante mar / Priscila Cavalcante do Amaral. --  
2013.  
110 f.

Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de  
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Metáfora Discursiva. 2. Análise do Discurso.  
3. Materialidade dos Sentidos. 4. Significante. 5.  
Mar. I. Leandro Ferreira, Maria Cristina , orient.  
II. Título.

**PRISCILA CAVALCANTE DO AMARAL**

**MAR DE SENTIDOS.  
A METÁFORA NO ENLAÇAMENTO COM A SUBJETIVIDADE E O  
IMAGINÁRIO NA CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICANTE “MAR”.**

Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem para obtenção do título de Mestre em Letras, na especialidade Teorias do Texto e do Discurso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras.

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Lucília Maria Sousa Romão  
Universidade de São Paulo - USP

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Aracy Ernest Pereira  
Universidade Católica de Pelotas - UCPEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Solange Mittmann  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Porto Alegre/Rio Grande do Sul  
2013

*A Guilherme e seu deslumbramento pelo mar.*

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Professora Maria Cristina Leandro Ferreira, que me acolheu com suas palavras de incentivo e de afeto desde o dia em que foi convidada “espontaneamente”, no corredor, após uma aula, a ser minha orientadora. A Kitty agradeço a atenção carinhosa, cuidadosa e crítica dispensada ao longo desta pesquisa.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Marilei Grantham, por ter me apresentado a Análise de Discurso, por ter me incentivado a seguir nas sendas do discurso e pelo carinho a mim dispensado.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Tatiana Schwochow Pimpão, por ter inculcido em mim o gosto pela pesquisa.

As professoras doutoras Solange Mittmann e Ana Zandwais, pela participação fundamental em minha formação como analista de discurso.

A Luciana Lost Vinhas, minha companheira neste percurso na Análise de Discurso. A Luciana agradeço a parceria nas aulas, nos eventos, as conversas no D43 e a escuta nos momentos de angústia e ansiedade.

A Ingrid Caseira, pela atenção, pelas palavras de carinho, pelas ideias e conversas, assim como pela grande ajuda no momento final. Obrigada, Ingrid!

A Julia Lorenzetti, pela amizade, pelas palavras de incentivo, pelo carinho nessa difícil vida de mestranda.

Aos meninos da minha vida, Eduardo e Guilherme, pela paciência, e por, mesmo nas longas ausências, lá estarem eles, ao telefone! Para vocês, o meu amor.

A Taise, minha grande amiga, por me fazer crer capaz.

À família, pela ajuda em todos os momentos e sentidos.

Ao PPG Letras da UFRGS e à possibilidade de estudar em uma universidade pública e gratuita – contando, ainda, com o fomento da CAPES ao longo dos 24 meses de Mestrado; sem essa ajuda, teria sido inviável a realização deste estudo.

Aos amigos que aturaram e entenderam meu mau humor nos últimos meses.

Aos meus alunos pescadores, que contaram muitas coisas sobre o mar.

Ao pessoal do NEMA, pelas conversas e indicações de leituras referentes ao mar.

A todos os que, de certa forma, viveram comigo esse período, no mínimo esquisito, de minha vida.

Ao Mar, por existir transbordando sentidos.

*Não é nenhum poema  
o que vos vou dizer  
Nem sei se vale a pena  
tentar-vos descrever  
O mar  
O mar*

*[...]*

(Madredeus)



## RESUMO

A presente pesquisa ousa abordar o mar – enquanto materialidade discursiva – a partir do enlaçamento entre o processo metafórico discursivo, a subjetividade e o imaginário, entendidos aqui como constitutivos da significação. O objetivo deste estudo é compreender como o significante “mar” é produzido pelo sujeito ao mesmo tempo em que produz no sujeito sentidos outros. A fim de alcançar tal intento, elege-se como objeto de estudo o mecanismo metafórico, mais especificamente seu trabalho de interface entre o inconsciente e a ideologia, explorando assim o que *insiste*, mas não *consiste* na significação. Para tanto, o primeiro capítulo versa sobre a Análise de Discurso (AD), teoria na qual se embasa esta pesquisa. Nele, discorre-se sobre algumas noções teóricas imprescindíveis para as questões trabalhadas ao longo deste estudo, assim como se apresenta o *corpo discursivo* e a metodologia. O segundo capítulo está dedicado à “Metáfora discursiva”, desenvolvida e pensada por Michel Pêcheux. O terceiro aborda a interface psicanalítica em seu atravessamento no escopo teórico-analítico da AD. O quarto capítulo apresenta o significante “mar” a partir de sua produção histórico-social. Nele, observa-se o processo de subjetivação ao que o mar e os sujeitos estão submetidos. Esses processos, quando analisados, permitem pensar o lugar da “inadequação do imaginário ao objeto no homem” (HENRY, 1992, p. 176), o lugar onde o sentido pode ser outro, lugar, portanto, em que a metáfora reside. E também permite compreender o lugar que o sujeito assume diante do significante “mar”; lugar de resistência ao estranho, de fronteira entre um real que não se sabe, mas que existe, produzindo sentidos outros, e um imaginário que abarca uma realidade produzida historicamente.

Palavras-chave: mar - metáfora discursiva - análise de discurso – significante – materialidade dos sentidos

## RESUMEN

La presente investigación se atreve a abordar la mar —como materialidad discursiva— a partir del entrelazamiento entre el proceso metafórico discursivo, la subjetividad y el imaginario, entendidos como constitutivos de la significación. El objetivo de este estudio es comprender cómo el significante «mar» es producido por el sujeto al mismo tiempo en que produce en el sujeto sentidos otros. Con el fin de alcanzar tal intento, se eligió como objeto de estudio el mecanismo metafórico, más específicamente su trabajo de interface entre el inconsciente y la ideología, explorando así lo que insiste, pero no consiste, en la significación. El primer capítulo versa sobre el Análisis del Discurso (AD), teoría en la que se fundamenta esta investigación. En él, se discurre acerca de algunas nociones teóricas imprescindibles para las cuestiones trabajadas a lo largo de este estudio, así como se presentan el cuerpo discursivo y la metodología. El segundo capítulo se dedica a la «Metáfora discursiva», desarrollada y pensada por Michel Pêcheux. El tercero aborda la interface psicoanalítica en su cruce en el objetivo teórico-analítico del AD. El cuarto capítulo presenta el significante «mar» a partir de su producción histórico-social. En él, se observa el proceso de subjetivación a que la mar y los sujetos están sometidos. Tales procesos, cuando analizados, permiten pensar el lugar de la “inadecuación del imaginario al objeto en el hombre” (HENRY, 1992, p. 176), el lugar en el que el sentido puede ser otro, lugar, por lo tanto, en el que reside la metáfora. Y también permite comprender el lugar que el sujeto asume ante el significante «mar»; lugar de resistencia a lo extraño, de frontera entre un real que no se sabe, pero que existe, produciendo sentidos otros, y un imaginario que abarca una realidad producida históricamente.

Palabras clave: mar - metáfora discursiva - análisis del discurso – significante – materialidad de los sentidos

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nó borromeano .....	20
Figura 2 - Efeito metafórico .....	54
Figura 3 - Metáfora discursiva como processo .....	57
Figura 4 - Utilização metafórica nos padrões da psicanálise .....	59
Figura 5 - Buquê invertido .....	68
Figura 6 - Ponto de basta .....	76
Figura 7 – Barra metonímica .....	86

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: LANÇANDO-SE AO MAR.....</b>	<b>13</b>
<b>1. EM BUSCA DA TEORIA DISCURSIVA: NAVEGANDO EM ÁGUAS REVOLTAS</b> .....	<b>17</b>
1.1 A disciplina de entremeio .....	18
1.2 A metodologia e o objeto de estudo.....	25
<b>2. ÀS VOLTAS COM A METÁFORA DISCURSIVA .....</b>	<b>36</b>
2.1 A metáfora e o efeito metafórico: algumas observações .....	37
2.2 A semântica e o discurso: observações sobre o conceito de valor e o que ele pode acrescentar à metáfora .....	44
2.3 A metáfora encontra a matriz dos sentidos: ou sobre a reconfiguração do processo discursivo .....	46
2.4 No cruzamento de todos os caminhos, a metáfora irrompe como processo sócio-histórico.....	49
2.5 A metáfora merece que se lute por ela: um pouco sobre o estar à deriva .....	59
<b>3 APORTANDO NA PSICANÁLISE: O LUGAR DA INTERFACE.....</b>	<b>65</b>
3.1 Em direção à psicanálise (ou sobre o lugar da falta) .....	66
3.1.2 O sujeito do inconsciente no trabalho da forma-sujeito .....	73
3.1.3 “O real que ex-siste, o simbólico que insiste e o imaginário que consiste”.....	77
<b>4 NA IMENSIDÃO AZUL: A INVENÇÃO DO MAR.....</b>	<b>80</b>
4.1 Caminhando pelas marismas ou sobre os discursos estabilizados das ciências do mar ...	84
4.2 As metáforas do mar desestabilizando as “coisas-a-saber” .....	88
<b>NA VIRAGEM, A CHEGADA DE UMA NOVA CORRENTE MARINHA: A METÁFORA COMO PROCESSO .....</b>	<b>92</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>106</b>

## LANÇANDO-SE AO MAR

*Uma língua é o lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar. (Vergílio Ferreira).*

Viver próximo ao mar, não um mar de tipo calmo, de águas amigáveis, quentes e transparentes, mas um mar de caráter revoltoso e gelado, produziu em nós certa inquietação, inquietação essa que nos desafiou a investigar o funcionamento dos discursos sobre o mar, mais precisamente os efeitos de sentido desses discursos em relação às metáforas produzidas por sujeitos que trabalham no mar, que contemplam o mar e que o estudam. Assim, envoltas nas redes de sentidos do significante “mar” fomos instadas a observar a maneira como os sujeitos enunciadores (re)significam o mar e como essas (re)significações causam estranhamento na medida em que apontam um desconforto quando postas em relação com uma normalidade, isto é, com um imaginário científico que, organizado em um mundo logicamente estabilizado das ciências do mar, não encontraria nas metáforas e, logicamente, nos sentidos aí presentes um modo adequado de falar do/sobre o mar.

Nesse ínterim, percebemos que, dado o objeto de nosso estudo, seria necessário teorizar sobre a noção de metáfora, uma vez que o tratamento dispensado a essa noção na área de letras a coloca como uma figura de linguagem que trabalha o sentido apenas na face figurada dos termos. Tal entendimento poderia não dar conta de nos ajudar a explicar o que estamos observando no funcionamento das metáforas do mar, a saber, a questão do imaginário que se estabelece entre o mar e os indivíduos, estes últimos como agentes da história.

Com isso, ao refletirmos sobre nosso objeto, algumas questões se impuseram a nós, dentre as quais: como se produz o significante mar? Qual é a relação da metáfora nessa produção, uma vez que é nela que os sentidos se movem? Quais rastros seguir na materialidade da língua para apreender o significante “mar”? Dessa forma, ao colocar-se para nós como uma materialidade, o mar trouxe-nos muitas questões, mas, talvez, a premente para a reflexão que estamos propondo seja: é possível considerar a metáfora discursiva como um processo? E, mais, o que há nesse processo de efeito do imaginário?

Assim, fisgadas por essas indagações e buscando aquietá-las, elegemos o aporte teórico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, pelas contribuições de Michel Pêcheux e o olhar psicanalítico de J. Lacan, na medida em que ambos nos permitem observar – como analistas de discurso que somos – os sujeitos e os sentidos a partir de sua constituição. Com Pêcheux, somos autorizadas a investigar como as metáforas do mar afetam a estabilidade da noção de mar proposta pelas ciências marítimas à medida que passam a representar a materialidade de um discurso outro sobre o mar. Com Lacan, podemos observar o domínio do inconsciente, como lugar do Outro, onde “se situa a cadeia do significante que comanda tudo o que vai se presentificar do sujeito” (1995, p.193-194) e, como acrescenta Pêcheux (2009, p. 240), dos sentidos.

Da perspectiva que visamos explicitar, sujeito e sentido são postulados em suas relações com o inconsciente, pois, para nós, não há sentido sem sujeito, nem sujeito sem inconsciente; lembrando a reflexão de Robin (apud ECKERT-HOFF, 2008, p. 42), o sentido jamais está colado à palavra, o sujeito busca sempre restituir a adequação imaginária entre as palavras e as coisas, entre a presença e a ausência, entre o que falta e o que excede. Aproximando essa observação da definição lacaniana de inconsciente, podemos dizer que há uma dominação do sujeito pelo significante que o predetermina lá mesmo onde ele crê escapar a toda determinação de uma linguagem que ele pensa controlar, pois sempre o dito vai além do querer dizer, sempre há um descontrole.

Assim, consideramos ser a metáfora um dos processos de adequação que irrompem no discurso a partir desse “não controle” e, em face disso, pensamos que as metáforas sobre o mar, ao introduzirem um enunciador outro que desestabiliza o universo lógico das coisas-a-saber,<sup>1</sup> permitem-nos observar o modo como o sujeito do discurso, ao ocupar o lugar social daquele que trabalha no mar ou daquele que contempla o mar, enuncia a partir de uma posição-sujeito no interior da formação discursiva (FD) com a qual se identifica. E, na medida em que se identifica, constitui e é constituído por um **imaginário**– entendido aqui, a partir de Lacan, como uma relação especular dual (que *consiste*) – que, por um lado, é continuamente submetido à invasão do **real**, isto é, do que *ex-siste*, do que é impossível de ser simbolizado, e, por outro lado, é reconstituído pelo **simbólico**, ou seja, por aquilo que *insiste* (saber do inconsciente/saber que não se sabe).

---

<sup>1</sup>As “coisas-a-saber” são entendidas aqui, a partir de Pêcheux (2008, p. 34), “como reservas de conhecimento acumuladas, máquinas-de-saber [...] um real do qual ‘ninguém pode ignorar a lei’”.

A partir dessas noções lacanianas, entendemos que os discursos sobre o mar são reflexos do imaginário que se manifestam em um ser falante, isto é, um ser *falante* (parlêtre) sujeito a falhas que se move entre a incompletude e o desejo de ser completo. Dessa forma, as palavras desses sujeitos funcionam como sintomas passíveis de escuta e, diante disso, de acordo com Coutinho Jorge (2011, p. 81), Lacan assimilará o Significante, isto é, *a representação de um sujeito para outro significante* (1982, p.195), à **enunciação** e assimilará o **enunciado** ao ponto concreto do discurso no qual vêm atar-se o significante e o significado.

Com isso, estamos considerando “mar” como um significante que coloca em cena a contradição (a alteridade), a falha que há entre o imaginário logicamente estabilizado e o real que nos constitui e que se expressa a partir do lugar da discordância, isto é, do ponto da “inadequação do imaginário ao objeto no homem” (HENRY, 1992, p. 176), lugar onde o sentido pode ser outro e onde a metáfora reside. Por isso, para compor nosso corpus experimental, constituímos um enunciado morfossintático composto por um sintagma nominal e um verbo de ligação: “Mar é...”; tal forma fornece-nos uma lista de possíveis e impossíveis significados a partir de uma palavra.

Em função dessas inquietações, nosso trabalho ganhou o seguinte arranjo:

No primeiro capítulo, desenvolvemos algumas considerações sobre a teoria da Análise do Discurso que sustenta nossa prática analítica e apresentamos nosso objeto de estudo, “Os discursos sobre o mar”. Discorremos sobre o gesto de definir o mar como *significante* e, a partir disso, configuramos o *corpo discursivo*, detalhando as condições de coleta, o recorte feito e o percurso a ser seguido.

No segundo capítulo, passamos a escrever sobre a construção da metáfora como processo discursivo. Para isso, percorremos a teoria pecheutiana destacando em cada uma das suas fases o tratamento dispensado a essa noção. Ao longo do texto, empreendemos algumas análises a fim de compreender o funcionamento da metáfora. Nessas análises, observamos os sentidos à deriva, que tinham relação com o lugar ocupado pelo sujeito enunciativo, a partir de seu vínculo com a configuração da formação discursiva à qual se filia e com a posição-sujeito com a qual se identifica. Nesse capítulo, também tratamos das noções de formação discursiva, interdiscurso e intradiscurso, situando o funcionamento desses últimos nos eixos da constituição (memória) e da formulação (atualidade) propostos por Courtine (2009); tais noções levaram-nos a teorizar sobre a metáfora discursiva em seus três estágios. Por fim,



considerando que a metáfora discursiva atua diretamente sobre o imaginário das ciências marítimas, discorreremos, neste capítulo, sobre as coisas-a-saber do mundo normalizado.

A partir desse voo teórico, no terceiro capítulo, tentamos situar as investidas de Pêcheux na psicanálise, isto é, buscamos expor o inconsciente estruturado em seu funcionamento dentro do discurso, assim como o funcionamento da forma-sujeito a partir do sujeito intervalar, cindido, proposto J. Lacan. Portanto, aventuramo-nos a trabalhar no espaço conflituoso do *entremeio*. Ainda neste capítulo, retomamos a tríade real/simbólico/imaginário apropriada por Pêcheux, fazendo-a significar em nosso trabalho.

O quarto capítulo marca nosso mergulho no mar, assim como a aplicação mais precisa de nossa teorização sobre a metáfora discursiva. Neste ponto de nosso texto exploramos os sentidos que a maré nos traz. Iniciamos situando a construção do significante “mar”, na sequência discorreremos sobre a chegada do homem à praia e, a seguir, escutamos alguns marulhos pela análise de alguns enunciados. Também neste capítulo, caminhamos pelas marismas das “coisas-a-saber” das ciências marítimas.

Após essas colocações e teorizações, chegamos a um fechamento temporário, cientes de que há muito, ainda, para ser dito sobre a metáfora discursiva. O que empreendemos aqui foi um gesto, um gesto de *ousadia* instigado por Pêcheux (2009, p. 281), pois, autorizadas e motivadas por sua proposta, “resolvemos ousar pensar por nós mesmas”.

## 1 EM BUSCA DA TEORIA DISCURSIVA: NAVEGANDO EM ÁGUAS REVOLTAS

Navegar nas águas da Análise de Discurso (AD) pecheutiana implica margear sempre uma fronteira tênue e esgarçada entre a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico, haja vista que é no interior da relação entre esses saberes que a Análise de Discurso se constitui, mas não como uma quarta alternativa que se somaria a essas propostas e, sim, como uma intervenção que faz trabalhar as contradições pensadas em suas relações.

Desse modo, ocupar o lugar de analista do discurso significa tomar a linguagem como prática, isto é, nos termos de Pêcheux (2009, p.22), como “uma prática linguística inscrita no funcionamento de uma dada formação ideológica”, sem a qual não se poderia pensar a referência à história, ou seja, o efeito das relações de contradição imersas em uma formação social dada, assim como não seria possível refletir sobre o funcionamento ideológico na constituição do sujeito.

Portanto, neste estudo, ao mobilizarmos o escopo teórico pecheutiano, agimos cientes de que estamos lidando incessantemente na fronteira entrelaçada entre língua e discurso e na dissimulação indestrinçável, indeslindável entre a ideologia e o inconsciente, ambos imersos em uma conjuntura histórica, configurando, assim, o sentido em seu caráter material.

Em decorrência disso, a discussão sobre a metáfora que propomos aqui gira em torno da existência material dos sentidos e dos sujeitos, ou seja, ela atua na relação de confronto entre o simbólico, o histórico e o real, pois pelo intermédio deles podemos observar as práticas discursivas no interior das quais os saberes circulam e são apropriados em diferentes discursos, que expressam, a partir do trabalho de (re)formulação das *redes discursivas*, *sentidos outros* ou *sentidos mesmos*. *Sentidos outros* como resultado de um processo polissêmico que, por uma relação de tensão entre sentidos (cruzamentos, atravessamentos, deslizamentos e rupturas), estabelece o diferente sobre o mesmo. *Sentidos outros* como resultado de uma relação de metáfora, na qual uma palavra é tomada pela outra, produzindo o mesmo e o diferente. Com isso, percebe-se que na AD temos duas formas de fazer ressoar os discursos; entretanto, neste trabalho, deter-nos-emos no funcionamento da segunda forma.

Posto isso, passamos às colocações iniciais acerca da teoria que sustenta nossa empreitada e iniciamos o mergulho no quadro teórico que será mobilizado durante a produção

do texto. Também explicitaremos a metodologia que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

### 1.1 A DISCIPLINA DE ENTREMEIO

*No encontro de vários “continentes”, mesmo se a tentação da grande construção foi viva em certo momento, não produziu nem síntese, nem sistema, mas deslocamentos e questionamentos (MALDIDIER, 2003, p.15).*

A Análise de Discurso (AD) de linha francesa surge em meio à conjuntura intelectual do estruturalismo do final dos anos 60, articulada por um grupo de pesquisadores liderados por Michel Pêcheux. Desde o seu início, a AD caracteriza-se por um viés crítico que abre campos de questionamentos e rupturas que colocam em pauta a transparência dos sentidos. Dessa forma, a AD faz-se ao pôr em questão as noções de sujeito, de indivíduo, de língua, de história e de interpretação presentes no formalismo linguístico, então vigente. Como se vê, trata-se de um saber que reúne e desloca as noções de língua-sujeito-história, construindo um objeto próprio, o discurso, o qual, como posto por Maldidier (2003, p. 15), “parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó”.

E para trabalhar esse objeto – o discurso – Pêcheux o articula a outras áreas do conhecimento científico, a saber: o materialismo histórico, a linguística e as teorias do discurso, todas atravessadas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica),<sup>2</sup> constituindo, então, o tripé que sustenta seu empreendimento teórico de disciplina de interpretação e que coloca para a questão da leitura a relação com o outro:

[...] é porque há o outro nas sociedades e na história correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, a existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais, em redes de significantes. [...] a descrição de um enunciado coloca necessariamente em jogo o discurso-outro como espaço virtual da leitura desse enunciado ou

---

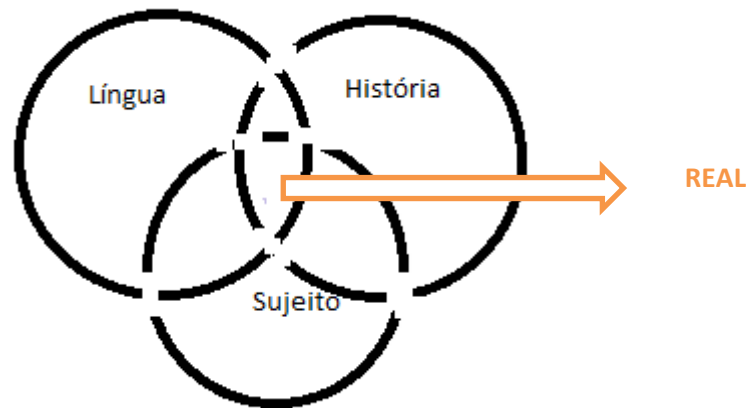
<sup>2</sup> O atravessamento (de natureza psicanalítica) no quadro teórico da AD metaforiza a divisão do sujeito, que se encontra submetido, tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam, visto que é preciso considerar que existe, tanto uma não consciência, quanto um inconsciente, ou seja, que, de um lado, o sujeito ignora, não controla o que enuncia e, de outro, ele não é a fonte do que diz.

dessa sequência. Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica [...] (Pêcheux, 2008, p. 54-55).

Destarte, o que está posto em causa com essa leitura-interpretação que tem o efeito-leitor como constitutivo da subjetividade é, justamente, que, ao “se deslocar da obsessão dicotômica (entendida como lógica do ou/ou) para o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc.” (Pêcheux, 2008, p. 50), passa-se a trabalhar com o “como”, ou seja, passa-se a uma prática de leitura na qual o *não dito* funciona a partir de uma *presença ausência* no *dito*, constituindo, igualmente, os sentidos das palavras. Dessa forma, ao interrogar-se sempre sobre o funcionamento, sobre o *como* dos discursos, a AD apresenta-se, nas palavras de Orlandi (2008, p. 21) “como uma *teoria da interpretação* no sentido forte”, isto é, uma teoria em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido, uma vez que ele nasce na alteridade, ou seja, na relação com o outro.

Daí a necessidade de o objeto teórico da AD – o discurso – funcionar, de acordo com Leandro-Ferreira (2005, p. 15), como “um objeto-fronteira, [...] que se constitui às margens das chamadas ciências humanas, entre as quais ele opera um profundo deslocamento de terreno” nos conceitos de língua, historicidade e sujeito.

Assim, a AD *desterritorializa* a noção de língua como objeto transparente, autônomo e imanente, presente na linguística, para a de uma língua, nas palavras de Leandro-Ferreira (2005, p.17) “da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, uma língua cuja historicidade está inscrita. É, portanto, a língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência”. É também a língua que incorpora o termo “real da língua”, trazido por Milner da psicanálise, para expressar essa incompletude, esse não todo tão seu; uma língua que tem em conta o sujeito, a história e o real (furo, falha que evidencia o inconsciente). Nesse sentido, para melhor aclarar o que estamos expondo utilizamos a seguinte figura formada a partir do nó borromeano pensado por Lacan para representar o aparato psíquico do sujeito. O nó, configurado por Lacan, constitui-se a partir da tríade Real, Simbólico e Imaginário (R, S, I). Deslocando-o para AD temos a seguinte articulação:



Como podemos ver, sob a noção de língua encontra-se um dos funcionamentos discursivos que mostram de que forma o exterior e o interior se entrelaçam configurando um processo constante cujo início e fim não é possível precisar, assim como o que é da língua e o que é externo a ela passam a ser inextricáveis. Não há mais como dicotomizar, os limites já não existem.

Seguindo nos deslocamentos, temos a noção de história, a qual intervém na língua, no processo de constituição dos sentidos. E, aqui, chamamos atenção para o verbo “intervir”, na medida em que ele nos diz algo mais sobre essa noção na AD, pois, para que a história intervenha, é preciso que ela não seja mera descrição mecânica, conteúdo dos episódios; se assim o fosse, estaríamos autorizadas a afirmar, parafraseando Paul Henry (2010, p. 23), “que a história não existe – e não poderia, então, ter sentido”, haja vista que seria um dado empírico, fechado. A AD, ao apropriar-se e (re)formular discursivamente essa noção, deslocou-a para uma formulação segundo a qual ela é constitutiva dos sentidos. Na visada discursiva, todo dado histórico é fato, ou melhor, é dado revestido de sentido, de circunstâncias. Dessa forma, não há fato ou evento histórico, escreve Paul Henry, *que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências*. Assim, a noção de história em seu fazer sentido afeta e é afetada pelo simbólico, permitindo-nos observar que os saberes sobre a língua não se reduzem à descrição e à análise das estruturas, mas abarcam a articulação entre discurso e história expressa na materialidade linguística, pois, sob a gramática, há história, há contradição.

Ainda sobre as fronteiras da AD, cabe aqui expormos a questão da mediação entre a ideologia (advinda do materialismo histórico, com Althusser) e a linguagem. É na releitura althusseriana que Pêcheux (re)encontra a noção de sujeito, até então desconsiderada pelo rigor

formal da linguagem, e a (re)introduz no campo da linguagem por uma via materialista. Tal via concebe o sujeito, não como o indivíduo (empírico) “senhor em sua morada”, mas como o que ocupa a *posição* de sujeito, na medida em que ele é constituído na/pela ideologia. Assim, um sujeito só o é enquanto sujeito interpelado, assujeitado ideologicamente. Isso significa que, na teoria discursiva, o sujeito não é *um sempre, um já dado*; ele é, sim, um *agente* – de acordo com Althusser – que se configura a partir de processos de imposição/funcionamento. Como nos explica Pêcheux (2009, p.123), o sujeito configura-se “na distinção entre as duas figuras articuladas do sujeito ideológico, sob a forma da identificação-unificação do sujeito consigo mesmo, de um lado, e a identificação do sujeito como universal enquanto discurso refletido, de outro”. Por conseguinte, na Análise de Discurso, o sujeito constitui-se a partir da relação com o Outro, com aquilo que lhe é exterior, que o interpela.

Mas a ideologia não está sozinha na constituição desse sujeito: ao lado dela, em um funcionamento indissociável e mútuo, encontra-se o inconsciente,<sup>3</sup> entendido aqui, não como o lugar da não consciência e, sim, como um saber, um lugar estruturado pelo simbólico, pela linguagem. Dessa forma, a constituição do sujeito e dos sentidos – como ficará mais claro ao longo do texto – lança-nos a outro lugar de fronteira, que nesta pesquisa nos interessa sobretudo para pensarmos o processo metafórico e que, para Pêcheux, foi o local de intensas buscas: o lugar da psicanálise. Essa zona, conforme Leandro-Ferreira (2005, p.22) “é a que causa mais estranhamentos e perturbações”, pois ela traz para o campo epistemológico da AD uma concepção de sujeito clivado, descentrado, efeito do significante que remete para outro significante, portanto, um sujeito de *natureza intervalar*. Como nos diz Marco Antônio Coutinho Jorge (2011, p.99), “o sujeito é esse entre significantes... esse ser, mas não inteiramente”; ou, na designação de Lacan, esse “ser não-todo”, o qual se constitui de forma clivada, *divisível*, entre um consciente e um inconsciente que habita. Assim, o sujeito entra na linguagem a partir da cadeia de significantes, já marcada pela falta, e isso permite a ele aceder de forma singularizada – com uma subjetividade própria – ao simbólico, isto é, à materialidade da língua.

Ao inserir-se na estrutura da linguagem, o sujeito nada sabe desse significante que falta, nem dos significantes que o determinam, na medida em que ele se encontra, sem o saber, aprisionado à teatralização da consciência. Pêcheux e Fuchs (2010, p.175-179)

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, referimo-nos ao inconsciente no sentido lacaniano. E o fazemos autorizadas pela revisão empreendida por Pêcheux em *Semântica e Discurso* (2009 [1975]), obra em que o autor pensa uma articulação conceitual elaborada entre ideologia e inconsciente.

pensando esse trabalho de encenação (subjetividade), apresentam-nos duas modalidades (não subjetivas), cuja função é sustentar os efeitos de sentido, o imaginário. A primeira modalidade consiste em uma ocultação parcial e compreende o *esquecimento nº 2*, ou seja, atua na zona da enunciação. Esse esquecimento se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente; o sujeito acessa conscientemente seu discurso a fim de formulá-lo mais adequadamente, e isso lhe dá a ilusão de estar na origem do seu dizer. A segunda modalidade consiste em uma ocultação total e está compreendida pelo *esquecimento nº 1*, o qual se configura como uma zona inacessível ao sujeito, sendo, por isso, constitutivo da subjetividade na língua. Nesse esquecimento tem-se um trabalho ideológico de natureza inconsciente, haja vista que a “ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma (e não somente distraída, escapando incessantemente a si mesma [...])” (Idem, *ibidem*).

Em outras palavras, ideologia e inconsciente, ou seja, essas “estruturas-funcionamentos”, como as nomeia Pêcheux em *Semântica e Discurso*, trabalham via dissimulação e, mesmo sendo distintas, possuem entre si um modo de constituição mútuo que as mantêm paradoxalmente interligadas. Essa relação paradoxal decorre do fato de que a “ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem ao assujeitamento nem à repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente” (Pêcheux, 2009, p. 278).

Assim, o inconsciente, tal como ele é convocado pela AD, apresenta-se com a forma de uma estrutura *não logicamente-estável*, é um *não sentido* que constitui os sentidos. Nas palavras de Pêcheux (2008, p.43), trata-se de “um saber que não se sabe, mas que existe produzindo efeitos”, ou seja, de um saber que não se reduz ao real como algo a *priori*, um real da ordem das coisas-a-saber presentes em um mundo lógico, estabilizado. É, sim, um saber que vem de um real constitutivamente estranho à univocidade, à homogeneidade.

Isso nos autoriza a dizer que a língua (simbólica), materialidade específica dos processos discursivos, tem, na AD, sua autonomia relativizada pelas noções de sujeito (ideológico/da falta) e de historicidade (condições de produção), até então postas de lado pelo formalismo logicista. Como escreve Pêcheux em seu texto “Especificidade de uma disciplina de interpretação” (2011, p. 228):

A posição epistemológica da análise de discurso conduz, então, a pensar na existência da língua não como um sistema (o software de um

órgão mental!), mas como um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades.

Dessa forma, a língua é o lugar material em que se realizam os discursos, ou seja, os efeitos de sentidos entre os interlocutores<sup>4</sup>. Tais efeitos são produzidos em determinada conjuntura histórica e, portanto, todo discurso funciona como a materialidade específica da ideologia haja vista que é somente na remissão a ela que podemos pensar o espaço contraditório de desdobramento das discursividades.

Na AD, então, os sentidos são tomados como “*efeitos de...*”, resultado de um processo que envolve ideologia e inconsciente. Isso nos leva a afirmar, baseando-nos em Pêcheux (2010, p. 81), que o *efeito de sentido* que se dá entre os *interlocutores* não é mera transmissão de informações, pois isso, de acordo com Indursky (1998, p.112), “implicaria entender que há um sentido prévio, único”, quando, na realidade, *os interlocutores* estão “realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de maneira estanque” (Idem, Ibidem). E este é um ponto vital de nossa pesquisa, na medida em que é no jogo do duplamente afetado e de sua inscrição na constituição dos sentidos que podemos pensar o *processo metafórico* como lugar de desestabilização da materialidade, na medida em que todo sentido tem uma sombra *linguístico-histórica, uma materialidade*, como aponta Pêcheux:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo”(isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 2009, p.147).

No entanto, é interessante frisarmos que, se as palavras, expressões e proposições mudam de sentido dependendo da posição ocupada pelo sujeito que as profere, as palavras e expressões *literalmente diferentes* podem, no interior de uma mesma formação discursiva<sup>5</sup> dada, “ter o mesmo sentido”. E aqui situamos a questão que nos impulsiona a pensar o “processo metafórico” na perspectiva discursiva. A questão da metáfora sempre acompanhou

<sup>4</sup>Neste trabalho, entendemos “interlocutores” não como o par “EU-TU”, que remete para um indivíduo e sim como aqueles que remetem para “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX; FUCHS in GADET; HAK, 2010, p. 81).

<sup>5</sup> Está noção será melhor trabalhada ao longo desta dissertação.



Pêcheux em sua busca pela compreensão do sentido, e foi na formulação empreendida por Lacan que ele encontrou um alento: “Uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora, que se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*” (PÊCHEUX, 2009, p. 239).

Assim, Pêcheux, ao apropriar-se da noção de metáfora, (re)formula-a à luz da teoria discursiva, dando a ela um caráter sócio-histórico que serve como fundamento da *apresentação* de objetos para sujeitos e não como uma simples forma de falar (Idem, p. 123). Nesse sentido, sendo o discursivo uma materialidade histórica sempre já dada, o que interessa para pensar a metáfora passa a ser, conforme Pêcheux (2011, p. 156), a *existência histórica da discursividade*, que se desenvolve em pontos de contradição. Daí a asserção:

[...] o sentido é sempre uma palavra, uma expressão, uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que “se revestem de um sentido”, não poderia ser predeterminada por propriedades da língua (sintaxe e léxico) [...] isso seria admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido [...] (Idem, ibidem, p. 239-240).

Desse modo, para a AD, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora e esta, por seu turno, realiza-se nos efeitos de substituição, nas paráfrases e nas formações de sinônimos. O sentido – podemos dizer – se produz pelo processo discursivo, isto é, o sistema de relações de substituição (paráfrases, sinonímias...) que funcionam entre elementos linguísticos “significantes” em uma formação discursiva dada.

Com isso, a produção dos sentidos é parte do processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos, assim como de sua identificação com uma determinada formação discursiva. No entanto, é preciso destacar que esse ritual de interpelação/identificação não é plano e apresenta falhas: da perspectiva da AD, sentidos e sujeitos são constituídos pelo equívoco, pelos lapsos e pelos atos falhos que emergem no discurso como derivas, como sentidos que deslizam.

Tais deslizamentos permitem observar uma relação determinada do sujeito (afetado pela língua), com a história, isto é, observar o jogo de atravessamentos de outras posições, de outros saberes, de outros discursos, pois o já-dito sustenta a possibilidade mesma de todo o

dizer. Logo, os sentidos, em AD, emergem do encontro da história com uma atualidade, desestabilizando, então, o aparentemente estável dos sentidos e fazendo com que eles caminhem em direção ao instável, levando à ruptura, ao equívoco, à transferência, enfim, ao sentido outro. Sobre isso, Pêcheux (2008, p. 56) afirma que “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetões: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento”.

Dessa forma, se a movência e a transferência dos sentidos se fazem sob o regime de desestruturação-reestruturação dentro de certas práticas discursivas, cabe questionar qual é a natureza dessa transferência. Que trabalho ela instaura sobre a relação entre a palavra e as coisas do mundo? Até que ponto sujeito e sentido estão entrelaçados na constituição dos sentidos, haja vista que não há significante sem sentido? Como se dá a relação com a Forma-Sujeito? E os sentidos, eles podem deslizar a ponto de inscreverem-se em outra matriz de sentido quando pensamos a metáfora? Essas são algumas inquietações que nos movem nessa busca sobre *os sentidos do mar*.

Após essas breves colocações sobre o quadro epistemológico da AD, com especial atenção às noções de língua e sentido afetadas pela ideologia e pelo inconsciente, passamos à articulação entre teoria e prática, apresentando nosso objeto discursivo, bem como as ferramentas metodológicas mobilizadas para tal empreitada.

## 1.2 A METODOLOGIA E O OBJETO DE ESTUDO

(...) *nossas palavras que tropeçam são palavras que confessam. Elas revelam uma verdade de detrás.*  
(LACAN, 1975, p. 302).

Para falar de nosso objeto de estudo - o *discurso sobre o mar* - e de seu entrelaçamento com a teoria por meio da metodologia, precisamos antes tomar um desvio. Diríamos que se trata de um desvio produtivo – por sinal, muito a nosso gosto –, a fim de elucidarmos o lugar teórico que sustenta nosso objeto, assim como sua configuração.

Pêcheux, em seu texto *Metáfora e Interdiscurso* (2011), chama nossa atenção para a noção de *materialidade discursiva* como nível de existência sócio-histórica que não é, nem a

língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada. Assim, ele nos faz atentar para o fato de que os *objetos*, na prática analítica, precisam ser tomados como aqueles que já vêm significados a partir das condições verbais de sua existência. Logo, e baseando-nos em Orlandi (2012, p. 45), podemos dizer que a língua (nossa materialidade nesta pesquisa) está nas condições verbais de existência, na medida em que ela, como real específico do discurso, forma o espaço contraditório do desdobramento das discursividades, ou seja, constitui uma materialidade significante.

Nesse sentido, o objeto de pesquisa da AD, como nos fala Pêcheux, encontra-se nas formas de circulação que se instauram historicamente entre as diversas zonas discursivas, e, para pensar essa circulação, é preciso voltar o olhar para a produção do sentido de um enunciado (frase, expressão, texto, na sua emissão e na sua recepção) em relação ao seu exterior discursivo específico (pré-construídos, discursos relatados) e em relação à alteridade discursiva com a qual ele se defronta.

Assim, ao trabalharmos com o(s) discurso(s) sobre o mar, agimos cientes de que estamos lidando com o discursivo, isto é, com uma materialidade histórica sempre já dada na qual os sujeitos são interpelados e produzidos, no dizer de Pêcheux (2011, p.156), em “produtos livres” de seus discursos cotidianos. Dessa forma, nesta pesquisa, concebemos o sujeito como uma posição discursiva inscrita na tensa relação da língua com a história enlaçada pelo inconsciente.

Feito o desvio, voltamos a nossa trilha inicial dizendo que nosso objeto de estudo – *o(s) discurso(s) sobre o mar* – possui como materialidade a língua constituída pelo real, ou seja, como espessura que se estilhaça, que está sujeita à falha, na medida em que comporta o não todo, o “impossível de se dizer”, como escreve Milner em sua obra *O amor da Língua* (1987). Dessa forma, é na ordem da língua<sup>6</sup> que inscrevemos nossa pesquisa, pois somente nesse lugar podemos trabalhar com o processo de produção dos sentidos e não apenas com o efeito desse processo. Assim, interessa-nos “apreender” aquilo que escapa; aquilo que falta ou que excede, mas que produz sentidos, quando se trata do *significante “mar”*.

---

<sup>6</sup> Conforme Orlandi (2007, p. 45), “ordem” não é o ordenamento imposto, nem a organização como tal, mas a forma material, isto é, a língua como significante material e a história como materialidade simbólica, envolvidas no processo de produção de sentidos.

E, para trabalhar com essa materialidade significativa tão ampla, alguns gestos operacionais precisam ser engendrados, mesmo que temporariamente, pois, como analistas de discurso, sabemos que o método não é uma constante e que somente o ir e vir no *corpo discursivo*<sup>7</sup> nos permite, como coloca Leandro-Ferreira (2003, p. 190), “buscar as ferramentas necessárias na caixa”.

Posto isso, é preciso dizer que o primeiro movimento deu-se com o deslocamento do *signo*, tal qual como concebido por Saussure, isto é, como aquele que possui uma imagem acústica e um conceito, para o *Significante* Lacaniano, o qual não é o signo e, como tal, não tem sentido, cabendo a esse *Significante* determinar a constituição do signo e do sentido:

Nessas condições, o sentido não poderia ser “a propriedade” da literalidade significativa (que, nesse caso, seria invencivelmente reduzida ao signo); ele é o efeito de uma relação no elemento do significante, relação que J. Lacan designou como *metáfora*, dizendo “uma palavra por outra” [...] que se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens* (PÊCHEUX, 2009, p. 239).

Isso supõe que as palavras não apresentam um sentido próprio, nem, como aponta Pêcheux (Idem), sentidos deriváveis a partir da literalidade por meio de uma combinatória lógico-linguística, uma vez que os sentidos advêm do confronto entre elementos significantes. E é esse confronto, isto é, esse processo, o que nos interessa, pois nele podemos observar a relação do sujeito com aquilo que o representa, ou seja, com seu imaginário de identificação. Para isso, é preciso considerar a metáfora, nas palavras de Pêcheux (Ibidem, p. 120), “de modo que ela apareça como o que é, ou seja, um processo não-subjetivo no qual o sujeito se constitui”.

Para atingirmos tal objetivo, trilharemos por dois deslocamentos necessários propostos por Daltoé (2012); a saber: 1) não consideraremos a metáfora como aquela que representa um sentido segundo a partir de um sentido primeiro que seria sua base, pois, como diz Pêcheux, não poderia uma base linguística imprimir sua forma aos processos discursivos que se desenvolvem sobre essa base (2009, p. 235); 2) consideramos a metáfora como um recurso à poesia, ao humor: como assinala Pêcheux, e acrescentamos ao discurso do ordinário na

---

<sup>7</sup> Propomos nesta pesquisa designar como “corpo discursivo” o conjunto de diferentes níveis do discurso que compõem nosso material de análise, a saber: palavras, frases. Tal proposta se fez necessária na medida em que temos um “todo” heterogêneo e inconstante, portanto, não fechado. Em nossa pesquisa, não há um espaço para a análise; ela se produz na inconstância teórico-analítica.

medida em que metáfora não é - parafraseando Pêcheux - o “domingo do pensamento” (2008, p. 53); ela é, antes, o modo de funcionamento de todo o sentido, ou seja, na metáfora está o ideológico e o inconsciente desestabilizando a lógica do cotidiano. Dessa forma, a metáfora não é a aproximação de um sentido X a um sentido Y em suas relações de semelhança, mas sim o ponto de encontro entre o simbólico (base) e o imaginário atravessados pelo real.

E é nesse ínterim que *o mar* desponta como um significante, ou seja, como o que põe em cena a contradição, ou, em outras palavras, o que traz à tona a falha que há entre o imaginário e o simbólico, afastando, desse modo, significante e significado, marcando assim, “a inadequação do imaginário ao objeto no homem” (HENRY, 1992, p. 176), o que, por seu turno, interfere no processo de identificação do significante mar com os sentidos que o constituem.

Abrindo um parêntese, cabe situar, neste momento, porque estamos tomando a *identificação* em detrimento da *identidade*. Conforme Coracini (2007), quem, a sua vez, remete-se a Foucault, a identidade se apresentaria como uma ilusão de inteireza, de totalidade e homogeneidade, um produto do poder de disciplinar, uma construção que, como se sabe – conforme a psicanálise e, mais precisamente, no estádio do espelho –, emana necessariamente do outro, já que a imagem do sujeito como indivíduo (in-diviso) é construída pelo olhar do outro. Assim, a identidade é naturalizada pelos processos inconscientes e permanece sempre incompleta, pois estamos sempre nos identificando imaginária ou simbolicamente com traços do outro, com discursos outros. A identidade, portanto, inscreve-se no imaginário; já a identificação trabalha com a ordem do real, isto é, com a falta que habita o sujeito como ser simbólico desejante, inscrevendo-se na materialidade do discurso, e pode ser pensada como processo nunca acabado, divisível, que comporta o todo e o não todo. Logo, na identidade, trabalhamos com a subjetividade, enquanto, na identificação, trabalhamos o não subjetivo, isto é, com os elementos (ideologia, inconsciente) que constituem a subjetividade.

Retomando nossa linha expositiva, destacamos que a delimitação de nosso *corpo discursivo* aproxima-se da *via experimental* proposta por Courtine (2009, p. 155-158), para quem a experimentação surge como uma solução para se refletir sobre os processos discursivos de reprodução/transformação de enunciados no interior de uma *formação discursiva*. Assim, ao formularmos um enunciado morfossintático composto por *um sintagma nominal mais verbo de ligação – Mar é... –*, fazemos isso a partir do entrelaçamento entre base linguística e processo discursivo, o que significa que atuamos na materialidade do

discurso, ou seja, no contato entre o ideológico e o linguístico. Dessa forma, nosso corpo experimental constitui-se por *enunciados* proferidos por sujeitos diante da questão “*Mar é?*”. Tais enunciados são formados pela primeira palavra, isto é, a primeira enunciação, aquilo que escapa no dizer. O objetivo de tal questionamento é refletir sobre a distância entre a linguagem e o mundo, visto que as palavras não estão coladas nas coisas e, portanto, não podem ser tomadas como representação empírica, na medida em que elas podem apontar para sentidos diversos. Daí a justificativa para nosso corpo discursivo experimental:

Nesta perspectiva um corpus é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas (PÊCHEUX, 2011, p. 165).

Outro ponto a ser explicitado sobre nossa pesquisa é o relativo a que ela compreende, também, um corpus de arquivo constituído pelas coisas-a-saber,<sup>8</sup> típicas do universo logicamente estabilizado, presentes aqui pelo discurso das ciências marinhas (oceanografia) em seus manuais de descrição física. Desse modo, os sentidos depreendidos pela asserção “*Mar é...*” se formulam como contrapontos a essas *coisas-a-saber* das ciências marinhas. Autorizamos-nos, assim, a partir da configuração dessas formulações, a pensá-las como *enunciados* e, baseando-nos em Courtine (2009, p. 87-90), a entendê-las como um enunciado que funciona *como um nó em uma rede*, na medida em que ele constrói a estabilidade referencial dos elementos do saber, assim como mantém com a posição-sujeito uma relação de identificação que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada formação discursiva, produzindo diferentes efeitos-sujeitos no discurso. O enunciado funciona aqui, então, como uma “*rede interdiscursiva de formulações*” que se encontra situada em uma relação de indissociabilidade entre dois modos de existência do discurso (intradiscursivo e interdiscursivo<sup>9</sup>) como objeto.

Posto isso, podemos dizer que trabalharemos com a análise de enunciados colhidos por meio de entrevistas realizadas por questionários de identificação seguidos da asserção “*Mar é...*”. Tais entrevistas foram coletadas em comunidades pesqueiras da cidade de Rio

---

<sup>8</sup>As coisas-a-saber representam, nas palavras de Pêcheux, “tudo o que arrisca faltar à felicidade do sujeito pragmático (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente)”, um real do qual “ninguém pode ignorar a lei”. (2008, p. 35). Diríamos, então, um real que não autoriza a interpretação.

<sup>9</sup>Estas noções serão ampliadas ao longo do texto.

Grande (RS), mais precisamente com pescadores do que se conhece por “Mar de dentro” (Lagoa dos Patos) e pescadores de “Mar Aberto” (Oceano), incluídos os marinheiros mercantes. Também participaram das entrevistas alunos dos cursos de Oceanologia e Biologia, assim como pesquisadores integrantes do Núcleo de Estudo e Monitoramento Ambiental (NEMA); além de turistas e moradores da região costeira. O resultado dessas entrevistas é contraposto às definições canônicas – as coisas-a-saber – encontradas em livros de biologia marinha e manuais de ciências oceanográficas sobre o significante “mar”.

Destacamos, ainda, que os enunciados foram transcritos conforme a escrita feita pelos participantes e que alguns deles foram coletados em outras línguas que não a língua portuguesa. Portanto, foram traduzidos e entregues a nós pelo intérprete que nos acompanhou durante as visitas. Tais enunciados foram coletados em navios cargueiros de distintas nacionalidades (gregos, croatas, russos, alemães, indianos e turcos) atracados para carregamento no porto da cidade de Rio Grande, no sul do Brasil.

Visando à organização do corpo discursivo, todos os **enunciados (E)** coletados foram agrupados em três recortes, a saber:

RECORTE 1: Compreendido por enunciados advindos de sujeitos que *estudam* o mar;

RECORTE 2: Compreendido por enunciados advindos de sujeitos que *contemplam* o mar;

RECORTE 3: Compreendido por enunciados advindos de sujeitos que *trabalham* no mar.

Para melhor vislumbrar o que estamos pensando, propomo-nos, neste ponto, a realizar um *experimento analítico*, assim designado por se tratar de uma tentativa. Para tanto, tomamos o discurso do/sobre o mar a partir do **recorte 3**, isto é, do enunciado proferido por um sujeito que *trabalha no mar*. Tal enunciado será posto em relação ao conhecimento da ciência sobre o mar, que o define como *uma porção extensa de água salgada*. Com esse cotejo, interessa-nos examinar o trabalho do **imaginário** nos sujeitos e o modo como ele atua na transferência dos sentidos em conjunto com o inconsciente; interessa-nos, justamente, *aquilo que escapa com sentido outro*. Dessa forma, com esta pesquisa queremos *escutar* a primeira palavra, aquela que escorrega e que quase sempre tentamos corrigir ou (re)significar.

Diante disso, elegemos para esta análise o enunciado proferido por um filipino em sua primeira viagem como tripulante de um navio da Marinha mercante. Quando o questionamos sobre o que o mar significava para ele, a resposta que recebemos foi:

**E1: “Mar é perigo. Quer dizer... Não é bem isso. É solidão”.**

Neste enunciado, detemo-nos em duas passagens, a do significante “*perigo*” e a da negação articulada aqui em uma retomada que, supostamente, apagaria o afirmado anteriormente. Tomamos, primeiramente, a questão do significante observando-o a partir da movência dos sentidos. Para tanto, buscamos apoio na topologia lacaniana. Mas, antes, situaremos materialmente a construção dos sentidos aqui presentes.

Desse modo, cabe ressaltar que o sujeito contemporâneo, em sua constituição subjetiva, encontra-se submetido ao Sujeito do capital, o qual coloca para o sujeito contemporâneo a relação com o trabalho. E, para que essa submissão do sujeito como *trabalhador* ocorra, é necessário produzir nos sujeitos, como apontam Mariani e Magalhães (2011, p. 135-136),

desde o início do seu estar-no-mundo, marcas que estarão para sempre em sua estrutura psíquica. Dessa forma agem as práticas ideológicas sobre a estrutura psíquica do sujeito em formação, fazendo com que o inconsciente de cada sujeito tomado em sua singularidade esteja relacionado à fala ideológica que será dita antes do nascimento de cada ser humano.

Com isso, podemos ver que significantes e sentidos estão inter-relacionados na constituição do sujeito, na medida em que é na relação com o simbólico que o sujeito, sem perceber, coloca-se na cadeia do significante que o constitui, significando-o.

E é nesse sentido que podemos pensar os processos de identificação e de produção da identidade de cada sujeito à luz da teoria discursiva, pois são essas as formas que farão o sujeito filiar-se a determinada formação discursiva a partir de determinada posição que delimita a formação ideológica que domina o seu discurso. Assim, todo discurso é o registro da relação do sujeito com o outro, com o inconsciente, com a ordem do imaginário. Daí pensarmos a subjetividade como um paradoxo, na medida em que ela, na tentativa de lidar com a falta, faz com que o sujeito se inscreva em seu discurso, nas palavras de Dör a partir de Lacan (2008, p. 121-124), por um *procedimento de semblante*, ou seja, por um registro



imaginário que coloca o sujeito como “eu” do enunciado, ocultando para ele a falta que o constitui e levando-o a aderir por identificação-interpelação ideológica a determinados sentidos que circulam sob determinadas condições históricas.

Por conseguinte, trazendo o enunciado supracitado para o campo da historicidade, temos uma posição-sujeito que enuncia imersa em determinadas condições de produção. Nesse sentido, cabe dizer que o país de origem do entrevistado, a República das Filipinas, em seu aspecto geográfico, situa-se em um arquipélago rodeado por quatro mares. Assim, não é de se estranhar que muito de sua economia tenha ligação com as águas salgadas e que muitos filipinos busquem na lida com o mar sua subsistência. Diante disso e da vontade de conhecer o mundo, o sujeito aqui entrevistado “fez-se ao mar”. Mas as longas viagens e a imensidão deserta dos oceanos configuraram uma nova face para a sua vontade de conhecer o mundo, pois, se antes, o *conhecer* lhe dava um norte, agora, a saudade do lar, a falta de certezas sobre o regresso (medo do naufrágio).

Essa angústia, por seu turno, autoriza-nos a pensá-la a partir da falta daquilo que constitui esse sujeito como “uno”, pois não há uma identificação plena do sujeito com o imaginário que o representa, na medida em que as marcas – do estar-no-mundo – de sua estrutura psíquica se encontram afetadas pelo estranho. O modo de simbolizar, de estar na cadeia do significante é distinto, a cultura passa a produzir sentidos outros; ou seja, como construção social, a cultura dentro do navio passa a ser plural, pois suas múltiplas formas de expressão (língua, costumes, religiões, saberes...) são diversas, na medida em que a tripulação é composta por filipinos, alemães e croatas. Assim, a cultura no/do navio, ao mesmo tempo em que é plural, é marcada pela falta. Trata-se de uma falta que o sujeito tenta sanar pelo deslizamento incessante de significações (imaginárias), pois, mesmo que sua cultura esteja representada ali, não está representada na sua totalidade: há apagamentos, encobrimentos da historicidade de certos fatos sociais. Esses encobrimentos podem ser pensados a partir do papel cultural desempenhado pelos filipinos nessas embarcações, haja vista que eles são contratados apenas para desempenhar funções práticas pouco dispendiosas, pois há um consenso na Marinha mercante que rotula os trabalhadores filipinos como mão de obra barata.

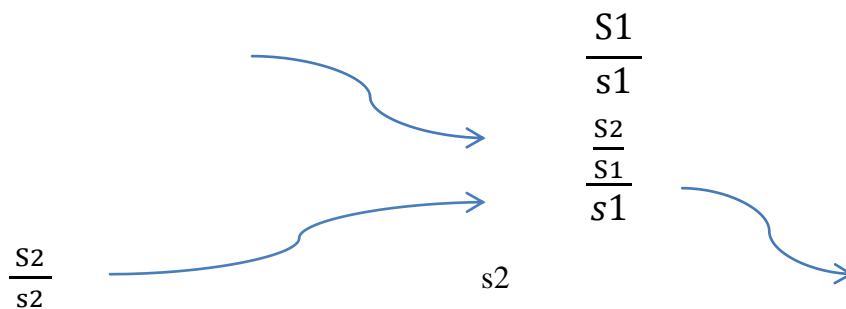
Nesse sentido, o significante “perigo” presente no enunciado leva-nos a perceber, a partir de sua significação, a falta daquilo que é familiar a esta posição-sujeito, daquilo que a identifica. O mar passa a representar um perigo, na medida em que personifica a ausência-presença daquilo que constitui este sujeito, ou seja, sua cultura, seu imaginário de

singularidade, de simbolização do mundo. Dessa forma, fazendo uso da topologia lacaniana para auxiliar no entendimento do processo metafórico, temos inicialmente:

$$\frac{S1}{s1} \quad \frac{\text{imagem acústica perigo}}{\text{conceito de perigo}}$$

$$\frac{S2}{s2} \quad \frac{\text{imagem acústica mar}}{\text{conceito de mar}}$$

Nesses dois grupos significantes, encontramos uma relação linear na qual “*mar*” e “*perigo*” resultam em significações distintas. Entretanto, a posição-sujeito aqui analisada (re)significou o significante “*mar*” a partir do sentido do termo “*perigo*”. E isso autoriza-nos a pensar essa (re)significação como *uma espécie de cruzamento de sentidos* na medida em que os significados, do ponto de vista da psicanálise, são predeterminados pelo significante, isto é, o sujeito, sem saber, significa a partir da coerência extraída das redes significantes. Assim, introduzindo a figura metafórica, efetuamos uma substituição que consistirá em:



Com isso, notamos que a substituição de S1 por S2 faz S1/s1 passar sob a barra de significação. O signo S1/s1 torna-se, então, o novo significado de S2. Em contrapartida, o significado de s2 é afastado; como afirma Dör (2008), “será preciso realizar uma operação mental para reencontrá-lo”. Desse modo, o sentido de “*mar*” – *extensa porção de água salgada* – é distanciado da rede de significantes, mas não apagado, o que mostra que, na metáfora, o processo de substituição não se reduz a uma permutação de significantes e, sim,

configura-se por uma junção, uma associação, que mantém em uma presença-ausência o significado outro.

Essa substituição, por seu turno, mostra-nos uma posição-sujeito que antes se encontrava filiado a uma formação discursiva na qual o mar figurava como uma possibilidade, mas que, agora, passa a *contra identificar-se* com essa formação discursiva na medida em que começa a questionar os saberes que a compõem, uma vez que saberes outros passam a interpelar esse sujeito, colocando para ele uma relação de confronto entre o imaginário que o constitui e a realidade que o afeta, que lhe é imposta. Dessa forma, quando o sujeito fala, marcam-se simultaneamente a esse falar traços do registro inconsciente e do assujeitamento ideológico, ambos operando de forma oculta, pois, como já foi colocado, o sujeito não se percebe constituído, preso a essa rede de significantes que o constituiu.

Do ponto de vista discursivo, podemos dizer, então, que o funcionamento da língua e dos sujeitos não é evidente – como nos faz crer que seja a ideologia em seu trabalho de produção das evidências –, pois, com a autonomia do significante sobre o significado, há uma relativização da língua como expressão do mundo, ou seja, ela passa a comportar o *não todo dos sentidos, o impossível*, aquilo que é considerado como seu real. Nas palavras de Pêcheux (2008, p. 29), “há real, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser assim”. Desse modo, o real da língua não se submete às regras formais da língua lógica, ele não é transparente, mas atravessado por falhas, furos e fissuras que se evidenciam nos jogos de palavras.

Essas falhas levaram Leandro-Ferreira a pensar em sua tese o lugar da *resistência* na língua e nos sujeitos, ou seja, o lugar da ambivalência do sujeito, que, ao mesmo tempo em que *é sujeito de*, também *é sujeito a*, marcando, assim, a contradição que o constitui na medida em que esse sujeito, ao colocar-se como produtor da língua, constitui-se e a constitui no âmbito de acontecimentos histórico-sociais que dão à língua uma densidade, uma resistência. Aproximando estas colocações de nosso enunciado, podemos pensar, então, o termo “perigo”, logo corrigido a partir da negação “não é bem assim”, como uma falha, um não controle que precisa ser controlado. E a negação desempenha essa tentativa de controle, pois a posição-sujeito, a partir de uma tomada de consciência, tenta apagar pela negação aquilo que a constitui sem que ela o saiba. Dessa forma, podemos dizer que a resistência da língua cria uma resistência pré-consciente/consciente do sujeito, uma espécie de confronto entre a ordem do enunciável e a ordem da língua.

Tendo por base o que foi discutido até este momento, percebemos que essa posição-sujeito (re)significa o *mar* a partir da ausência, e, para lidar com essa falta que o constitui, esse sujeito tende a querer transformar a realidade que o afeta. Nesse sentido, o sujeito afetado pelo inconsciente, interpelado pela ideologia e pelos processos de produção dos sentidos, ou seja, imerso em uma subjetividade objetivada, coloca-se em seu enunciado, num primeiro momento, pelo significante “*perigo*”, o qual surge como uma manifestação do inconsciente, na medida em que ele desloca o significante “*mar*”, ou seja, que ele (re)significa o *mar* a partir daquilo que constitui o *imaginário de mar* para o sujeito, mesmo que ele não o saiba conscientemente. E, em um segundo momento, por meio de uma negação que permite olhar para esse *não saber* que se produz no inconsciente como um contraponto que tem relação com o saber possível do sujeito, gerando o que, nesta pesquisa, chamamos de **resistência**. A resistência atua, então, no enunciado analisado, como uma tentativa de controle do dizer, uma tentativa de conter o estranho<sup>10</sup>.

Uma vez concluída esta análise, passamos a pensar o processo e/ou processos da metáfora discursiva.

---

<sup>10</sup> Estamos entendendo o termo “estranho” nessa análise como uma espécie de *brecha de significação* que vem à tona gerando um desconforto o qual a resistência tenta conter

## 2 ÀS VOLTAS COM A METÁFORA DISCURSIVA

*O sentido não para, ele muda de caminho* (ORLANDI, 2007, p. 13).

A noção de metáfora ocupa um lugar importante no desenvolvimento do escopo teórico da Análise de Discurso de linha francesa. Ela sinaliza a constante reelaboração a que a teoria do discurso foi submetida na obra de Pêcheux. Podemos dizer que é por meio das reconfigurações dessa noção que são trabalhadas as questões referentes à desconstrução da regularidade e da estabilidade dos sentidos no discurso. Sendo assim, acreditamos que a metáfora apareça em Pêcheux como uma estrutura complexa ligada inextricavelmente à formação discursiva. Com efeito, e como veremos ao longo deste capítulo, é no jogo das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos, que se pode situar o trabalho da metáfora. Logo, somos autorizadas a dizer que a metáfora surge na teoria discursiva como um ponto central, ou, parafraseando Orlandi (2007), como um elemento “*fundante*”, na medida em que nele se efetiva a movência dos sentidos, permitindo com isso pensar o lugar material da interpretação, isto é, o que se entende por uma teoria material do sentido.

Dessa forma, é objetivo deste capítulo retomar o percurso dessas transformações da noção de metáfora, a partir de sua história e, em particular, da aproximação entre a *metalíngua* da AAD 69 (língua artificial), a *língua* (AD 75) e a *alíngua* (Milner), pois acreditamos que somente na relação entre os processos discursivos e a língua poderemos compreender o imaginário<sup>11</sup> como necessário para a constituição do sujeito e dos sentidos, e a metáfora nos autoriza a isso na medida em que ela –parece-nos–transita entre o Real (furo), o Simbólico e o Imaginário.

---

<sup>11</sup> “Imaginário” deve ser entendido aqui em seu sentido lacaniano. Para compreendê-lo, de acordo com Coutinho Jorge (2011, V. 1, p. 94-95), é preciso considerar o conceito a partir da tríade Real-Simbólico-Imaginário (R. S. I.). Dessa forma, o imaginário deve ser entendido sempre como um efeito de desconhecimento da eficácia simbólica, como a operação de desejo do Outro.

## 2.1 A METÁFORA E O EFEITO METAFÓRICO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

“AAD 69 era uma máquina de abrir questões mais do que de dar respostas” (MALDIDIER, 2003, p. 25).

Em 1969, Michel Pêcheux publicou, nas palavras de Maldidier (2003, p. 19) um “estranho livro com o título provocador de *Análise Automática do Discurso*”. Na ocasião da publicação, Pêcheux estava empenhado na elaboração de um dispositivo técnico complexo informatizado, uma *máquina de ler* (Idem, ibidem, p. 21) que *deveria tirar a leitura da subjetividade*, mas, para que isso fosse possível, uma teoria do discurso como teoria geral da produção dos efeitos de sentido precisava ser delineada. E, para tal empreitada, as noções de texto, leitura e sentido teriam de ser questionadas.

Abrimos aqui um parêntese para lembrar que tais questionamentos surgiram em meio à conjuntura estruturalista. O estruturalismo teve destaque na segunda metade do século XX e, de acordo com Chauí (2002, p 349.), “sua proposta era a de tomar os fatos humanos como assumindo a forma de estruturas, as quais criam seus próprios elementos. Tais elementos assumem sentidos, tanto pela posição, quanto pela função que ocupam no todo”. Assim, as estruturas são totalidades que se organizam de acordo com seus próprios princípios internos, independentemente de algo que as anteceda e origine, inclusive de um sujeito.

Voltando ao texto da AAD- 69, encontramos um Pêcheux confrontado com as ciências humanas e seus métodos tomados emprestados da estatística e da linguística. Eram métodos caracterizados pela contagem de frequência e pelas variantes da análise de conteúdo. Também encontramos um Pêcheux intrigado com as aplicações estruturalistas. E é nesse ponto de desconforto que o filósofo, questionando-se sobre as questões da língua e do discurso, encontra o legado saussuriano o qual consiste em separar a homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem. Se, antes do linguista genebrino, os textos eram o aporte para o estudo da língua (por meio deles, das questões concernentes aos usos semânticos e sintáticos, era possível responder às questões referentes aos sentidos), agora, com a língua pensada como *sistema* por Saussure, o texto não abarca mais em seu corpo a teoria e a prática, já não é sua *função*, seu estatuto, exprimir sentido. Dessa forma, um texto se torna um objeto do qual apenas se pode descrever o *funcionamento*. E a linguística passa do texto e de seus meios à língua fechada em si, ou, como explica Saussure em seu *Curso de Linguística Geral* (1915): “Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente

uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. [...] é um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2006, p. 17). Em relação a essa questão, Normand (2009, p. 50) aponta:

Saussure ao tomar o termo *sistema* o faz em uma acepção mais precisa, de certo modo, técnica: explicitado como *funcionamento* ou *mecanismo*, ele remete a uma característica fundamental das unidades linguísticas: a de que é impossível apreendê-las fora do sistema específico em que elas são tomadas, pois é nele que está seu modo de realidade.

Assim, o sistema carrega em seu interior todas as formas que o mantêm e lhe dão sentido, isto é, sua ordem própria. Daí Saussure pensar a língua como aquela que constitui uma instituição semiológica composta por um sistema de signos que exprimem ideias a partir das relações estabelecidas em seu interior. Mas partir de um *sistema* significa assumir como método a exclusão.

Nesse sentido, Saussure, ao definir seu objeto, a língua, estabelece duas exclusões teóricas: a exclusão da fala, portanto, do uso individual; e a exclusão das instituições não semiológicas, ou seja, ele retira da zona de pertinência da linguística as questões políticas, os costumes, as leis, entre outras. Com isso, podemos dizer que, para Ferdinand de Saussure, a história e a sociedade, mesmo não sendo negadas em sua obra, são remetidas ao externo por não serem esclarecedoras para definir a natureza específica da língua. Já Pêcheux debruçou-se sobre essas exclusões para edificar o discurso, a língua, o sujeito e a significação; são, portanto, exclusões centrais na teoria discursiva e de extrema importância para pensarmos a **metáfora**.

O movimento emblemático de Pêcheux na teoria saussuriana consistiu em pensar que a exclusão da fala autoriza a reparação do sujeito falante como *subjetividade em ato* (PÊCHEUX, 2010, p. 70). Tal fato chamou a atenção de Pêcheux na medida em que a fala, como uso individual da língua, aparece como um caminho da liberdade humana, caminho de um sujeito psicologizante, intencional, e isso o fez refletir sobre o par *universal/extraindividual* proposto por Saussure no momento de dicotomizar a língua (universal) e a fala (individual), esta última relegada pela linguística saussuriana. Esse par coloca na ordem do dia a discussão sobre a questão da referência em um enunciado: “[...] uma frase não pode ser considerada normal ou anômala apenas pela referência a uma *norma universal inscrita na língua* – como a quer Saussure, mas sim uma frase deve ser referida ao mecanismo discursivo específico que a

tornou possível e necessária em um contexto científico”, afirma Pêcheux (ibidem, p. 72). Logo, o sujeito precisa marcar sua presença no enunciado, e este precisa estar imerso em determinadas “circunstâncias” histórico-sociais para que o sentido emerja, mas é interessante notar que esse sujeito não pode ser tomado como totalmente livre, uma vez que ele está alocado em certo lugar no interior de uma formação social dada. Parece-nos, então, que Saussure, ao atribuir à língua todos os tipos de construções sintagmáticas e de sentido, já delineava a questão do contexto, mas não a considerava por conceber a fala como o correlato necessário da língua. Ciente dessa rejeição, Pêcheux concebeu, em sua teoria do discurso, a junção do exterior com o interior a partir do conceito de “condições de produção” e do processo de produção que o envolve.

Ao propor o conceito de condições de produção, Pêcheux tece uma trama entre o sujeito, a história e a língua. Tal trama culmina sempre em um “nó” (discurso), ou, em outras palavras, *no efeito de sentido*. As condições de produção são pensadas por Pêcheux a partir da revisão crítica do conceito saussuriano de instituição, na qual ele se apropria do caráter de instituição da língua indo até suas últimas consequências. Desse modo, um discurso deve ser remetido a suas relações de sentido, nas quais ele é produzido. Cada discurso, então, remete sempre a outro discurso prévio que o constitui como matéria prima, assim como também o orador experiencia o lugar do ouvinte quando imagina, pensa e antecipa o que o *outro* vai pensar. Assim, é por esse conceito que se pode explicar o processo de produção do discurso, que seria o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de um tipo dado em “circunstâncias” dadas (PÊCHEUX, ibidem, p.74). Do que precede importa dizer, ainda, que a constituição do discurso é marcada pelos protagonistas (leia-se “pelos lugares sociais projetados como posições representadas no discurso”); pelo objeto do discurso e pela historicidade. Logo, para pensarmos a metáfora na AAD-69 precisamos abordá-la sempre pelas suas condições de produção.

A partir dessas considerações Pêcheux descreve os processos discursivos e suas configurações, e neste ponto do seu percurso, encontramos grande subsídio para pensarmos a *metáfora*. Como explica Pêcheux em seu esboço analítico-metodológico, na produção do discurso dois processos estão inscritos. O primeiro diz respeito ao emissor e à emissão da sequência discursiva e caracteriza-se pela seguinte regra:<sup>12</sup> “O processo de produção de um

---

<sup>12</sup> Essas regras não são definitivas. Como coloca Pêcheux (2010, p. 87), “trata-se de um esboço de uma descrição formal dos processos discursivos”. As formulações expostas quanto ao processo discursivo vão permanecer incompletas e provisórias.



discurso  $D_x$  (no estado  $n$ ) resulta da composição das condições de produção de um discurso  $D_x$  (no estado  $n$ ) com um sistema linguístico  $L$  dado”. O segundo nos fala do receptor e coloca em evidência o efeito de transformação; sua regra caracteriza-se pelo fato de que todo processo de produção  $\Delta_y^i$ , em composição com um estado determinado  $n$  das condições de produção de um discurso  $D_x$ , induz uma transformação desse estado.

Com esses dois processos Pêcheux delinea a superfície discursiva como um caminho para a análise. Como ele explica (PÊCHEUX, *ibidem*, p. 94), “[...] constitui um vestígio do processo de produção do discurso [...] e cabe ao empreendimento analítico remontar desses efeitos de superfície à estrutura invisível que os determina” [grifos do autor]. Dessa forma, a produção ou transformação dos sentidos é feita sempre a partir dos efeitos que estão na superfície. E assim chegamos ao efeito metafórico.

Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre  $x$  e  $y$  é constitutivo do “sentido” designado por  $x$  e  $y$ ; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos “naturais”, por oposição aos códigos e “às línguas artificiais”, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua “natural”: em outros termos, um sistema “natural” não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua (PÊCHEUX, *ibidem*, p. 96).

É interessante observar que em sua definição de *efeito metafórico* Pêcheux dá ênfase ao “contextual”: o semântico se produz a partir de um contexto. Mesmo tratando a metáfora como substituição, Pêcheux a desloca do terreno da linguística. Para o autor, já não se trata aqui de uma simples substituição lexical, mas sim de fazer trabalhar a ordem interna e a ordem externa da língua, ou seja, de pôr em funcionamento a materialidade linguístico-histórica, realocando-a no terreno discursivo. Assim, substituir uma palavra por outra significa retirá-la de determinadas condições de produção para colocá-la em outras a partir da transformação, isto é, do deslizamento do *sentido* anterior. Isso nos leva a vislumbrar o *contexto* sócio-histórico como “mola propulsora” dos processos de significação das línguas “naturais”, as quais são constituídas por deslizamentos de sentidos que se encontram ancorados em metáforas, pois, para que um *efeito de sentido* emergja, é preciso – acreditamos, nós – que um processo profundo seja mobilizado.

O processo profundo arquitetado por Pêcheux para pensar a “invariante” (metáfora) pelas “variantes” (efeitos metafóricos) consiste na repetição do idêntico pelas formas necessariamente diversas. Desse modo, dirá ele, a “estrutura profunda” aparece como um tecido de elementos solidários, instalando-se e assegurando-se a si mesma por meio de efeitos metafóricos que permitem gerar uma série quase infinita de “superfícies” (PÊCHEUX, *ibidem*, p. 97). Entretanto, essa solidariedade pode encontrar obstáculos manifestados pela repetição de certos termos *em torno dos quais se efetuam os deslocamentos metafóricos* (Idem, *ibidem*, p. 99). Nessas situações encontramos as “metáforas adormecidas”, isto é, metáforas em que o termo variante deixa de ser comutável com o termo invariante em que elas estão ancoradas; nesses casos estamos próximos daquilo que Bréal (1897) chamou de “metáforas naturalizadas”, ou seja, metáforas que, pelo uso, perderam o seu caráter de substituição, dando a ilusão de serem a origem e não a modificação do termo. Pêcheux nos dá como exemplo a expressão “nascer do Sol”, na qual o ato de nascer não é comutável com o nascer do sol.

Toda essa complexidade nos faz pensar que, para Pêcheux, neste momento teórico, o efeito metafórico seria para a sequência discursiva como uma espécie de “elo” que ligaria uma sequência discursiva a outra no interior da estrutura profunda; no entanto, a grande questão que se coloca – e que é a marca singular das reflexões pecheutianas – reside na ligação do interior do enunciado<sup>13</sup> (signos) com o seu exterior (os elementos funcionais do discurso). Para analisar essa questão, é preciso trazer à baila a questão da *interpretação* semântica, pois os enunciados, para serem substituídos, devem ter uma interpretação semântica idêntica, isto é, requerem um contexto comum e uma posição funcional idêntica. Contudo, esse paralelismo proposto, que coloca o mesmo estado de produção e os discursos – considerados os efeitos metafóricos que os diferenciam – como isomorfos, é “[...] paulatinamente rompido pelas distorções ‘individuais’ do discurso, que parecem assim ‘escapar’ ao processo de produção, por uma ‘criação infinita’, uma ‘variedade sem limites’ que seria o próprio da fala (Idem, *ibidem*, p. 105).

Dentro dessa questão Pêcheux afirma que um discurso não apresenta, na sua materialidade textual, uma unidade orgânica em um só nível e propõe sua constituição em dois níveis de superfície: por um lado as formas discursivas que se evidenciam a partir do

---

<sup>13</sup>O enunciado é definido por Pêcheux como a frase elementar sobre a qual opera o mecanismo do discurso (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 100).

próprio discurso e, por outro, as formas possíveis às quais o discurso remete e que constituem os sintomas pertinentes do processo de produção que rege o discurso.

Respaldadas por essas colocações somos levadas a considerar o efeito metafórico como um **sintoma** do trabalho da metáfora no interior da estrutura discursiva. Para melhor aclarar o que estamos colocando aqui é preciso aproximar Pêcheux de Freud, para quem o sintoma funcionaria como o resultado de uma mensagem cifrada vinda do inconsciente que encontraria lugar para sua interpretação nos sonhos; portanto, seriam um meio de expressar uma realidade psíquica. Apesar de Pêcheux não citar Freud de forma direta em seu texto, algumas pistas da influência desse último autor são deixadas na AAD-69: a ideia da existência de dois níveis do discurso e o conceito de sintoma são algumas delas.

Freud, na tentativa de curar as neuroses de seus pacientes, apresenta, em 1889, depois de uma longa pesquisa, na obra *Die Traumdeutung (A interpretação dos sonhos)*, um dispositivo, um método interpretativo que tinha lhe permitido “analisar” as neuroses a partir dos sonhos, que, segundo ele, são produtos psíquicos plenos de sentido e que devem ser decifrados para seu entendimento. Utilizando os próprios sonhos, Freud descobre que eles não são uma unidade homogênea, mas sim um tecido semelhante ao das teias das aranhas, sua constituição é composta de múltiplas partes relacionadas entre si por dois elementos, a saber: (i) o conteúdo manifesto; (ii) os pensamentos oníricos.

De acordo com Ferrari (2005, p. 119), o primeiro faz referência a tudo o que aparece no relato do sonho. Ele é lembrado, como consciente e “emana” das ideias latentes, gozando do privilégio do acesso à consciência. Nele encontramos aquilo que é de caráter secundário e que não é, nem constitui o real significado do sonho; entretanto, é o lugar a partir do qual o significado pode emergir. O segundo elemento, por seu turno, é constituído pelas ideias subjacentes ao sonho, ideias que não são conscientes antes da análise. Nada dele pode ser expresso sem antes passar pelo conteúdo manifesto. Após essas definições, um problema se apresentou a Freud: existindo uma relação entre esses dois conceitos, quais mecanismos permitiam ao conteúdo manifesto seu surgimento a partir dos pensamentos oníricos se ambos são como duas versões de um texto escritas em diferentes registros? Para resolver esse impasse, Freud empreendeu a tentativa de ver por quais “processos” os pensamentos oníricos latentes se transformavam no conteúdo manifesto, pois, descobrindo esse caminho, seria possível percorrê-lo de forma inversa. Nesse trabalho, o autor chegou à descoberta de dois processos primários, a saber: a condensação e o deslocamento.

O primeiro processo consiste na união de várias informações em um só objeto. Dessa forma, uma palavra, uma imagem ou um objeto que aparece no conteúdo manifesto, quando posto à luz da interpretação, ganha uma multiplicidade de significações. O segundo constitui o desvio do eixo central do sentido do sonho, dos pensamentos oníricos latentes, a outro ponto desconhecido antes da análise.

Cruzando essas informações com as colocações de Pêcheux postas anteriormente, podemos observar; como explica Ferrari (2005, p. 123),

tanto em Freud quanto em Pêcheux uma estrutura composta por superfícies que surge(m) a partir de um segundo elemento que a(s) torna realizável, porém não evidente, assim a emergência da estrutura profunda na estrutura de superfície se levaria a cabo através de processos ou efeitos de superfície, para Freud, condensação e deslocamento, para Pêcheux, efeitos metafóricos.

Dessa forma, acreditamos ter explicitado argumentos que corroboram a ideia de que o efeito metafórico, na medida em que permite a interpretação, pode ser pensado como um sintoma, ou seja, colocado como um acesso à estrutura profunda do discurso; e de que a estrutura profunda pode conter, sim, em seu interior, um processo metafórico o qual pretendemos observar acompanhando as *refacções* às quais Pêcheux submeteu sua teoria discursiva.

Partindo do exposto, não temos ainda mecanismos suficientes para pensarmos o funcionamento da metáfora dentro do processo de produção do discurso. Primeiro, porque a metáfora aqui é tratada apenas como substituição; segundo, porque essa estrutura na qual a metáfora se encontra está fechada. Pêcheux, mesmo conduzindo seu dispositivo teórico analítico para a compreensão de que haja no enunciado um componente linguístico e um componente extralinguístico (sócio-histórico), não dispõe ainda de recursos mais precisos para pensar o sujeito e seu funcionamento *não subjetivo*. O sujeito que funciona dentro do discurso, neste ponto de sua teoria, é uma projeção advinda de *formações imaginárias* que surgem atreladas às condições de produção, mas os mecanismos que tornam possíveis essas projeções não estão presentes na sua teorização, deixando, dessa forma, um hiato no processo discursivo. Assim, se empreendêssemos uma análise aqui, não teríamos, ainda, como pensar o funcionamento, o caráter não subjetivo da língua e do sujeito.

Diante disso, parece-nos fecundo apreender da AAD-69 – para pensarmos a metáfora discursiva – os conceitos de “condições de produção”; “efeito-metafórico” como sintoma do processo metafórico alocado na estrutura profunda; e “língua”, compreendida como uma liberdade combinatória de uma ordem interna (signos) e uma ordem externa (elementos histórico-sociais).

## 2.2 A SEMÂNTICA E O DISCURSO: OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE VALOR E O QUE ELE PODE ACRESCENTAR À METÁFORA

Em 1971, Pêcheux publicou em conjunto com Claudine Haroche e Paul Henry o artigo intitulado “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso”. O texto engendrou três discussões, a saber: o lugar da semântica na linguística; o lugar da semântica em Saussure; e os deslocamentos necessários para uma semântica discursiva, sendo que esta última fez emergir a necessidade de uma (re)formulação na AAD-69. Desse artigo, interessam-nos nas duas últimas discussões, principalmente a empreendida sobre o par valor/significação e suas implicações em uma língua que, além de sistêmica (estrutura), também se abre para o exterior histórico-social.

Saussure aponta que a “língua é um sistema de signos que exprimem ideias” (2006, p. 24). No interior desse sistema encontra-se um elemento da significação, o “valor”. O valor funciona dentro do sistema relacionando signos (significado-significante) de forma diferencial, isto é, um signo ganha seu sentido na relação com o outro, um é o que o outro não é. Assim, a língua não se reduz a um simples sistema de nomenclaturas, pois uma imagem acústica não está diretamente ligada ao que representa. Entretanto, de acordo com Haroche, Pêcheux e Henry, um problema se apresenta, pois, ao subordinar a *significação* ao *valor*, Saussure sugere que aquela seria algo que emana do sistema, deixando as questões que dizem respeito ao sujeito em segundo plano.

Isso porque a subordinação da significação ao valor quanto a tudo que se refira ao “fato linguístico em sua essência, em sua amplitude” tem por efeito interromper bruscamente todo retorno ao sujeito, quando se trata da língua: a significação é da ordem da fala e do sujeito, só o valor diz respeito à língua (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2011, p. 18).

Uma vez constatada essa falta, Pêcheux, Haroche e Henry tentam compreendê-la propondo alguns deslocamentos. O primeiro consiste em desembaraçar-se da problemática subjetivista centrada no indivíduo; o segundo, em não confundir a língua como objeto da linguística com o campo da linguagem. Tais deslocamentos implicam a introdução de “novos objetos”, quase todos advindos do materialismo histórico, tais como: formação social, modo de produção, relação entre classes, práticas, aparelhos, posições e formações, “objetos” esses que, juntos, permitem configurar os mecanismos atuantes no processo de produção do discurso.

Nesse sentido, duas noções são erigidas: a de *formação ideológica*, a qual constitui “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2011, p. 27); e a de *formações discursivas*, entendidas como aquelas “que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada”(Idem, ibidem). Assim, pensar a significação passa a ser tratar não somente da natureza das palavras, mas também das construções nas quais essas palavras se combinam; dessa forma, é possível afirmar que as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam, ou melhor, “mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra” (Idem, ibidem).

Diante dessas formulações, somos impelidas a pensar que a formação discursiva se encontra dentro da estrutura discursiva, atuando no processo de produção. Assim, as palavras proferidas a partir das posições ocupadas por aqueles que as empregam em determinada conjuntura histórica significariam a partir das posições de classe. Os sentidos, portanto, seriam concebidos por “agentes”.<sup>14</sup> Sendo assim, o que vemos funcionar é o materialismo histórico, pois o discurso é posto explicitamente em relação com a ideologia, mas não temos ainda o modo de atuação dessa última no sujeito-agente.

Aproximando nosso objeto, a metáfora como processo, das formulações acima, temos um mecanismo a mais para pensar o trabalho implícito nela, pois a formação discursiva atua

---

<sup>14</sup>Conforme Althusser em seu texto *Processo sem sujeito nem fim(s)*, quando considerados como agentes, os indivíduos humanos não são sujeitos “livres”. Eles atuam em e sob as determinações das formas de existência histórica das relações sociais de produção e reprodução. Todo indivíduo só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma-sujeito (ALTHUSSER, 1978, p. 67).

diretamente na produção dos sentidos e a metáfora, no deslocamento deles; logo metáfora e *formação discursiva* estariam relacionadas na produção do efeito-metafórico? Na tentativa de responder a esta questão trilhamos mais um pouco na construção teórica do discurso.

### 2.3 A METÁFORA ENCONTRA A MATRIZ DOS SENTIDOS (OU SOBRE A RECONFIGURAÇÃO DO PROCESSO DISCURSIVO)

Percorrendo a obra de Pêcheux, chegamos ao trabalho redigido por ele e Catherine Fuchs, “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva”. Tal texto reflete um amadurecimento da reflexão teórica iniciada em 1971. Nas palavras de Maldidier (2003, p. 38), ele “é, em um sentido, a reescrita de todos os textos precedentes; ele traz marcas de retornos reflexivos, de remanejamentos e de retificações, de atualizações ou de apreensões, os estigmas da inquietação”.

Assim, os deslocamentos produzidos no texto de 1971 passam aqui por uma atualização que os torna ao mesmo tempo claros e complexos. Interessam-nos, para pensarmos a metáfora como processo, os seguintes pontos dessa atualização: os mecanismos de funcionamento do sujeito não subjetivo – principalmente o trabalho da ideologia –, a nova configuração da formação discursiva, a articulação da subjetividade pela psicanálise e, sobretudo, a noção aqui empreendida de interdiscurso.

Para situar essas atualizações, é preciso dizer que elas se constituem na confluência de três áreas do saber: marxismo, linguística e psicanálise. Pêcheux, ao intercalar essas áreas, molda seu objeto, o discurso, como o que pressupõe o funcionamento da linguagem e põe em relação sujeitos afetados pela língua e pela história, em um complexo processo de constituição desses sujeitos e de produção do sentido. Diante disso, Pêcheux e Fuchs apontarão que “estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 171).

A partir dessa afirmação, podemos supor que os processos discursivos estão imersos na estrutura do discurso, enquanto a língua constitui a materialidade dele, isto é, a junção do

que é interno ao discurso com o que é externo a ele. Mas, para confirmarmos tal suposição, é preciso adentrarmos nos processos. Começamos pelo que transforma indivíduos em sujeitos.

Pêcheux recorre à teoria da “interpelação” de Althusser para explicar o funcionamento do sujeito afetado pela ideologia na produção dos sentidos. De acordo com Althusser, se “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do sujeito, para aceitar, portanto (livremente), sua submissão” (ALTHUSSER, 1992, p. 93), o sujeito enunciador do discurso não é o indivíduo concreto, mas o indivíduo **interpelado ideologicamente**, que ocupa, a partir de determinadas condições de produção, uma **posição, um lugar**. No entanto, o modo como o sujeito ocupa esse lugar não lhe é acessível, assim como o mundo que o rodeia não é diretamente apreensível. Se nos textos anteriores tínhamos um sujeito não empírico e não coincidente consigo mesmo, agora, podemos acrescentar que temos um sujeito dividido, na medida em que ele está sujeito à língua e à história ao enunciar.

Dessa forma, um sujeito, ao enunciar, age, mesmo que não pareça, inserido em uma formação ideológica determinada que funciona dentro da estrutura discursiva por meio das *formações discursivas*. Estas últimas, por sua vez, atuam no processo de produção do discurso dando às palavras seus sentidos. As formações discursivas, como já posto no texto de 1971, determinam *o que pode e deve ser dito*. Assim, é no seu interior que uma sequência discursiva concreta é reconhecida como sendo um sentido para um sujeito. Nesse sentido, Pêcheux dirá que, para que se produza sentido, é preciso que essa produção esteja “estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p.167). Com efeito, um sentido só é materialmente concebível na medida em que se concebe pertencente a esta ou aquela formação discursiva.

Dessa forma, esses sentidos, ou melhor, *efeitos de sentido*, produzidos no interior das formações discursivas a partir do **interdiscurso** - isto é, desse espaço exterior que as constitui, as bordeia a partir daquilo que aí é informulável, pois é o que as determina - levam Pêcheux a pensar na ilusão subjetiva, em outras palavras, na ilusão que tem o sujeito de estar na fonte do sentido. Para explicar essa ilusão, Pêcheux recorre à teoria dos dois esquecimentos. No “esquecimento número 1” o sujeito “esquece” que o sentido se forma por um processo que lhe é exterior; a zona desse esquecimento é por definição inacessível ao sujeito. O esquecimento número 2 é a zona em que o sujeito enunciador se move, em que ele constitui seu enunciado entre o dito, o rejeitado e o não dito. Podemos dizer, baseando-nos em Pêcheux, que o



primeiro dá conta da “condição de existência (não-subjetiva) da ilusão subjetiva” (Ibidem, p.177). Portanto, é de natureza inconsciente. O segundo, por seu turno, encontra-se em relação direta com as formas subjetivas dessa ilusão, sua natureza é do tipo pré-consciente\ consciente.

Após essa exposição, surgem alguns questionamentos para pensarmos nosso objeto. O último texto apresentado está mais próximo do olhar que queremos dar à metáfora discursiva, o sujeito apresenta-se de forma dividida, língua e história o constituem, suas manifestações passam a ser de ordem consciente e inconsciente (este último apresentando certa soberania sobre o primeiro), o discurso não possui mais uma estrutura totalmente fechada, a noção de formação discursiva e sua relação com o exterior que a constitui abrem algumas brechas nessa estrutura. No entanto, algumas noções ainda precisam ser mais trabalhadas; como nos indica Pêcheux em “Análise do Discurso três épocas” (1983), alguns ajustes sobre a alteridade, a estrutura e a formação discursiva precisam ser feitos. Assim, mesmo que os andaimes continuem e o texto não esteja acabado, cabe lançar as seguintes premissas, mesmo que temporárias.

- Se a formação discursiva é a matriz do sentido e a metáfora é aquela que opera deslocando sentidos, é preciso, então, que haja uma intervenção da metáfora na formação discursiva;
- A metáfora entraria na formação discursiva em busca de um sentido que desse conta da falta, do desejo. Essa busca na formação discursiva bagunçaria as relações de paráfrase na medida em que procuraria, não o que corrigisse, mas o que expressasse a falta. Dessa forma, parafraseando Florbela Espanca, teríamos uma complicada sinfonia, na qual tudo estaria em *afinado desconcerto*;
- A formação discursiva constituída pela exterioridade que a envolve seria um ponto de encontro material daquilo que Freud definiu como pré-consciente/consciente e inconsciente no discurso; nesse sentido, a metáfora viria do inconsciente como algo faltante, mas pulsante, e encontraria o exterior calcado no materialismo histórico no centro da formação discursiva;
- Assim pensada, a metáfora seria algo que escapa do inconsciente e, nesse sentido, diríamos que ela é – como coloca Freud – condensação;
- O processo metafórico seria o contato que (des)estabiliza – que desarruma - o interior da formação discursiva;

- O efeito metafórico seria, então, o sintoma que se apresentaria, na superfície do discurso, desse processo *afinado e desconcertante*.

O exposto até aqui, no entanto, não esgota a questão que nos ocupa. Precisamos caminhar mais um pouco na teoria pecheutiana.

#### 2.4 NO CRUZAMENTO DE TODOS OS CAMINHOS,<sup>15</sup> A METÁFORA IRROMPE COMO PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO

Em 1975 o empreendimento teórico de Michel Pêcheux, *Semântica e discurso*, lança um novo olhar sobre a semântica. Ele a coloca sob o signo da evidência, ou seja, ele deixa à mostra a contradição que a movimenta. Dessa forma, as evidências que fundam a semântica – tais como: “as palavras comunicam um sentido, há pessoas, há coisas, há subjetivo e objetivo, há emocional (retórica) e cognitivo (lógica)” (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 2003, p. 45) – são deslocadas de seu caráter classificatório opositivo para uma não linearidade: não se trata mais de oposições, mas de contradições. O que Pêcheux empreende aqui é uma crítica à filosofia idealista e seu espírito humano como uma “grande máquina de classificar” o mundo (PÊCHEUX, 2009, p. 67), que é incapaz, como nos diz Maldidier (2003, p. 46) “de trabalhar a contradição balançando entre as falsas soluções do logicismo e do subjetivismo”. Nesse sentido, é no materialismo histórico que Pêcheux encontra um alento para pensar a relação do sujeito com o sentido, pois:

[...] o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis, que chamaremos daqui para frente processo científico-conceitual) em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente* a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior (de onde resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamados doravante, processo nocional-ideológico) (PÊCHEUX, *Ibidem*, p. 73).

---

<sup>15</sup>Maldidier (2003, p. 44) define este texto de Pêcheux “Les Vérites de la Palice” como o ponto de confluência de todos os caminhos de Michel Pêcheux.

O sujeito, portanto, constitui-se na relação com o mundo, daí pensar os processos discursivos e sua articulação com a linguística, mais precisamente com a língua. Pêcheux afirma que: “o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista [...]. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso” (PÊCHEUX, *Ibidem*, p. 81). Dessa forma, a língua pode ser percebida como a base comum de processos discursivos diferenciados. Assim, é possível dizer que a língua possui uma “autonomia relativa” na medida em que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica. A semântica, então, situa-se no que Pêcheux (*Ibidem*, p. 84) designou como “ponto lógico-linguístico”, ou seja, na junção entre a base e o processo.

Ao propor essa junção Pêcheux coloca para sua teoria a questão do sujeito, o qual, em uma abordagem materialista dos processos discursivos, não pode ser tomado como “sempre já dado”. E com essa discussão começamos a nos aproximar de nosso objeto, a metáfora discursiva, pois, ao pensar sobre as evidências, Pêcheux nos fala da “solução” idealista (*Ibidem*, p. 120) “de partir de um sujeito individual ‘concreto’ para representar um conjunto”; assim, esse indivíduo “natural” seria a fonte da metáfora, a qual estaria constituída por essa personificação do conjunto. A metáfora assim concebida representaria, então, uma forma de falar que se desenvolveria baseada em um sentido primeiro, em um dado “natural”, e o sujeito estaria, portanto, na origem, como um “sempre já dado” que produziria ideologias ou as perceberia como ideias. E isso, de acordo com Pêcheux, caracteriza um obstáculo idealista na noção ideológica de sujeito, uma vez que esse é entendido, ora como ponto de partida, ora como ponto de aplicação de operações. Em um sujeito assim concebido, a metáfora só poderia figurar e atuar na base linguística, pois sua constituição não seria ideológica. Entretanto, as descobertas na área discursiva pecheutiana levaram a uma transformação da metáfora, que passou a ser percebida como o que é, ou seja, *um processo não subjetivo* no qual o sujeito se constitui.

Eis o grande deslocamento na concepção de metáfora, o de tratá-la como *processo sócio-histórico* o qual serve, de acordo com Pêcheux (2009, p. 123), “[...] como fundamento da ‘apresentação’ (*donation*) de objetos para sujeitos”. Mas essa concepção por si só não basta para fazer operar o processo metafórico; antes, é preciso entender os processos reais da teoria não subjetivista, entender o lugar da alteridade, do inconsciente e da ideologia no interior do que Pêcheux designou como processo do Significante na interpelação e na identificação dos sujeitos.

Para isso, é preciso dizer que a ideologia e o inconsciente configuram no escopo teórico aquilo que Pêcheux (2009, p. 137) definiu como “estruturas-funcionamento”. O caráter dessas estruturas está em dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento produzindo “um tecido de evidências ‘subjettivas’ [...] nas quais se constitui o sujeito” (Ibidem, p. 139) e também os sentidos. Assim, nesse processo de dissimulação surge o trabalho da interpelação, o qual chama o sujeito à existência, pois antes da interpelação não há sujeito e sim um não sujeito. Desse modo, é a interpelação que faz, a partir do teatro da consciência, com que o sujeito se entenda como um eu que fala, um eu que pensa, sem perceber que se fala do sujeito, que se fala ao sujeito antes de que o sujeito possa dizer: “eu falo”. Essa evidência oculta da identidade é, de acordo com Pêcheux (Ibidem, p. 142), o “efeito do pré-construído, isto é, como se algo pensado antes, em outro lugar independente, irrompesse no enunciado”.

Esse funcionamento *dissimulado* da interpelação-identificação ideológica leva Pêcheux a formular o que ele define como um processo do *significante* na interpelação-identificação, encontrando em Lacan subsídios para tal empreitada. Assim, é a partir da concepção de *significante*, ou seja, *daquilo que representa o sujeito para um outro significante*, (1995, p. 193-194) que Pêcheux situa o sujeito como processo. A figura da interpelação é responsável, então, por constituir sujeitos e sentidos. Para explicar essa dupla constituição, que põe por terra a evidência de que os sujeitos seriam a origem do dizer e que os sentidos fariam referência exata ao objeto no mundo, Pêcheux examina o funcionamento imaginário da subjetividade a partir da forma-sujeito,<sup>16</sup> a qual fornece – impõe – a realidade ao sujeito *acobertando*, para o indivíduo, a sua interpelação em sujeito do discurso. O sujeito desconhece que, para que suas palavras façam sentido e que para que ele se reconheça como sujeito, é preciso que ele se identifique com a *formação discursiva* que o domina. Dessa forma, o que Pêcheux propõe é a oposição entre a transparência imaginária (unidade) e o caráter material do sentido.

O caráter material, por seu turno, reside na dependência ao “todo complexo das formações ideológicas”. Tal dependência consiste, então: em considerar que o sentido de uma palavra, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo, mas nas determinações oriundas das posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas; ou seja, as palavras recebem seu sentido da

---

<sup>16</sup>O conceito de forma-sujeito é tomado de Althusser, em “Resposta a John Lewis” (1978, p. 67): “A forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo agente das práticas sociais”.

*formação discursiva* na qual são produzidas. Diante disso, cabe às formações discursivas representarem na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Assim, é no interior das formações discursivas *embebidas* pelas formações ideológicas que encontramos a *matriz dos sentidos*. Se na AAD 69 as FD estava fechada, agora a percebemos com paredes “esburacadas” pelas que adentram elementos externos que, no interior das formações discursivas, serão postos em relação de substituição, de paráfrases, de sinonímias. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 148), “a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido (sua “matriz”, por assim dizer)”.

Mas o caráter material do sentido não depende apenas da formação discursiva; ele também depende do “[...] *‘todo complexo com dominante’* das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 149), isto é, do real exterior onde se encontra a objetividade material, que reside no fato de que “algo fala” sempre “antes e independentemente”. O interdiscurso configura-se, portanto, como uma espécie de “nuvem gasosa” na que se encontram todos os dizeres possíveis, todos os já-ditos que envolvem as formações discursivas, contribuindo, assim, para a produção dos sentidos.

Diante de toda essa complexidade, parece-nos que o lugar do processo metafórico na teoria discursiva se encontra engendrado no interior da formação discursiva, haja vista que é nesse local que ocorrem as substituições, as transformações e as rupturas dos sentidos. Pêcheux nos auxilia nesse aspecto quando coloca a metáfora como uma *relação* no interior de determinada formação discursiva. Como ele salienta: “[...] o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora<sup>17</sup> (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases e formações de sinônimos), das quais certas formações discursivas vêm a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório” (PÊCHEUX, 2009, p. 240). Assim, a metáfora seria sempre determinada pelo interdiscurso, ou, melhor, por uma região do interdiscurso.

Neste ponto da teoria começamos, então, a ver desenhado o trabalho da metáfora na produção dos sentidos. Pêcheux toma como base, para pensar o processo metafórico, a noção de metáfora concebida por Lacan, a saber: “*uma palavra por outra localizada no ponto preciso em que o sentido se produz no non-sens*” (LACAN apud PÊCHEUX, 2009, p. 277), agregando a ela a incidência da história. Para entender esse funcionamento, é preciso deslocar a metáfora das propriedades da língua (base linguística) e realocá-la na “cadeia do

---

<sup>17</sup> No sentido lacaniano.

significante”,<sup>18</sup> local que comanda tudo o que se pode presentificar do sujeito (LACAN apud PÊCHEUX, 2009, p. 240). Em função desse deslocamento, o Significante passa a ser concebido de forma diferente daquela do signo saussuriano, ou seja, a concepção nova parte da ideia de não representação, pois o elemento significante não é representação de palavra nem representação de coisa. Nessas condições, o significante situa-se, então, não como aquele que representa um sujeito para o outro, mas sim “aquele que opera sobre o sujeito fora de toda a compreensão” (PÊCHEUX, 2009, p. 241).

Nessas condições, o sentido seria o efeito de uma relação no elemento do Significante. Tal afirmação torna-se mais contundente se nos aproximarmos, nesse ponto, do texto escrito por Pêcheux e publicado em 1984: “Metáfora e Interdiscurso”. Nesse texto, o interdiscurso aparece como um princípio de funcionamento das discursividades na medida em que ele envolve as formações discursivas constituindo junto com elas os sentidos. Sobre isso, Pêcheux aponta que o interdiscurso:

longe de ser um efeito integrador da discursividade torna-se seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados *metaforizados* de uma *outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se constituir e se deslocar historicamente (PÊCHEUX, 2011, p. 158).

Notamos nessas reflexões que o interdiscurso atua, então, como *o espaço em curso*, um *percurso*, um local de importações de efeitos de sentido entre formações discursivas. Dessa forma, a *metáfora enquanto estrutura* seria produzida no *non-sens* e transportada pelas *formações do inconsciente (chistes, lapsos...)* para determinada região do interdiscurso. Este último, por seu turno, envolveria determinada formação discursiva na qual a metáfora adentraria e seria exposta à contradição, pois, como sabemos, toda formação discursiva está marcada pela alteridade. A metáfora, então, teria sua estrutura perturbada por essa alteridade, sua cadeia significante seria rompida levando a uma alteração, uma transferência, o que culminaria em um *efeito metafórico*. Pêcheux nos autoriza a pensar assim ao afirmar que a metáfora coloca em relação imediata duas sequências discursivas causando um “curto-

---

<sup>18</sup>A cadeia do significante localiza-se no inconsciente e será abordada de forma mais aprofundada no capítulo três deste trabalho.

circuito” simbólico entre os termos envolvidos sem que nenhum discurso justificativo o subentenda.

Assim, parece-nos fecundo apropriarmos-nos do esboço analítico proposto por Pêcheux (2011, p. 159) a fim de aclarar um pouco mais o proposto acima. Temos, então, os seguintes enunciados em contato: por um lado, o enunciado proferido por um russo a bordo de um navio graneleiro no porto de Rio Grande - RS – “O mar é *nada*” – em que se percebe o “*nada*” na sua acepção cotidiana como uma oposição a “*tudo*”, como um não lugar, uma ausência, um não ser (SARTRE, 2005). E, por outro lado, o enunciado E2: “Mar é uma extensa porção de água salgada conectada com um oceano”, pertencente ao discurso das ciências oceanográficas. Assim:

E1: Nada - mar

E2: Mar - água salgada - oceano - extensa

Consideramos o “*nada*” pertencente a E1 um efeito metafórico importado em E2 resultando em uma transferência “esquisita” do tipo: “*nada*” é uma extensa porção de água salgada conectada com um oceano. Tal colocação não faz sentido, ela causa, nos termos de Pêcheux, um curto-circuito cujas explicações e justificativas serão dadas ou *não* posteriormente. Nessa direção, a metáfora apareceria como uma *perturbação* (PÊCHEUX, 2011, p. 160) ou um *afinado desconcerto* que funcionaria como uma das formações do inconsciente, isto é, como um ato falho, um chiste, um lapso, um enigma, um sintoma.

Com isso, podemos pensar o funcionamento da metáfora discursiva da seguinte forma:

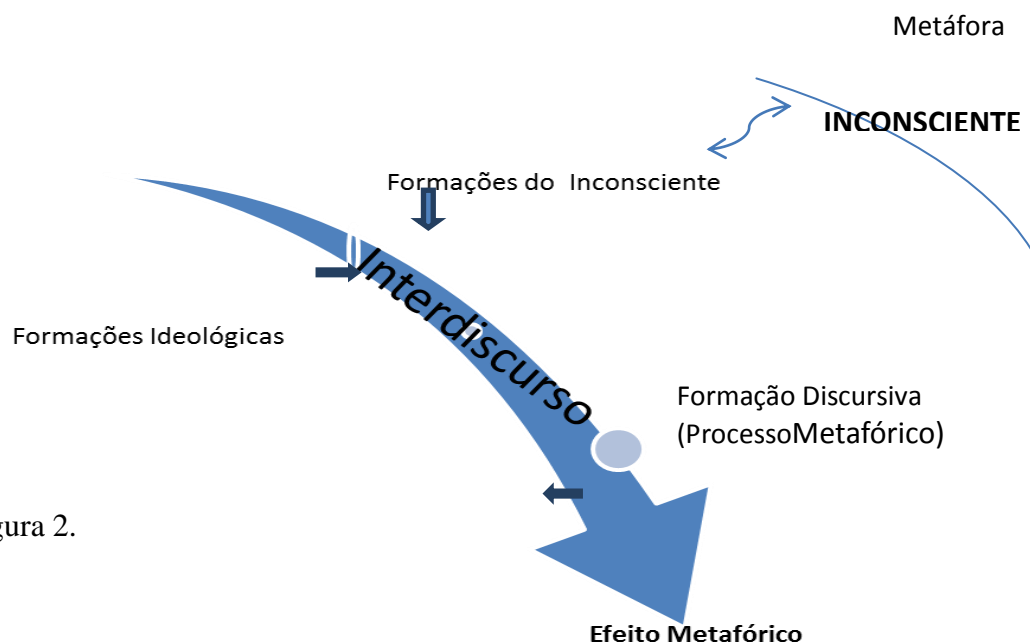


Figura 2.

Com esse funcionamento marcamos aqui a passagem da metáfora em sua acepção tradicional de sentido figurado para uma metáfora discursiva que funciona a *partir de uma transformação –um sentido por outro –na cadeia significativa articulada pelo trabalho do interdiscurso e do inconsciente – através de suas formações –na formação discursiva, resultando com isso em um efeito-metafórico*. No contexto teórico em apreço e a partir dos pressupostos de Pêcheux, a metáfora passa a ser percebida como contendo três fases: a primeira se dá no inconsciente (nesse saber que não se sabe), quando ela apresenta a forma de uma estrutura composta por uma cadeia significativa à que se tem acesso pelas formações do inconsciente; a segunda fase ocorre quando a metáfora tem sua estrutura alterada; ou seja, quando, ao adentrar a formação discursiva, a metáfora passa a integrar o processo discursivo, sendo submetida ao trabalho incessante da contradição, sua suposta unidade encontra a alteridade, o não um, e, diante disso, a cadeia do significativo que sustenta essa metáfora começa a falhar, os elos são rompidos e as transferências são feitas sem que para isso haja uma justificativa. Há, assim, um *afinado desconcerto*, uma espécie de busca frustrada pela melhor nota. É no interior da formação discursiva, também, que a metáfora se depara com o simbólico (língua), afetado pelo ideológico, pelo histórico, por seu imaginário que funciona como uma capacidade de remissão direta à realidade. Desse modo, a metáfora como processo encontra-se no interior da formação discursiva movendo junto com as demais engrenagens os sentidos que culminarão em *efeitos-metafóricos*. O *efeito metafórico* é o que entendemos como o mais próximo da materialidade do discurso, ele é o sintoma, isto é, a forma de acesso ao processo, o que permite a interpretação.

Para tratar a metáfora como a estamos concebendo aqui é preciso tomar a noção de língua constituída por um real, uma língua que não é lógica. De acordo com a apropriação proposta por Gadet e Pêcheux a partir da noção cunhada por Jean-Claude Milner, o real estaria na “lalangue”, que seria uma língua do impossível, “alíngua” tomada como não toda. “Na alíngua algo não cessa de se inscrever [...] e é nela que a língua atinge seu real” (MILNER, 1987, p.19). Trata-se de uma língua que, quando transposta para a AD, passa a ser pensada a partir de sua materialidade histórica, isto é, o jogo da contradição. Nas palavras de Gadet e Pêcheux:



[...] o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica; ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não idêntico que aí se manifesta pressupõe a *alíngua* enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na *alíngua* não coincide com o espaço do repetível na língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço, o que faz com que em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro através [...] da metáfora, do lapso, dos deslizamentos e do bom funcionamento entre os efeitos discursivos (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 55).

Nesse sentido, ao apreendermos a língua como a que contém o impossível, o *não todo*, estamos trabalhando na ordem do real, isto é, entendendo-a como um sistema significante material. Tal entendimento é possível na medida em que reconhecemos a história em sua inscrição na língua, fazendo essa última significar por meio de um trabalho de repetição que inscreve o dizer na ordem do repetível como saber discursivo que se sustenta no já-dito. E, nesse lugar, lugar do repetível fundamentado na língua sujeita à falha, localizamos o ponto de *formulação* dos discursos. De acordo com Orlandi (2010, p. 33) “só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso)”. Desse modo, todo dizer se encontra na confluência de dois eixos: o da constituição (interdiscurso) e o da atualidade (intradiscurso), segundo Courtine (2009). O primeiro, como já foi apontado, funciona a partir dos já-ditos que o constituem, fornecendo a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito falante. O segundo, por seu turno, coloca o funcionamento do discurso em relação a ele mesmo (o que eu digo agora em relação ao que eu disse antes e ao que direi depois). O intradiscurso atua, então, como um conjunto dos fenômenos de “correferência” que garantem aquilo que pode se chamar o fio do discurso como discurso sem sujeito. Com isso, podemos dizer que o intradiscurso<sup>19</sup> é um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade determinada como tal do “exterior”.

Retomando o exemplo exposto mais acima e aproximando-nos da leitura empreendida por Daltoé em sua tese, *As metáforas de Lula* (2012, p. 145-146), segundo a qual a metáfora se dá no encontro de uma memória e uma atualidade, somos autorizadas a dizer que a metáfora discursiva como processo compreendido por três fases tem seu enlaçamento ou

<sup>19</sup> É interessante frisar que esta noção funciona no plano consciente, mas, conforme Pêcheux (2009, p. 153), não se reduz a ele na medida em que “certas oposições ou incisões podem representar a irrupção, no fio do discurso, de um processo inconsciente”.

\*S (saber da formação discursiva); CP (condições de produção); ME (metáfora como estrutura); EM (efeito metafórico)

ponto de sutura no encontro entre esse *sempre-lá* que funciona no sujeito como uma pulsão, uma memória e o novo que advém de sua identificação com a formação discursiva que o domina, a partir de determinadas condições de produção que constituem esse sujeito. Assim, se tomarmos os enunciados do exemplo anterior:

E1 = O mar é nada.

E2 = O mar é uma extensa porção de água salgada ligada a um oceano.

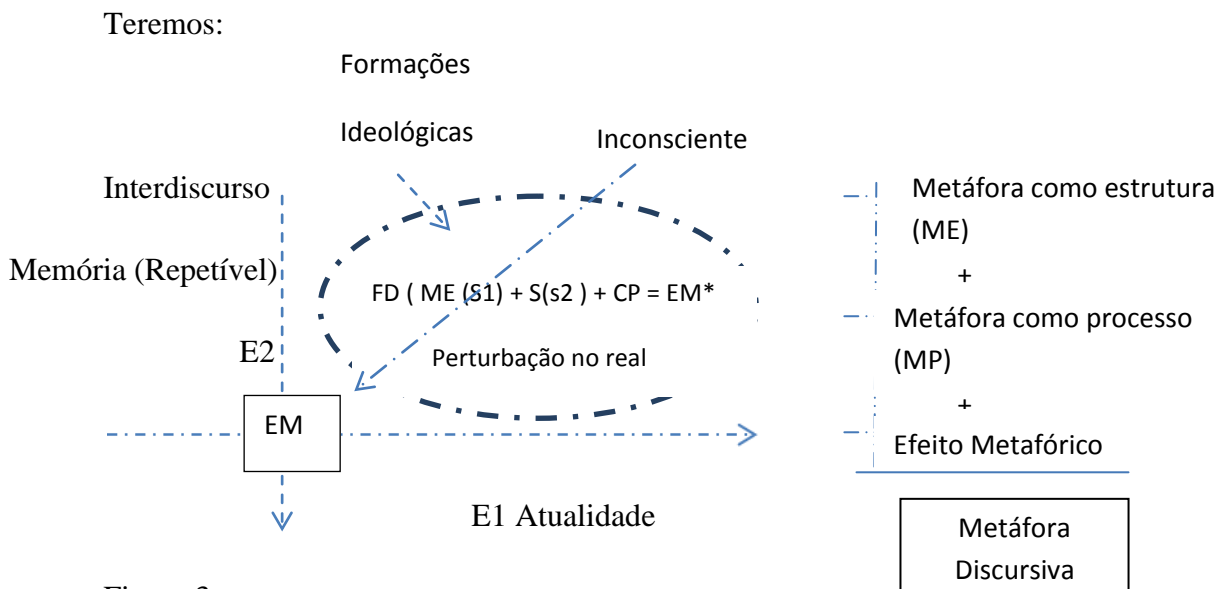


Figura 3.

A partir do gráfico acima, é possível perceber o funcionamento da metáfora. Através da palavra “nada”, empregada pelo trabalhador do mar em S1. Tal palavra irrompe no fio discursivo como um saber não apreensível que desestabiliza os pré-construídos presentes em S2. Dessa forma, no jogo da metáfora discursiva, a noção de *memória* que funciona, conforme Pêcheux (2007) em “Papel da memória”, como uma articulação discursiva que viria a reestabelecer os “já-ditos” a partir de uma repetição vertical atuando na manutenção do mesmo pela reconstrução dos sentidos “já-ditos” em suas relações parafrásticas; passa por uma divisão “da identidade material do item sobre si mesmo” (MARANDIN apud PÊCHEUX, 2007, p. 53), o que propicia uma nova articulação na qual a própria memória em sua repetição vertical “esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX in ACHARD, 2007, p. 52-53), permitindo, assim, o atravessamento da metáfora

que irrompe do inconsciente como uma presentificação do sujeito. A metáfora discursiva, ao irromper na cadeia do discurso, quebra os pré-construídos tornando impossível a reconstrução desses sentidos.

Sabemos que El se manifesta no discurso de uma posição-sujeito afetada por uma conjuntura sócio-histórica na qual o *mar* desponta como local de trabalho. Essa posição-sujeito inscreve-se, portanto, em uma formação discursiva em que *o que pode e deve ser dito* é que o mar é o local de viagem, uma espécie de via, pela qual as grandes embarcações se deslocam levando mercadorias pelos continentes. Se observarmos a questão cultural a partir da dimensão político-histórico-social, veremos que os discursos proferidos por esse sujeito são intimamente afetados por um comportamento culturalmente produzido que afirma serem os russos um povo continental de grande amor pelo “*russizemlya*”, o chão firme em que pisam. De acordo com o historiador Voltaire Schilling “os russos sempre apresentaram uma relação conturbada com o mar, tanto que os marujos russos ficaram famosos não por suas façanhas, mas pelas rebeliões que protagonizavam quando convocados à navegação”.<sup>20</sup> Com isso, parece-nos que esse sujeito afetado pela falta da terra, do continente, tenta, “sem saber”, sanar por um deslizamento de significações essa presença-ausência que o constitui. Logo, o significante “mar” pode ser entendido aqui em sua proximidade com a ausência da terra, isto é, com a falta; portanto, o mar não está em oposição à terra, mas, sim, subvertendo essa oposição na medida em que afasta a porção líquida de água salgada e aproxima de seu significado a ausência da terra pelo mar. Nesse jogo dos sentidos, há o que Lacan definiu como uma *transposição da barra na cadeia do Significante\**, o que resulta em uma substituição, assim representada:

$\frac{S1}{s1}$  imagem acústica: nada

Conceito de nada

$\frac{S2}{s2}$

imagem acústica: mar

Conceito de mar

<sup>20</sup> Disponível em: [http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/russos\\_mar.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/russos_mar.htm)

\*Representado no esquema acima pelos termos S1, S2.

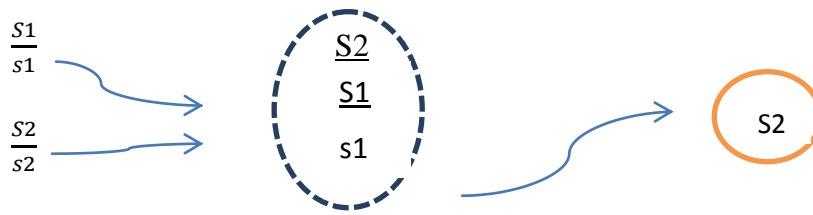


Figura 4.

Desse modo, para nós, o afastamento do *conceito* de **mar** e a aproximação do *conceito* de **nada** marcam o trabalho de substituição que envolve o processo metafórico dentro da formação discursiva que o domina, haja vista que, ao enunciar, o sujeito o faz inscrito em uma relação de lugares no interior da formação discursiva, isto é, em uma relação de identificação com o sujeito do saber próprio desse espaço. Dessa forma, o sujeito enunciator de nossa análise, ao afastar de seu discurso sobre o mar o conceito científico “extensa porção de água salgada”, age a partir de uma espécie de “retorno do saber no pensamento” (2009, 114), no dizer de Pêcheux. Tal retorno marca *o encontro* dissimulado do sujeito enunciator com o sujeito do saber que o interpela/assujeita como sujeito de seu discurso ao mesmo tempo em que encobre esse assujeitamento para ele. Assim, parece-nos fecundo pensar a metáfora discursiva como visando a consertar uma realidade insatisfatória para esse sujeito.

Nesse sentido, acreditamos que a metáfora constitui e é constituída pelo sujeito enunciator a partir do laço não subjetivo entre a ideologia com seu arsenal de evidências e o inconsciente com sua estrutura detentora *de um saber que não se sabe, mas que existe produzindo efeitos* (PÊCHEUX, 2008, p. 43). No entanto, é preciso atentar para o fato de que esse enlaçamento está sujeito à falha, como veremos a seguir.

## 2.5 A METÁFORA MERECE QUE SE LUTE POR ELA: UM POUCO SOBRE O ESTAR À DERIVA

Esse enlaçamento entre o inconsciente e a ideologia na constituição dos efeitos metafóricos, como alerta Pêcheux em seu texto de retificação “Só há causa daquilo que

falha...”, está sujeito ao furo, à falha na medida em que o sentido produzido no “*non sens*” pelo deslizamento sem origem do significante deixa, por esses deslizamentos, traços no sujeito-ego (eu) da forma-sujeito ideológica. Esses traços deixam entrever as falhas. Afirma Pêcheux:

[...] o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo de produção e o do produto não são sucessivos [...] mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma “pulsação” pela qual o *non-sens* inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar (PÊCHEUX, 2009, p. 276).

Dessa forma, a interpelação como ritual está sujeita ao enfraquecimento, à brecha, pois há um recalque, algo jamais apagado que trabalha no sujeito fazendo dele um sujeito dividido e não mais um ego-sujeito-pleno. Mas não só os sujeitos sofrem a ação da falha; o sentido também, e, nesse ponto, surge para nós a possibilidade de cercar – embasadas em Pêcheux (2009, p. 277) – um pouco mais a questão da metáfora. Na teoria discursiva, metáfora e sentido não são noções distintas, “o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora” (2009, p. 240). Diante disso, não há como pensar a metáfora sem o sentido, e, logo, não há como pensar a metáfora sem a possibilidade da falha. Eis o primado da metáfora sobre o sentido: o “*non-sens*” é o local de produção incessante do “sentido” a partir do deslizamento sem origem do significante, deslizamento esse que não desaparece sem deixar traços no sujeito-ego da forma-sujeito identificada com a evidência de um sentido (PÊCHEUX, 2009, p. 277). Daí a possibilidade de dizer que os sentidos se encontram à deriva na medida em que não se colam ao real, mas se relacionam com ele sofrendo seus efeitos e determinações, os quais, por seu turno, deixam pistas que funcionam como sintomas da possibilidade de os sentidos serem sempre outros.

Para melhor entender o que estamos colocando aqui é preciso explicar o lugar do logicamente estabilizado dos sentidos em sua relação com o real que o desestabiliza. O real aparece em Pêcheux ligado à problemática do pensamento em sua relação com o exterior e com a questão da dualidade sujeito/objeto praticada em uma estrutura idealista na qual os objetos a conhecer estariam de um lado e os sujeitos capazes de conhecer em outro, configurando, assim, uma *ciência régia*, lógica que explicaria as *coisas-a-saber* a partir de uma apropriação do mundo exterior pelo pensamento. Dessa forma, o mundo exterior organizar-se-ia de modo binário permeado por uma lógica disjuntiva do *ou-ou*, que exclui a

contradição de seu universo. De acordo com Longo (2006, p. 11), “a ciência, sensata, simetriza as diferenças tornando a realidade mistificadamente organizada. A imagem, neste campo, parece se encaixar com a realidade perfeitamente, eliminando o equívoco e a não-simetria”. Assim, o pensamento aparece como unificado, garantindo à ciência a verdade de seus objetos.

Diante desse quadro de verdades produzidas pelo trabalho da evidência, Pêcheux inicia o combate à solução idealista de real trazendo à tona a contradição expressa nas modalidades histórico-materiais (leia-se: relações políticas, econômicas, ideológicas) sob as quais “o real determina as formas de existência do pensamento” (PÊCHEUX, 2009, p. 233). Nesse sentido, o pensamento é tomado como uma forma particular do real e não mais como constituído por duas regiões distintas (real e pensamento). Ele passa a ser parte integrante do movimento objetivo e necessário das determinações de desigualdade-contradição-subordinação que constituem o real. O pensamento, então, abarca em seu interior a desigualdade, a falha e a heterogeneidade, passando a existir sob a forma de “*regiões de pensamento*” (2009, p. 234) que se encontram determinadas por uma exterioridade contraditória imanente aos modos histórico-materiais. Com isso, podemos dizer que essas “regiões de pensamento” estão submetidas ao trabalho do interdiscurso intrincado nas formações ideológicas e que faz com que o real, ao determinar o pensamento, passe a impor a ele a forma da não conexidade, da disjunção. Essa não conexidade subverte o idealismo das *coisas-a-saber* nas quais as ciências régias materializam a necessidade universal de um “mundo semanticamente normal” que se organizaria como “reservas de conhecimento acumuladas” (PÊCHEUX, 2008, p. 34) que representam tudo o que ameaça faltar à felicidade de nosso conhecimento; e introduzem, nessa homogeneidade, a questão da heterogeneidade. Dessa forma, para nós, as metáforas do mar atuam nessa subversão, elas viriam *estilhaçar* essa ilusão lógica de um universo semanticamente estável.

Entendemos, assim, que as metáforas sobre o mar perturbam o discurso lógico das ciências marítimas na medida em que são produzidas no enlaçamento entre sujeito e significante, enlaçamento esse que atua como uma representação dessa não conectividade, na qual, como coloca Pêcheux (2009, p. 237), “o sujeito se instalará sentindo-se ‘aprisionado’, identificado com a complexa estranheza de uma evidência familiar... *em que* o não-dito precede e domina a asserção”. Baseando-nos nisso, podemos afirmar que as metáforas sobre o mar fazem com que os sentidos deslizem ao serem atravessados pelo inconsciente, permitindo com isso que os saberes transportados por elas – sobre o mar – se desvencilhem do mundo

semanticamente normal das ciências do mar, o que ocasiona uma perturbação na capacidade de reprodução do real.

Assim, é nesse espaço discursivo caracterizado pela evidência das coisas-a-saber que supõem, sempre, que os enunciados produzidos em seu interior refletem uma descrição adequada do mundo exterior a partir de uma série de evidências lógico-práticas que inibem a interpretação com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” e “A ou não-A?”), conforme Pêcheux, 2008, p. 31) que as metáforas sobre o mar vêm instalar-se subvertendo os discursos estabilizados das ciências do mar. Processo, esse, que mostraremos a partir da análise a seguir sobre o enunciado pertencente ao recorte dois, *Os sujeitos que contemplan* o mar.

Em um mundo cuja realidade se produz pela evidência, o enunciado metafórico **E4**. “**Mar é casa**”, proferido por uma turista em visita a sua cidade natal, causa certa estranheza na medida em que aproxima sentidos díspares. Nesse enunciado, temos uma posição-sujeito que relaciona o significante “mar” com a noção de **casa**. Se buscarmos a acepção usual do termo “casa”, encontrá-la-emos relacionada a um campo semântico no qual as noções de *paredes sólidas, habitação, lar, proteção e moradia* se perfilam produzindo na conjuntura atual, um efeito de sentido no qual se lê “casa” como “abrigo”, como “refúgio de um exterior”. Essas produções contrastam com o sentido que se tem para o significante “mar” – “extensa porção de água salgada”. Primeiro, pelo impedimento físico, nosso corpo não está programado ou adaptado para a vida em ambientes líquidos; segundo, pela própria acepção de “casa” como aquela construção que tem paredes, que separam um interior de um exterior.

Entretanto, se nos afastarmos um pouco mais da superfície desse enunciado e adentrarmos em seu intradiscurso seguindo os traços deixados na superfície pela palavra “casa” e, junto a esses traços, atentarmos para as condições de produção desse enunciado (compreendidas aqui pelo retorno à cidade natal, o reencontro com a família, as lembranças da infância, das brincadeiras na beira-mar), somos autorizadas a encontrar nesta asserção: “mar é casa” um “estranho-familiar”, isto é, parece-nos que o significante “mar” é tocado pelo não todo do dizer, daí ser possível aproximar “mar” e “casa” por uma memória (não mnemônica) de uma repetição: o significante “mar” é atualizado a partir do significante “casa” em algo além. Aqui, ele já não é “casa”, nem “mar” e sim a representação de uma falta, a falta daquilo que identifica esse sujeito, aquilo que o constituiu como criança e adolescente.

Em função do exposto até aqui, parece-nos, baseando-nos em Courtine (2009, p. 183-187), que estamos diante de um enunciado antagônico, o qual, a partir do interdiscurso, manifesta uma relação de oposição entre dois elementos que refletem a contradição entre os domínios de saber de formações discursivas antagônicas. Em outras palavras, temos aqui uma formação discursiva das “ciências”, um discurso lógico que tenta referir a cada termo um objeto no mundo, encobrindo, com isso, a contradição. Assim, parece-nos que o “discurso das ciências” **falha**, na medida em que há um deslizamento na cadeia significante, isto é, há um atravessamento da barra pela metáfora, fazendo com que o significante rompa o obstáculo, “o imaginário de mundo”, e desloque o significado<sup>21</sup> ali apreendido.

A esse respeito, Cazarin (2000, p. 177-178), baseando-se em Courtine (2009), explica, por sua vez, que discursos em confronto convivem no mesmo enunciado, configurando, assim, um enunciado dividido. Desse modo, é possível, segundo a autora, observar esses discursos antagônicos por meio de distintas marcas linguísticas, como: “não é x..., mas é...”; “não...” frase afirmativa; “jamais...” frase afirmativa; “nunca...” frase afirmativa, etc. E, ainda de acordo com Cazarin (2000, p. 178), “esses enunciados se formam na tensão que liga os processos discursivos inerentes a duas FDs antagônicas as quais materializam linguisticamente contradições e fronteiras entre domínios de saber”. Nesse sentido, o enunciado “mar é casa” é um enunciado dividido e pode ser assim representado:

$$P \frac{(X) \textit{Mar é casa.}}{(Y) \textit{Mar é extensa porção de água salgada.}}$$

Nessa representação, enquanto X aproxima, por meio de uma comparação “falhada”, o mar com o retorno ao familiar, à casa; Y remete a elementos do mundo real cujo entendimento, de acordo com Pêcheux (2009, p. 71), é dado por um conhecimento objetivo produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas e que independe do sujeito, ao advir de um mundo concreto-real. Ambos apontam para uma opacidade, um não dito que está ali, que precede o dizer e pode ser assim representada:

---

<sup>21</sup> Estamos entendendo esta relação entre o significado e o significante a partir da inversão laciana que coloca o significante como causa.



(Z) Mar não é extensa porção de água salgada, não é construção sólida; mar é falta, ausência daquilo que por certo tempo constituiu esse sujeito projetando-o para o outro. O sujeito, como sabemos e como bem coloca Romão (2011, p. 122):

no momento em que fala e assume o (seu) dizer, produz tanto o seu caminhar quanto os seus tropeços na língua; daí derivam as contradições e as tensões sócio-ideológicas provocando a emergência de névoas de pouca (ou nenhuma) clareza nos movimentos do seu dizer [...] algo sempre falta, há uma palavra sempre-escapante na língua.

Assim, a metáfora “casa” indica, a partir de “Z”, uma transformação, um trabalho ideológico da apreensão histórica desse significante, ao mesmo tempo em que um trabalho subjetivo de enlaçamento entre um imaginário histórico-social de mar com uma ausência inominável marcada pela falta, que advém do inconsciente. Com isso, podemos dizer que a metáfora, de certa forma, traz à tona esse não-todo, deixando, através do efeito-metafórico presente na superfície do discurso, sintomas que nos guiam para um possível entendimento que nunca será completo, uma vez que sempre estamos tateando nas bordas do impossível de enunciar.

Posto isso, passaremos, no próximo capítulo, a discorrer sobre o atravessamento de natureza psicanalítica e suas implicações nos modos de subjetivar a realidade pelos sujeitos.

### 3 APORTANDO NA PSICANÁLISE: O LUGAR DA INTERFACE

“[...] no retorno crítico sobre a questão do sujeito. É do lado da psicanálise que Michel Pêcheux procura uma abertura” (MALDIDIER, 2003, p. 69).

Observar o atravessamento da psicanálise na teoria discursiva pecheutina implica pensar a relação “ideologia e inconsciente”, isto é, aquilo que é próprio ao sujeito, que o constitui. Entretanto, para que o capítulo que aqui se apresenta produza sentidos em nossa pesquisa, duas orientações se fazem necessárias:

I – (re) lembrar que a análise de discurso é - como nos informa Orlandi (2007, p. 23), uma disciplina de entremeio e que, portanto, está no meio dos sentidos ou, como aborda a autora em obra mais recente, na *(re)significação dos empréstimos* (2012, p. 11), “entre o que a psicanálise pode oferecer à análise de discurso e aquilo que a análise de discurso pode oferecer arguindo o campo da psicanálise, particularmente no que já produziu sobre a relação língua-sujeito-história”;

II - que a teoria do discurso como nos fala Pêcheux em nota de rodapé na AAD: “não pode de forma alguma substituir uma teoria da ideologia, da mesma forma que não pode substituir uma teoria do inconsciente, mas ela pode *intervir* no campo dessas teorias (grifo nosso), colocando para elas questões”.

Salientamos isso, porque objetivamos com esse capítulo articular a produção do *significante mar* à constituição do sujeito a partir do *entrelaçamento mutuamente constitutivo* entre a ideologia e o inconsciente, ou seja, interessa-nos aqui abordar a provocação lançada por Orlandi (2012, p. 39-40) sobre o “e” dos conjuntos *ideologia e inconsciente, análise de discurso e psicanálise*, apontando com este “e” a intervenção necessária da análise de discurso na psicanálise para pensar o sujeito, assim como para pensar a tríade Real/Simbólico/Imaginário, interrogando-os sobre o lugar da metáfora e dos sentidos na dupla constituição *sujeito/significante mar*.

Dessa forma, é em uma zona de tensão, cujos contornos teóricos não estão, nem estarão nítidos, que nos lançamos em busca de respostas.

### 3.1 EM DIREÇÃO À PSICANÁLISE (OU SOBRE O LUGAR DA FALTA)

Ultrapassar o saber empírico para pôr em relevo a estrutura por trás do fenômeno impõe uma nova posição sobre a subjetividade. Se antes ela era tomada como consciência, a partir do pensamento freudiano ela passa a ser percebida pela *contundência do inconsciente*, isto é, por um lugar “desconhecido da consciência: uma espécie de ‘outra cena’” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 375-378). Uma “outra cena” que como nos fala Lacan através de seu retorno a Freud – a fim de “resgatar nas noções amortecidas por um uso de rotina o sentido que elas recuperam tanto de um retorno em sua história, como de uma reflexão sobre seus fundamentos subjetivos” (2011, p. 101-119), pode ser entendida como o *fundamento da palavra*, ou como observa ele em seu texto “A instância da letra no inconsciente”:

E como mesmo um psicanalista de hoje, não se sentiria levado a tocar a palavra, quando sua experiência recebe dela seu instrumento, seu quadro. Seu material e até mesmo o fundo sonoro de suas incertezas. [...] Nosso título dá a entender que, para além desta palavra, é toda a estrutura da linguagem que a experiência analítica descobre no inconsciente (LACAN, 2011, p. 235).

Diante disso parece-nos que a essência da obra lacaniana encontra-se articulada à noção de linguagem, pois estando o sujeito submetido à força do inconsciente, isto é, dos sentidos escorregadios, da não unidade de sentidos, não lhe resta outro destino, que não seja se abrigar na linguagem. E aqui deslindamos um ponto de contato entre Lacan e Pêcheux, **a linguagem**. Ponto esse que permitiu à teoria do discurso nas palavras de Mariani, Romão e Medeiros (2012, p. 7-8) “fazer furo naquilo que os linguistas tão bem costuraram (e costuram) conceitualmente como língua”, a partir da (re) introdução do *sujeito* na língua.

Como sabemos a psicanálise é uma área que assume para si a questão do sujeito abordando-o pelo viés do inconsciente e da linguagem. Lacan desenvolverá essas questões a partir do inconsciente, dirá ele em seu texto “Função e campo da fala” (1953): “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, ou seja, funciona conforme as regras da linguagem e,

desdobra-se nos efeitos dela. Em outras palavras para Lacan as *formações do inconsciente*, isto é, a forma como ele opera produzem **condensações, deslocamentos, atos falhos, lapsos, chistes**, manifestados necessariamente pela linguagem. Dessa forma, nas diversas manifestações do inconsciente há um denominador comum, sua estruturação pela linguagem, com isso Lacan pôde afirmar que “há um saber que não se sabe, um saber que se baseia no significante como tal”.<sup>22</sup>

Nesse sentido o inconsciente desponta, então, como um “saber”, um saber Outro, ou como nos fala Lacan (apud COUTINHO JORGE, 2011, p.66) “o inconsciente é o testemunho de um saber, no que em grande parte ele escapa ao ser falante”,<sup>23</sup> e, nesse sentido, “se o inconsciente nos ensinou alguma coisa foi primeiro o seguinte: que em alguma parte, no Outro, isso sabe”.<sup>24</sup> Assim, esse Outro que não é um sujeito, mas, nas palavras de Mariani (2012, p. 59), “um lugar, uma cadeia significante em que o sujeito pode ser representado de um significante para outro significante”, desemboca na concepção da *lógica do significante*, a qual, por seu turno, nasce atrelada à questão do simbólico, isto é, a questão mesma da estrutura do significante. É no lugar simbólico, lugar do Outro que as cadeias significantes dos sujeitos se articulam determinando o que o sujeito pensa, fala, sente e age. Com isso Lacan autoriza-nos a dizer que não se trata mais de o homem viver em universo meramente físico e, sim, de o homem viver em um universo simbólico *refratado*<sup>25</sup> pela linguagem do Outro.

Na tentativa de tornar mais claro o que estamos querendo dizer com isso, recorreremos à metáfora do buquê invertido. Lacan, em seu registro (1960) sobre o relatório de Daniel Lagache, recorreu ao modelo ótico de Bouasse “L’Optique et photométrie dites géométriques”. Com esse esquema,<sup>26</sup> que segue abaixo a título de visualização, ele retornará a sua tese sobre o espelho, aprimorando a utilização do modelo ótico para teorizar sobre o Eu Ideal e o Ideal do Eu, isto é, a Tópica do Imaginário. Em nosso texto, apropriamo-nos desse modelo para pensar o simbólico, permeado pelo imaginário, pela *realidade que se produz do mundo físico*. Não estamos querendo dizer com isso que não haja um mundo físico, exterior ao sujeito, mas sim que a apreensão desse mundo não é direta. Assim:

---

<sup>22</sup> Lacan, 1982, p. 129.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 190

<sup>24</sup> Ibidem, p. 118

<sup>25</sup> Estamos entendendo com a expressão “*refratado pela linguagem*” um mundo que sofre a incidência da interface entre um imaginário e um real que não se sabe, mas que se manifesta no simbólico.

<sup>26</sup> Lacan, 2011, p. 687.

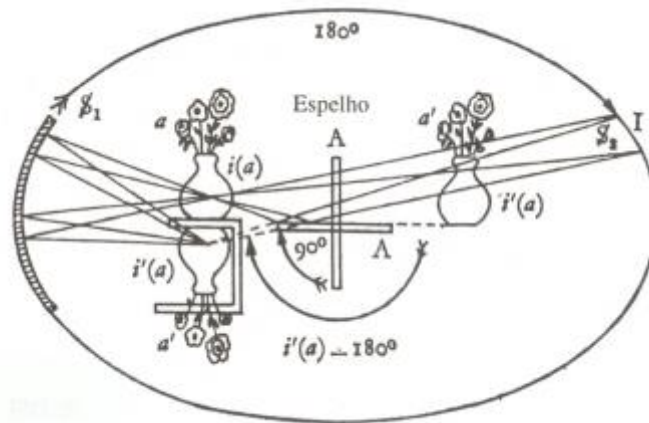


Figura 5

A experiência do buquê invertido trata-se de uma montagem ótica usando dois espelhos que “simulam” um real a partir do jogo do completo/incompleto. O primeiro espelho é esférico côncavo, o espectador que se posiciona diante dele vê a partir de determinada posição refletida ali uma imagem incompleta, isto é, de determinado lugar esse espectador enxerga apenas o vaso. Colocando-se em outra posição o que esse espectador tem é a imagem de um buquê invertido, logo há uma fragmentação da imagem. Entretanto com o acréscimo do espelho plano deixa-se de ter uma imagem deformada, invertida para ter-se uma imagem unificada, uma imagem virtual completa a qual reflete uma Gestalt, isto é, a imagem refletida não é a soma das partes no todo, mas algo além das somas:  $A+B = AB$ , e sim  $C$ . Nesse sentido, imaginamos, amparadas por Paul Henry em seu texto *A ferramenta imperfeita*, língua, sujeito e discurso (1992, p. 129-130), que o vaso seja a realidade, e diremos que a realidade inteira está reduzida a ele, assim tudo aquilo que seria tomado como sendo da realidade, mas que não cairia no campo dessa realidade, só poderia ser chamado de imaginário, no sentido de fictício. Dessa forma, aproximando essas colocações de nosso objeto: o discurso sobre o mar, podemos dizer que a partir do “sujeito da ciências do mar” temos um real objetivo e verdadeiro, nesse sentido a imagem do vaso sendo real faz parte da realidade assim como o vaso. A realidade, portanto, passa a ser percebida pela presença naturalizada que comporta em seu interior o não todo, uma espécie de presença/ausência rejeitada.

Dentro disso, podemos dizer ainda, lembrando Pêcheux:

[...] que há de um lado um ponto de vista das ciências sobre o real e, de outro, o ponto de vista da ideologia” Mas na verdade “todo ponto de vista é ponto de vista de um sujeito, assim uma ciência é o real sob a modalidade de sua necessidade-pensada, de modo que o real de que tratam as ciências não é senão o real que produz o concreto-figurado que se impõe ao sujeito na necessidade “cega” da ideologia (PÉCHEUX, 2009, p. 168).

Assim, relacionando essa visão da realidade ao imaginário lacaniano desenvolvido na ótica do buquê invertido, entendemos que as imagens do mar são, assim como ele, realidades permeadas por um imaginário atravessado pelo simbólico, pelo Outro. Dessa forma os sentidos sobre o mar se constroem a partir da inclusão do sujeito, ou seja, só há sentido na imagem do buquê invertido se tivermos um espectador. Entretanto esse espectador - deixemos claro -, não é a origem do sentido, a constituição sentido/sujeito é mútua na medida em que como nos fala Lacan “o significante representa um sujeito para outro significante”. Desse modo, não há sujeito sem inconsciente, não há palavra que não carregue cicatrizes, pontos a serem seguidos, uma vez que é na palavra enunciada pelos sujeitos que o inconsciente pode ser escutado. Mas para que tais afirmações façam sentido é preciso situá-las a partir do algoritmo invertido.

Lacan utiliza-se do algoritmo saussuriano postulando algumas distinções, entre o linguístico e o psicanalítico. Ele elimina a elipse e quebra a unidade do signo; torna resistente à significação a barra que separa o significante do significado e inverte os termos: o significante deve ficar sempre na parte superior, acima da barra, representado por um S maiúsculo; e o significado abaixo representado por um s minúsculo.

$$\frac{S}{s}$$

O algoritmo lacaniano é grafado com maiúscula porque sua presença na fala é prevalente: o falante desliza de significante em significante sem conseguir entender o que fala, alienado que está do sentido daquilo que diz. Por isso mesmo, Lacan torna a barra que separa o significante de seu efeito de significado mais grossa, mais resistente à significação. O falante consegue atravessar a barra, ou seja, atingir o sentido do que fala em raros momentos, e a metáfora, para nós é um desses momentos, na medida em que como nos diz Coutinho

Jorge (2011, p. 81) “a barra é franqueada na metáfora” fazendo com que haja a possibilidade de transposição do sentido.

Daí entender o sujeito como *barrado*, como um sujeito de natureza intervalar, isto é, como o que não compreende uma representação integral, que precisa ser sempre representado de um significante para outro, ou seja, uma representação *entre-dois-significantes*.

Nesse sentido, seja o enunciado proferido por um trabalhador do mar:

### **E5. “O mar é felicidade”.**

Neste enunciado interessa-nos observar a partir do termo “felicidade” o funcionamento do imaginário inscrito na ordem do Outro, buscando com isso apreender, isto é, situar o momento de ultrapassagem da barra. Tal interesse surge, na medida em que a partir do atravessamento psicanalítico concebemos as metáforas como as responsáveis pelos momentos de ultrapassagem da barra. Mas antes precisamos situar materialmente nosso enunciado.

O sujeito contemporâneo, como sabemos, busca a felicidade como essência de vida, Freud em sua obra o “O mal estar na cultura” já alertava para essa busca, que segundo ele estava fadada ao fracasso, na medida em que a felicidade tinha contra si a própria realidade circundante, a qual ao contrário do que poderíamos ambicionar só nos conduzia ao sofrimento, como o caso do corpo com sua decadência, do mundo com suas misérias e sofrimentos. E, para além desses, acrescentamos o sujeito do capital, que conforme Silveira (1989, p. 52, apud MARIANI; MAGALHÃES, 2011, p. 135) tem sua subjetividade envolvida em sua relação alienada a um trabalho como mercadoria, um trabalho que nas sociedades capitalistas produz uma subjetividade voltada para si própria, indiferente aos ditames sociais; não participativa eticamente e, necessariamente, violenta.

Nessas sociedades o indivíduo necessita a todo o momento, como nos dizem Mariani e Magalhães (2011, p. 135), “participar da concorrência própria ao sistema, o que produz sujeitos cada vez menos preocupados com o futuro da humanidade”, uma vez que todos querem apenas sobreviver e usufruir sempre. Assim o sujeito contemporâneo tem sua felicidade subsumida à lógica da mercadoria, isto é, ao valor de troca. Mas não só a felicidade, sua subjetividade, suas ideias práticas e discursivas, também estão subsumidas a essa lógica. E para que essa submissão do sujeito enquanto *trabalhador* ocorra é necessário produzir nos sujeitos, como nos falam, também, Mariani e Magalhães (2011, p. 135-136) “desde o início do seu estar-no-mundo”, marcas que estarão para sempre em sua estrutura

psíquica. Dessa forma, as “práticas ideológicas trabalham sobre a estrutura psíquica do sujeito em formação fazendo com que o inconsciente de cada sujeito tomado em sua singularidade esteja relacionado à fala ideológica que será dita antes do nascimento de cada ser humano” (*Idem, Ibidem*). Com isso podemos ver que significantes e sentidos estão inter-relacionados na constituição do sujeito, na medida em que é na relação com o simbólico que o sujeito sem perceber coloca-se na cadeia do significante que o constitui, significando-o.

Essa visão permite-nos perceber esse trabalhador indiano que define o mar como “felicidade” como um trabalhador a bordo de um navio coreano que ocupa uma posição sujeito identificada com uma formação discursiva na qual se lê: o mar como oportunidade de aquisição material, assim como de melhor qualidade de vida, portanto, de felicidade. Assim, esse sujeito, a partir do imaginário de felicidade e através de um *procedimento de semblante*, como aponta Dör (2008, p. 121-124) baseando-se em Lacan, ou seja, por um registro imaginário que coloca o sujeito como “eu” do enunciado ocultando para ele a falta que o constitui levando-o a aderir por identificação-interpelação ideológica a determinados sentidos que circulam sob determinadas condições históricas, acaba transpondo sem saber a barra de significação e produzindo uma metáfora. Diante disso, e de nossas tessituras teóricas realizadas no capítulo anterior, parece-nos que o enlaçamento entre o imaginário e o simbólico, atravessado por uma realidade ideológica, acaba por descortinar a metáfora em sua corporeidade.

É interessante observar nessa análise, por nós empreendida, que o ponto de vista da ciência do mar mesmo não explícito continua presente, uma vez que não se nega o mar em seu aspecto físico, mas apresenta para ele um outro elemento, um outro significante na cadeia. Dessa forma, vemos funcionar aqui o buquê invertido o qual nos apresenta uma realidade que compreende o não todo. Logo ao dizer “mar é felicidade”, a posição-sujeito *trabalhador do mar* o faz articulado pelo encontro entre o sujeito do inconsciente e o desejo que o mobiliza, isto é, pela *alíngua*. Portanto, ele enuncia a partir do *não todo suportado pela língua*. Milner (1987, p. 26) nos diz que esse não todo é como uma rede “que comporta um objeto faltoso”, o qual incute aos sujeitos a produção do sentido na medida em que sempre algo lhes falta e precisa ser preenchido.

Voltando à subjetividade, após nossa digressão pelo “inconsciente estruturado como linguagem”, podemos dizer que ela se constrói não mais pelo consciente e, sim pela alteridade para com ele. Aproximando essas reflexões do pensamento pecheutiano encontramos a



questão da **não-subjetividade**, isto é, de uma não subordinação ao objetivismo idealista o qual coloca a subjetividade como ponto de origem, partida do sujeito. Neste ponto, vemos, então, o começo de uma intervenção pecheutiana na teoria psicanalítica, na medida em que ele apropria-se do “Outro” lacaniano para situar no interior do trabalho deste, o processo de **imposição/dissimulação** que constitui o sujeito a partir da relação entre inconsciente e ideologia. Nesse sentido dirá Pêcheux em sua visada, citando Althusser:

“[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito<sup>27</sup>, para aceitar, portanto, [livremente] sua submissão [...]”<sup>28</sup> ..., e de outro lado que, sempre de acordo com a formulação de Lacan “o inconsciente é o discurso do Outro”, podemos discernir de que modo o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos no interior do que poderia se chamar processo do *Significante na interpelação e na identificação*[...] (PÊCHEUX, 2009, p. 124).

Assim, a não subjetividade designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, o qual faz com que todo sujeito funcione, isto é, tome uma posição, iniciativa através da qual ele se torne responsável pelos seus atos. É interessante observar, como bem explica Pêcheux em nota de rodapé, que “se falamos de um sujeito com S maiúsculo que “interpela” os indivíduos em sujeitos [...] é porque existem ideologias com sua materialidade própria e com o funcionamento que lhes corresponde. É disso que se trata aqui” (PÊCHEUX, 2009, p.124). Se trata, então, não de defender a existência de “algo”, mas de que há ideologias que permeiam o entendimento desse “algo” Posto isso, podemos dizer que Pêcheux utiliza os conceitos psicanalíticos lacanianos desviando-os de suas (re) inscrições idealistas de elaboração para situá-los em um terreno de entremeio entre a teoria materialista do discurso e a psicanalítica.

Nessa direção, o sujeito da psicanálise apresenta-se como um efeito entre significantes, que surge, quando no curso da linguagem, algo falha “só existe causa para o que manca”, como diz Lacan (1998, p. 27). Assim, o inconsciente é algo que se articula no que escapa no encadeamento significante, e não no que é articulado, com isso o sujeito do inconsciente na medida em que se mostra é perdido. Quando falamos, portanto, falamos alienados ao campo do Outro, e isto constitui-nos. Dessa forma, o sujeito resulta de uma clivagem entre o eu, como o outro, e o inconsciente como discurso do Outro. E

<sup>27</sup> Falaremos sobre esse Sujeito com “S” maiúsculo no próximo item deste capítulo.

<sup>28</sup> Althusser, 2007.

acrescentamos, a partir da teoria materialista que nos interpela, que além dessa clivagem, dessa afetação do inconsciente, o sujeito passa a ser afetado também pela ideologia.

No dizer de Mariani,

O sujeito da análise do discurso é constituído pela linguagem, apreensível como posição na textualidade e se encontra sempre resvalando nos efeitos do discurso. Se, do lado do materialismo histórico, a partir de Althusser Pêcheux articula a ilusão de autonomia do sujeito à submissão da interpelação que busca cristalizar sentidos para os sujeitos – você é X no social, [...]do lado da psicanálise, é com a noção de sujeito dividido que a análise de discurso opera, isto é, um sujeito cujas pegadas do inconsciente são apreensíveis na estrutura da linguagem, e subvertem esse “X” de uma significação ou identidade pretensamente estável” (MARIANI, 2012, p. 54-55).

Sendo assim, diríamos que a descoberta de um inconsciente apontou para uma alteridade marcada por uma presença binária, a presença de um outro em relação com um Outro. E em algum ponto próxima entrelaçada, agindo mutuamente com o inconsciente, uma espécie de alteridade ideológica. No dizer de Pêcheux “é porque há o outro nas sociedades e na história, esse outro próprio ao linguajeiro discursivo que se pode interpretar [...] que as filiações históricas podem organizar-se em memórias, e as relações sociais em redes de significante.” (2008, p. 54). Assim é na/pela alteridade que o sujeito discursivo opera, para melhor entender essa colocação passemos ao próximo item deste capítulo.

### **3.1.2 O sujeito do inconsciente no trabalho da forma-sujeito**

Iniciamos este item retomando a asserção de Pêcheux no prefácio “O estranho espelho da análise do discurso” escrito para o texto de Jacques Courtine *Análise de discurso político*. Neste prefácio, Pêcheux nos diz que “já é hora de começar a quebrar os espelhos”. E nós entendemos esse quebrar como retificar, assim é pela ordem da reestruturação que o sujeito do inconsciente encontra a forma-sujeito no interior da análise de discurso. Se alguma coisa não anda ou anda de maneira torta, é porque algo falha do lado da interpelação ideológica, e esse

algo é o sujeito como nos deixa claro Pêcheux em seu texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”:

[...] alguma coisa está falhando do lado da psicanálise, na referência feita a seus conceitos, e se concentra sobre a relação entre *o ego e o sujeito*. [...] uma espécie de gênese do ego [...] Permitir a instalação de um jacobinismo da consciência enclausurada na evidência de seu próprio império sobre seus atos, palavras e pensamentos sem que nada falhe [...] a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha (PÊCHEUX, 2009, p. 276).

Notamos nessas afirmações que algo se desamarra no funcionamento do sujeito dentro da teoria discursiva, que a interpelação ideológica, também, está sujeita à falha na medida em que a identificação entre a posição-sujeito e a forma-sujeito não é algo definitivo e, sim, inacabado e acompanhado ininterruptamente de outros processos de identificação. Ou seja, o sujeito se desidentifica de formações discursivas se identificando a outras e se contraidentificando a outras ainda. O não-assujeitamento total do sujeito, então, nos permite apontar para o papel da resistência e da contradição como algo constitutivo do próprio processo de assujeitamento. Conforme Mariani,

nenhum processo de assujeitamento pode ser completo ou imutável até porque o sujeito, no todo social, não ocupa apenas uma (1) posição. Os mecanismos de resistência, ruptura (revolta) e transformação (revolução) são, assim, igualmente constitutivos dos rituais ideológicos de assujeitamento (MARIANI, 1998, p. 25).

Dessa forma, há sempre algo que falha na cadeia significante, que resiste aos rituais ideológicos que deveriam promover a uniformidade do semântico. Essa resistência possibilita que o sentido inesperado possa insurgir, que o “*non-sens*” possa significar ou mesmo que o silêncio possa fazer sentido ou que um outro sentido possa surgir. Logo a forma-sujeito que dava conta de uma unicidade não contraditória, passa agora a comportar em seu interior a heterogeneidade na medida em que surge como efeito da articulação entre um pré-construído (saber do Sujeito universal da formação discursiva) e o que é articulado pelo sujeito da enunciação.

Nessa direção os mecanismos constitutivos do sujeito (o esquecimento número 2 e o esquecimento número 1), não estão imunes à falha na cadeia significante, haja vista que as formações do inconsciente desequilibram a ideologia dominante tornando o processo de assujeitamento inacabado. Nas palavras de Malidier (2003, p. 70). “Não é mais no sucesso da interpelação, mas nos traços de seu obstáculo que se toca o sujeito”.

Assim, é no instante do lapso, da metáfora, do chiste, que algo falha e que podemos ligar a experiência da causa como inconsciente, onde alguma coisa toma a função de apagar uma outra, fazendo surgir uma fenda, um buraco pelo qual o enunciado, que se articulava no dizer, se desestabiliza deixando escorregar um sentido outro.

Com isso, não se trata mais de abordar o esquecimento em seu platonismo, isto é, de entender o sujeito a partir da ilusão subjetiva constituída por um esquecimento número 1, de ordem ideológica, que faz com que o sujeito assuma uma posição com “toda liberdade”, sem perceber que essa “tomada de posição” é meramente o efeito de uma formação discursiva e de uma formação ideológica que lhe são exteriores; e por um esquecimento número 2 que trabalha de forma pré-consciente/consciente oferecendo ao falante certa autonomia para eleger algumas construções em detrimento de outras, dando a ele uma ideia de liberdade. Se trata, então, de compreender que esses esquecimentos constituem um sujeito interpelado em sua divisão, em sua clivagem *ego*, **eu**, sujeito à ordem do inconsciente ao mesmo tempo em que sujeito à ordem da ideologia e, portanto, à falha.

Assim, é para aquilo que falha que interessa olhar, a fim de não cair na ilusão subjetiva de um sujeito-centro-sentido. Ainda sobre essas falhas, Pêcheux afirma:

Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se manifesta incessantemente e sob mil formas, no próprio sujeito [...] (PÊCHEUX, 2009, p. 277).

Dentro disso, parece-nos, que Pêcheux ao aproximar o sujeito da análise de discurso do sujeito do inconsciente, passa a considerar a não completude de um sujeito desejante que se articula na falta primordial, um sujeito barrado pelo significante, pela completude de seu desejo do conhecimento do todo. Portanto, um sujeito sempre *por vir*, que surge *no intervalo*

*dos significantes*. Um sujeito de natureza intervalar que carrega em si um saber que não dá conta da verdade e, que só pode ser semi-dito, um saber, portanto, castrado simbolicamente.

E nesse ponto vemos deslindar outro contato entre a análise de discurso e a psicanálise, a questão do *saber* em sua abertura para o real. Não há um simbólico todo, pleno, que dê sentido a tudo. Como nos fala Lacan (1963), em não havendo uma completude simbólica, instala-se na cadeia significativa uma deriva de sentidos a qual é sanada pela costura, pelo “ponto de basta” ou “ponto de estofa” – como nomeia Lacan referindo- ao tipo de costura realizada pelos tapeceiros. Tal costura consiste na retroação de um significante que vem depois (S2) sobre um significante que veio antes (S1) na cadeia de significantes.

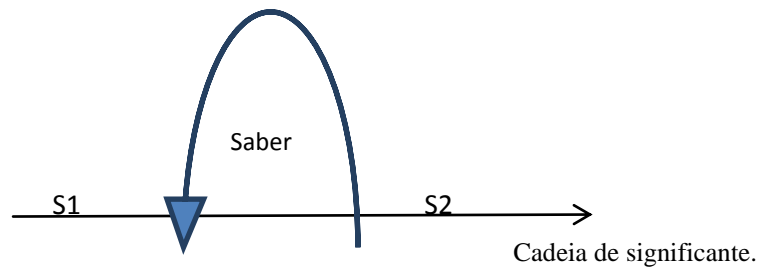


Figura 6.

Assim, na medida em que um falante dá um salto no vazio do sentido, sentidos outros são costurados na cadeia significativa, a fim de sanar essa incompletude. Tais costuras são entendidas por nós como deslizamentos na cadeia. Dessa forma, o simbólico com o auxílio do “ponto de basta” parece-nos viria contornar a incompletude do real, “esse saber que não se sabe, mas que existe”, e que é anterior ao sujeito.

Nesse sentido, se observarmos o enunciado:

### **E 5. O mar é infância.**

Podemos perceber que sua construção advém de um processo metafórico que detém a deriva do inominável, do não representável através do *ponto de basta* inscrito na cadeia significativa a partir do significante “infância”. A infância, conforme Ariés (1981),<sup>29</sup> é uma construção histórico-social compreendida pela faixa etária que se estende do 0 aos 12 anos de idade. Nesse período, são normais na rotina de um indivíduo: brincadeiras, amigos, estudos, e despreocupação com questões comuns aos adultos. Diante disso, o mar, parece-nos, é

<sup>29</sup> Ariés, 1981.

associado a um tempo passado, impossível de ser totalmente simbolizado. Daí a aproximação díspar entre infância e mar, ambos advindos de regiões de sentido distintas, mas interligados pelo inominável que se articula no imaginário que sustenta o enlaçamento entre o real, o simbólico e o imaginário. Nesse sentido, cabe ao simbólico mediatizar, contornar a relação do sujeito com o real, enlaçando para o sujeito o imaginário e o real (Dör, 2008, 102).

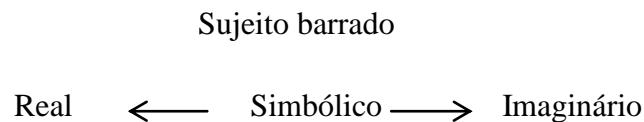
A posição-sujeito que enuncia tal asserção inscreve-se em uma formação discursiva, na qual o Sujeito do saber (forma-sujeito) concebe a infância como esse período de tempo na vida do indivíduo, e o mar como “extensa porção de água salgada”. Portanto, ela não nega esses saberes, isso nos autoriza a pensar que essa inscrição não é plena, haja vista que esse sujeito identifica-se parcialmente com a forma-sujeito da ciência no momento em que afasta essas significações para ali postular uma terceira, que mesmo assim não abarca a completude de seu dizer, isto é, o real.

Desse modo, podemos dizer que algo do real não cessa de se inscrever no discurso e, é porque há essa inscrição marcando uma presença-ausência que caracteriza a falta, que o sentido pode transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva (Leandro-Ferreira, 2010, p. 24-25). E, acrescentaríamos que o sujeito pode ser entendido em sua dupla submissão tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam.

### **3.1.3 “O real que ex-siste, o simbólico que insiste e o imaginário que consiste”**

Conforme observamos no item anterior o real apresenta um corte na estrutura do sujeito, neste corte abre-se uma fenda por onde algo escapa, algo que como nos diz Freud (1924), “tem que ser reencontrado e que, para um sujeito histórico, configura o objeto do desejo o qual é por essência o objeto perdido”. Sendo assim, o real é definido como o impossível, fora do campo demarcável, ou seja, ex-sistente. Nas palavras de Lacan, esse real que ex-siste não se confunde com a realidade, ele é o “sentido em branco” que não pode ser simbolizado pela palavra e que, no entanto, “não cessa de não se escrever”. Ainda de acordo com este autor em seu seminário RSI (1974-1975), o real já existia antes do advento do sujeito do inconsciente e de sua passagem simbólica para a existência. Em sendo o real aquilo que já estava lá, isto diz justamente que ele escapa à apreensão total do simbólico e é aquilo que sempre retorna ao mesmo lugar e onde o sujeito nunca o encontra.

Dessa forma, podemos perceber que é sobre o real que recai o registro que rege e ordena a estrutura, como nos fala Coutinho Jorge (2011, p. 98) “a partir do real presentifica-se o simbólico; a partir do simbólico, presentifica-se o imaginário. Mas a partir do imaginário também se presentifica o real”. Assim, o lugar do sujeito que fala é produzido pelo simbólico, que permite mediatizar a relação com o real, por um lado e com imaginário por outro. Tal posição permite, conforme Coutinho Jorge (Idem), evidenciar as duas vertentes do simbólico, ambas absolutamente entrelaçadas e impossíveis de serem dissociadas. Com isso o sujeito passa a ser representado no campo do simbólico entre os significantes, seu olhar pode estar voltado, como a cabeça de Janus, para dois lados absolutamente opostos – o real por um lado e o imaginário, por outro:



Aproximando essas considerações das análises empreendidas até o momento por nós, podemos dizer que o significante mar é produzido nesse “entre” de que nos fala Lacan, na medida em que os sentidos produzem-se na metáfora a partir de um real não apreensível em um simbólico, mas de certa forma presente nele. Daí pensarmos o significante mar como um *estranho-familiar* que significaria a partir dessa dupla vertente, uma vez que seria produzido entre o imaginário e o real.

Situando essas considerações no campo epistemológico da análise de discurso somos autorizadas a dizer que esse real e esse imaginário de que nos fala Lacan presentificam-se no simbólico, isto é, a mediação entre o enlaçamento real–imaginário desponta na língua a qual através do contato entre o sujeito do inconsciente e o sujeito histórico-social (ideológico), manifesta a dupla afetação do **significante mar** em sua constituição material. Em outras palavras, é através da memória que põe em funcionamento um pré-construído e da entrada de uma atualização, a partir de um atravessamento metafórico advindo do inconsciente, que o sentido sobre o mar se produz como um efeito.

Nessa linha, os sentidos sobre o **mar** estariam, assim como o sujeito, no eterno *devoir* do real o qual, em nosso entender, seria contornado pelo deslizamento na cadeia significante, na medida em que o não encobrimento total no processo de interpelação abriria espaço para interpretação, isto é, a desidentificação e a contraidentificação.

Desse modo, o real – ao contrário do que as ciências lógicas pensam a partir das “coisas-a-saber”(conhecimentos a gerir e transmitir), as quais representam de forma homogênea sem o risco da interpretação, tudo o que arrisca faltar à felicidade do “sujeito pragmático”(2008, p.34) – é “multiforme e impiedoso” (PÊCHEUX, 2008, p. 35), um real, portanto que não abarca a totalidade, mas que em sua relação com o inconsciente e a história passa a ser compreendido em sua não-totalidade. Daí ser possível falar em um real da língua, ou seja, o impossível que lhe é próprio e em um real da história, isto é, a contradição que lhe move.

Posto isso, cabe salientar parafraseando Leandro-Ferreira (2010, p. 31), que estamos trabalhando nessa dissertação *estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia e o sujeito da psicanálise*. Trabalhar *entre* não significa aproximá-los, mas de fazer valer a posição de entremeio, nas palavras de Orlandi (2012, p. 47) “nem oposição, nem sobredeterminação, nem ausência de relação”, mas sim o “entre”.

Feitas essas considerações teóricas passamos, no próximo capítulo, a trabalhar o mar, ou melhor, o significante “mar”.



#### 4 NA IMENSIDÃO AZUL: A INVENÇÃO DO MAR

*Aí está ele, o mar, a mais ininteligível das existências não humanas* (Clarice Lispector).

Trabalhar materialmente o *significante* “mar” implica reconhecer a necessidade de construir sítios de significação (delimitar domínios), ou seja, tornar possíveis gestos de interpretação (ORLANDI, 2007, p. 64), que se configuram, como nos diz Pêcheux (2008, p. 54), a partir de uma alteridade, afinal “é porque há o outro nas sociedades e na história correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo possibilidade de interpretar”, portanto, de significar.

Nesse sentido, fazemos aqui um parêntese para lembrar que, o mar em sua significação irrompe de uma relação entre ideologia e inconsciente na língua. Em outras palavras, a ordem simbólica configurada pelo real da língua e pelo real da história faz com que tudo não se possa dizer sobre o mar e, por outro lado, que haja em todo o dizer sobre o mar uma parte inacessível ao próprio sujeito.

Dessa forma, retomando a epígrafe acima, podemos dizer que assim como o mar *ininteligível* de Clarice em seu conto “As águas do mar<sup>30</sup>”, o *mar* de que tratamos também contém o inacessível dentro de si, na medida em que há sempre algo que escapa no trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 2008, p. 51), ou seja, sempre há algo que não cessa de se inscrever a partir do real.

Salientamos, com essas considerações, que estamos tomando partido aqui por um trabalho não transparente, não homogêneo do sentido, pois pensamos ser somente assim possível refletir sobre a *invenção do mar*, em sua relação com os sujeitos.

Mas afinal quem ou o que é o mar? Pergunta capciosa cuja resposta não seria se não um gesto, um recorte na extensa relação *homem-mar*. Não há como definir o mar sem

---

<sup>30</sup> LISPECTOR, 1999, p. 88-90.

emaranhar-se na complacência de uma evidência, só podemos “bordeá-lo” em partes, em regiões de sentido, mas nunca no todo.

Assim, tangenciando o mar o vemos surgir, de acordo com a historiografia de Alain Corbin (1989), com a interpretação do Gênese a qual inflige a visão do “Grande Abismo”, preenchido pelo caos. Tal visão impõe-nos uma natureza que não se integrou à paisagem fechada e acabada do paraíso.

Esse elemento indomável, manifesta o inacabamento da Criação. O oceano constitui a relíquia daquela substância primordial indiferenciada que tinha necessidade, para tornar-se natureza criada que lhe fosse imposta uma forma. Esse reino do inacabado, vibrante e vago prolongamento do caos, simbolizava a desordem anterior à civilização (CORBIN, 1989, p. 12).

Nesse sentido, a cosmologia bíblica situou a origem do mar enquanto natureza criada a partir do dilúvio representando inicialmente com ele um instrumento de punição, que em sua configuração caótica permaneceria como a lembrança da catástrofe. Dessa forma, o mar que se produz na cosmogonia da Gênese é um lugar de *medo* cujo horror constitui a paisagem. Sua simbolização marca adversidade: vida e morte, suas águas fornecem a imagem do mais expressivo perigo, o perigo mortal. E ainda em seu interior encontra-se uma desordenada forma maligna a qual pode ser representada: I- pelas criaturas tenebrosas, que habitavam esse horizonte líquido, imputando aos marinheiros grandes desgraças; podemos citar, entre essas formas, o Leviatã, grande monstro marinho em forma de serpente, a Caríbdis, ninfa aquática que protegia os limites territoriais do mar, e o Kraken, uma espécie de lula gigante que aterrorizava as embarcações. II - pela ira mostrada pelo mar através de sua imensidade movente, fria e cinzenta sempre em cólera.

Seguindo nas cosmogonias sobre o mar convém salientar ainda a Teoria da Terra (uma espécie de precursora da teologia natural<sup>31</sup>), de Thomas Burnet (século XVII), para quem o mar funcionou como um divisor de águas. De acordo com Burnet, amparado no mito da criação, o mar enquanto natureza criada surgiu no dilúvio e separou a terra em duas vertentes adversas compreendidas: (i) paraíso antediluviano, local em que Adão e seus descendentes habitavam e que não comportava o mar, e (ii) a terra pós-diluviana com seu mar caótico separando homens e fraturando o continente.

---

<sup>31</sup> A teologia natural, conforme Corbin (1989, p. 35), apoia-se na edificação. O homem deve tornar-se leitor piedoso do livro de Deus.

Para nosso propósito interessa perceber que essa cosmologia sagrada, aqui evocada em linhas gerais, impõe ao mar e às criaturas que o habitam certos esquemas interpretativos, os quais caracterizam uma conjuntura de medo, repulsa. Diante disso, podemos dizer que um cristão vai à beira-mar para contemplar os traços do dilúvio, meditar sobre a antiga punição e experimentar os sinais da cólera divina. Não há, portanto, beleza, nem paz na origem do mar, apenas o caos.

A percepção sobre o mar e a vida marítima variava, entre os séculos XVIII e XIX, segundo os diversos grupos sociais e interesses. Segundo Cabantous (1990), durante muito tempo, a cultura das elites considerou o mar como domínio a ser rejeitado, ignorado, e para isso se apoiava em numerosas tradições escritas, em experiências náuticas e em considerações religiosas. Esse era, para eles, um mar que afrontava Deus, um mar obscuro, monstruoso, diabólico, símbolo do caos. O mundo secreto do mar alimentava a repulsa do homem em relação a ele. Sua extraordinária capacidade de evocações negativas se apoiava sobre situações concretas e dramáticas da vida marítima

Nessas condições lançar-se ao mar era sinônimo de sacrifício. Como afirma Pérez-Mallaína, para a maioria dos marinheiros da época dos descobrimentos, navegar era um negócio desesperado e espantoso, e lançar-se na navegação oceânica só se entendia como produto do desespero, como nos fala Pérez- Mallaína:

A la vida en la mar se le daban adjetivos tan poco lisonjeros como “cruel”, “perversa”, “mala”, “difícil”, para acabar concluyendo que resultaba una locura poner la vida y la hacienda a tres o cuatro dedos de la muerte, que es el grueso de la tabla del navío (PÉREZ-MALLAÍNA, 1992, p. 33).

Nessa direção, somente a miséria, a fuga do cárcere, a migração ilegal e o contrabando configuravam-se como motivos propícios ao embarque. Tais características acabaram por imprimir aos marinheiros da marinha mercante uma conotação negativa a qual os tinha como marginais, como seres à parte, que passavam maior parte de suas vidas em uma inconstância entre o mar e o continente.

Entretanto, se percorrermos um pouco mais a linha do tempo, encontraremos alguns deslocamentos quanto à significação do mar a partir daquilo que Corbin (1989, p. 30) chama de “leitura barroca” a qual se submete a uma retórica, com a *epistême* clássica, mostrando a

esta última ser possível celebrar a alegria que a presença à beira-mar desperta a partir da contemplação do mar. Nesse ponto, então, começamos a vislumbrar a mudança engendrada quanto à simbolização do significativo mar. Agora ele passa a ser a fonte para o jogo das criações imaginárias (fantasias) – positivas, diríamos. O prazer à beira-mar corresponde ao gosto dos poetas barrocos pelo movimento, pelo desejo de surpresa. A agitação perpétua das águas e o espelhamento da luz solar compõem um ambiente feérico, um manancial perpétuo de criações imaginárias.

O mar passa, então, a ser um retiro de observação e contemplação, mas ainda não é de todo aceito como um elemento positivo, na medida em que a visão negativa não está totalmente afastada, os monstros, os abismos ainda perduram e, os finistérios (*finis terrae*) continuam sendo zonas de combate, onde o vento contrariava o crescimento das árvores, onde a tempestade arrasava o solo do plantio. Não sem razão o homem neste período chegou à praia, mas não se banhou no mar. O que temos nesse espaço sócio-histórico é uma vida moral convivendo com uma vida cristã e isso configura uma conjuntura em transição, a nosso ver, uma vez que retoma a forma clássica não para reproduzi-la, mas para superá-la levando a um novo modo de observar o mundo.

Assim, é somente em meados do século XVIII, segundo Corbin (1989), que o corpo encontra o mar e a imagem negativa desse significativo subverte-se de “água infernal” para uma água benéfica ao homem. Tal mudança, pensamos (com base na teoria que nos filiamos), se deve a um processo de cessação da *interpretação* em prol de uma “*descrição positiva*” a partir da qual o mar passa a habitar o escopo das ciências régias, tornando-se aos poucos uma realidade homogênea e objetiva, sem percalços ou tropeços em sua compreensão. Com isso, começa-se a entender o mar a partir de uma relação, estabilizadora, termo-a-termo entre pensamento/linguagem/mundo (ORLANDI, 2007, p. 64), como se o vínculo entre as palavras e as coisas fosse uma conexão natural e não histórica.

Nesse sentido, o mar deixa de ser um objeto incognoscível para ser uma das “coisas-a-saber”, uma estrutura eficaz do real a qual conhecemos através do discurso das ciências oceanográficas. Assim, no discurso lógico-descritivo articulado por essa ciência, o mar é tomado em sua condição física, portanto, inventado a partir de um *rigor positivo* o qual, como nos fala Pêcheux (2008, p. 36), procura homogeneizar o real através do método hipotético-dedutivo experimental. Dessa forma, com o mar posto a claro - estabilizado pelas descobertas decorrentes do avanço no quadro teórico-prático da oceanografia-, surge uma concepção

medicinal na qual o banho de mar gélido irrompe como a panaceia da ansiedade, e dos efeitos perversos do conforto da civilização urbana.

Após retraçarmos em linhas gerais o percurso entre o homem e o mar, ou nos termos de Diegues (1998) após abarcarmos essa “maritimidade”, isto é, o conjunto de várias práticas (sociais e, sobretudo, simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo, podemos afirmar que não se cessa a *invenção* do significante mar na medida em que diante dele somos convocados a produzir gestos no nível do simbólico, os quais caminham para além de uma realidade físico-biológica.

#### 4.1 CAMINHANDO PELAS MARISMAS OU SOBRE OS DISCURSOS ESTABILIZADOS DAS CIÊNCIAS DO MAR

Pêcheux em sua obra “Semântica e Discurso” ao discutir sobre a tese materialista da produção do conhecimento indica-nos que: a) o mundo “exterior” material existe (objeto real, concreto-real); b) o conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas (objeto de conhecimento, concreto de pensamento, conceito) c) o conhecimento objetivo é independente do sujeito. (PÊCHEUX, 2009, p. 71).

Assim, a tese materialista coloca a independência do mundo exterior, isto é, do processo científico-conceitual em relação ao sujeito, tratando este último como dependente do mundo externo, na medida em que é no que está fora que se encontram os efeitos que afetam esse sujeito. Mas trazer essa dependência entre o mundo exterior e o sujeito não significa estabelecer uma oposição metafísica entre essas regiões e, sim, entender que a homogeneidade lógica que se articula nessa relação, a qual condiciona o logicamente representável como um conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos.

Dessa forma, esse mundo exterior “semanticamente normal” produz-se no laço de dependência face às múltiplas coisas-a-saber, ou seja, em face dessas reservas de conhecimento que representam “tudo que arrisca faltar à felicidade do sujeito” (2008, p. 34). Com isso queremos dizer que o mar perante as ciências constitui umas das “coisas-a-saber” do universo lógico-descritivo. E é assim que neste item o apresentaremos.

Romanovsky e Boeuf iniciam sua obra “El Mar” com a seguinte asserção: “Nuestro planeta tiene un nombre usurpado. En realidad debería llamarse Océano, ya que el mar ocupa las siete décimas partes de su superficie” (1968, p. 3). Tamaña grandiosidade não poderia ficar descoberta pelo liame das ciências oceanográficas, que em sua necessidade de fazer significar empiricamente o todo, classifica o mar em sua correspondência pensamento/mundo/língua.

Assim, nessa relação termo-a-termo, o mar irrompe, conforme Marins (2010, p. 83) “como um corpo d’água salgada que geralmente se conecta a um oceano”. A autora, também nos diz que esses corpos de água possuem características físico-biológicas distintas das encontradas nos oceanos, uma vez que eles possuem dimensões menores e se misturam pouco com os oceanos, permitindo dessa forma que a drenagem de rios ou a quantidade de água que precipita e evapora afetem as propriedades físico-químicas de suas águas.

Dessa forma o significante mar ao ser moldado pelo discurso da ciência marítima, como uma totalidade de significação, acaba tendo seus sentidos fraturados, fragmentados pelos interditados que o tornam opaco e espesso, na medida em que reduzem a uma suposta homogeneidade os sentidos.

Assim, o enunciado:

### **E6. Mar é água.**

Proferido por um cientista-do-mar encontra *eco*<sup>32</sup>, isto é, traz à tona sentidos já existentes no âmbito do interdiscurso. Esse enunciado retorna (faz eco) com um saber já-dito que é (re)atualizado e (re)significado, ou seja, como observa Cazarin (2008, p. 92-93) “no momento em que profere, em determinadas condições de produção, retornam enunciados assertados e formulados em outro lugar e em outra conjuntura histórico-social”, fazendo com que os mesmos, mediante uma ressonância interdiscursiva de significação (SERRANI, 1993), atualizem-se na horizontalidade do discurso.

A posição-sujeito cientista-do-mar, portanto, enuncia em consonância com a forma-sujeito das ciências oceanográficas. Sua resposta identifica-se com o saber científico presente

---

<sup>32</sup>Cazarin propõe designar como “eco” o processo de retorno do mesmo no outro, atestando a incompletude de todo e qualquer discurso, tanto pela discursividade anterior como pela futura – processo já discursivizados, mas esquecidos no interdiscurso, retornam, gerando efeitos de sentido pontuais e provocando novas discursividade, constituindo nos sujeitos novas possibilidades de subjetivar (2008, p. 92-93).

na formação discursiva do mar, ou seja, sobre o mar o que pode ser dito é que ele é um corpo de água, ou extensa porção de água salgada.

Diante dessas asserções e da identificação efetiva entre esta posição-sujeito e a forma-sujeito poderíamos pensar que não houve falha nesta interpelação, pois as condições de produção desse enunciado inibiriam uma interpretação que não fosse a própria interpretação da ciência. Assim, todo e qualquer sentido que pudéssemos aproximar do significante água seria interditado pela noção físico-biológica da água.

No tocante ao atravessamento psicanalítico, poderíamos dizer que houve, aqui, um trabalho **metonímico**, isto é, um processo de substituição do nome, em que o termo *mar* e o termo *água* em sua ligação constitutiva são tomados um pelo outro.

A esse respeito, Dör (2008, p. 47) através da figura metonímica indicará que:

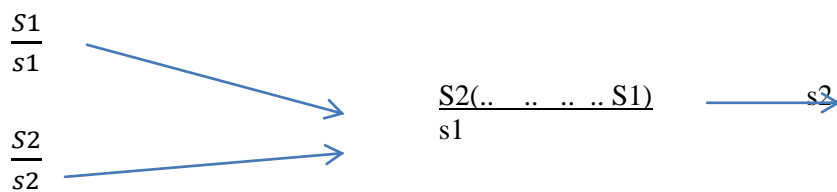


Figura 7

Nesse sentido, notamos aqui um processo contrário ao que se passa na metáfora, pois não há a passagem sobre a barra de significação. O que temos é um sentido submetido à manutenção de S1 em contiguidade imediata com S2. Assim tomando mar como S1 e água como S2, temos o afastamento da ideia de água, e a manutenção da imagem acústica de água.

E, nessa direção, se aproximarmos os enunciados que trazemos ao longo deste texto do enunciado engendrado no campo das ciências oceanográficas, acima exposto, somos autorizadas a ver aqui o trabalho da divisão discursiva, empreendido a partir da língua científica que, como nos fala Pêcheux (2008, p. 51), normatiza e estabiliza através de uma “higiene pedagógica do pensamento” o significante mar, afastando com isso a transformação, ou seja, não abrindo espaço para o trabalho da metáfora.

Entretanto, esses espaços discursivos têm suas fronteiras abaladas quando inscritos na oscilação de uma zona intermediária dos discursos, que derivam das convenções do cotidiano.

Nessas zonas os objetos têm ou não têm esta ou aquela propriedade. Há uma inconstância, a simbolização encontra-se presa a uma “oscilação paradoxal” do registro do ordinário (Pêcheux, 2008, p.52), que se conjuga entre a existência de uma ideologia e um inconsciente.

Parece-nos, então, diante disso que a própria norma higienizadora está exposta ao equívoco, ao jogo da transformação metafórica, na medida em que o *significante mar* pode ter seu sentido (re)significado, pelo trabalho constante da interpretação, que só não ocorrerá como explícita Pêcheux (*ibidem*) “se a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente”. Com isso, a formação discursiva das ciências marítimas em seus discursos sobre o mar, parece-nos, comporta em seu interior a heterogeneidade de uma identificação e de uma contraidentificação.

Salientamos estas duas modalidades, porque até o momento nossas análises mostraram-nos um afastamento do saber científico presente na forma-sujeito da formação discursiva das ciências do mar, mas em nenhum momento uma ruptura. Diante disso, não negamos a existência de um mar exterior calcado em um imaginário físico-biológico, mas entendemos também que a significação se faz pela falta constitutiva do sujeito.

Posto isso, passaremos a tecer algumas considerações sobre o mar em sua relação com o homem.



## 4.2 AS METÁFORAS DO MAR DESESTABILIZANDO AS “COISAS-A-SABER”

*El Mar, simplemente así, un nombre tan corto como grande, con la austera sencillez que la mar imprime a la gente que por ella va, que en ella vive y muere. !Mar! ¡Cuántos conceptos científicos y humanos comprende! (Martínez-Hidalgo y Terán)*

Seguindo esse fragmento de Martínez-Hidalgo, o mar, em sua amplitude não se reduz à reprodução de uma realidade. Ele transborda em sentidos. Seu corpo líquido recobre-se nas mais diversas associações. E constitui-se por numerosos mitos e lendas, povoados por um variado bestiário fabuloso. Assim, é no mar que encontramos alguns mitos literários como: o mito de Caronte, transportando na sua barca os mortos que se preparam para a travessia final; o mito do holandês errante, alegoria do homem condenado à errância perpétua, até ser salvo pelo amor de uma mulher; ou ainda a simbólica figura de Jonas, engolido por uma baleia marinha e depois vomitado.

Diante disso, podemos dizer em linhas gerais que a aproximação dos sujeitos com o mar lança sobre o discurso da ciência marítima um caráter oscilante, o qual desestabiliza as coisas-a-saber a partir de uma discursivização do ordinário. Dessa forma, as condições de produção de determinado discurso o lançam em uma rede de memória onde, como observa Pêcheux (2008, p. 54), “de fato, as coisas-a-saber dão lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação”. Nesse sentido, o que temos é a coexistência das coisas-a-saber com a pluralidade contraditória das filiações sócio-históricas atravessadas por um trabalho do inconsciente o que leva todo discurso a marcar em sua existência a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação na rede de memória.

Nessa direção, afirma Pêcheux que:

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho mais ou menos consciente, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

Assim, podemos dizer que é através da inscrição da história e do atravessamento do inconsciente na língua que os sentidos surgem como efeitos resultantes de uma (re)produção que se dá a partir de uma memória. Não há, portanto, um fecho e sim possibilidades de fecho para o sentido, pois todo processo de significação tem a ver com a imbricação entre os sentidos existentes, possíveis ou imaginários, em sua historicidade.

Aproximando essas considerações teóricas de nosso objeto o mar, podemos dizer, amparadas por Corbin (1989), que o povo do litoral, isto é, o pescador em sua idiossincrasia, apresenta-se como um grupo intempestivo, inconstante e observador que se deixa fascinar pelo mar. Uma gente em que, conforme Diegues (2010, p. 66), o espaço marítimo imprimiu sua lei e seu ritmo, determinando às famílias o período em que se constituíam ou se dissolviam, assim como o tempo do trabalho. Nessa direção, o homem litorâneo entrelaça-se em sua constituição com o mar que o cerca exteriormente.

Diante dessas considerações, tomamos o enunciado proferido por um ilhéu que trabalha como pescador artesanal.

### **E7. Mar é vida.**

Trazendo o enunciado supracitado para o campo da historicidade temos, então, uma posição-sujeito que enuncia imersa em determinadas condições de produção. Nesse sentido, cabe dizer que sua atividade, a pesca artesanal, caracteriza-se pela mão-de-obra familiar e pelas embarcações de porte pequeno<sup>33</sup>. É uma prática regida pelas intempéries do mar, assim como pelo período de abundância e escassez de peixes e outros animais marinhos, sobre este último cabe salientar que a legislação pesqueira atual regulamentou a pesca por espécie criando *períodos de defeso*. Tal medida foi tomada a fim de proteger a época de reprodução e de crescimento das espécies mais fragilizadas. Assim, cada espécie possui um intervalo para reprodução e desenvolvimento protegidos.

Desse modo, a relação desta posição-sujeito com o trabalho produz para ele o seu estar-no-mundo, o qual se enlaça ao funcionamento do mar subjetivando-o da seguinte forma conforme a topologia lacaniana:

---

<sup>33</sup> Pesca Artesanal - Wikipédia. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pesca\\_artesanal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pesca_artesanal). Acesso em: 15 de março de 2013.

$\frac{S1}{s1}$  imagem acústica vida  
 Conceito de vida

$\frac{S2}{s2}$  imagem acústica mar  
 Conceito de mar

Nesses dois grupos encontramos uma relação linear, onde *vida* e *mar* resultam em significações distintas presas à estabilidade das “coisas-a-saber”. Entretanto, a posição-sujeito, aqui analisada (re)significou o significante *mar* a partir do termo *vida*. E isso, autoriza-nos a pensar essa (re)significação como uma espécie de atravessamento dos sentidos, na medida em que há uma costura, um “ponto-de-basta”. Entendemos, como isso, que diante da incompletude do dizer na língua é preciso ancorar-se no significante que mais próximo está na cadeia a fim de preencher a falta. Assim, efetuamos uma substituição que irá constituir-se em uma ultrapassagem da barra. O signo S1/s1 torna-se, então, o novo significado de S2. Em contrapartida o significado de s2 é afastado.

Desse modo, o sentido de “mar” – extensa porção de água salgada (corpo d’água) – é distanciado da rede de significantes, mas não apagado. Logo, diferente do processo metonímico percebido na análise feita anteriormente, aqui há a ultrapassagem da barra de significação, enquanto que na metonímia essa ultrapassagem não ocorre devido a uma resistência na barra de significação. Com isso a metonímia, podemos dizer com base em Dör (1989, p. 49), opera não apenas no nível do inconsciente, mas também em um nível consciente necessário para apreensão do sentido, reestabelecendo as ligações e conexões entre significante e significado.

Tendo por base o discutido até este momento, percebemos que esta posição-sujeito (re) significa o mar a partir de uma contradição uma espécie de *excesso faltoso*, na medida em que o mar é aquilo que lhe falta, aquilo que lhe é externo e lhe garante sustento, o mar se torna para esta posição-sujeito fonte de vida em sociedade, dele provém o trabalho, o lucro, a existência. No entanto, sendo o mar a vida, esta se lhe apresenta de forma contraditória, pois não lhe pertence, está em seu exterior, assim o mar acaba por ser para essa posição-sujeito um contraponto entre o tudo e o nada. Desse modo, o que vemos funcionar aqui é “oscilação paradoxal” de que nos falava Pêcheux em *Discurso: estrutura ou acontecimento*, sobre a

discursivização do ordinário, que (re)significa o mar a partir daquilo que constitui o imaginário de mar para o sujeito, mesmo que ele não o saiba conscientemente.

## NA VIRAGEM, A CHEGADA DE UMA NOVA CORRENTE MARINHA: A METÁFORA COMO PROCESSO DISCURSIVO

*A verdadeira viagem de descoberta consiste não em procurar novas paragens, mas em ter novos olhos (Marcel Proust).*

O presente trabalho fez-se a partir de um gesto de *ous(AD)ia*<sup>34</sup> o qual colocou o mar, isto é o significante mar, como materialidade discursiva observável para se pensar o processo metafórico. Tal escolha levou-nos a construir – a partir de enunciados constituídos por um sintagma nominal mais verbo de ligação: “Mar é...” – um *corpo discursivo*, assim designado por comportar em si a não homogeneidade, o não fechamento.

Entretanto, para que tais gestos teórico-analíticos fossem engendrados, primeiro foi preciso definir nosso objeto de estudo. Dessa forma, fomos fisgadas pela noção de *efeito metafórico* proposta por Pêcheux em sua “Análise Automática do Discurso” (1969). Esta noção chamou nossa atenção, na medida em que foi apresentada como “efeito” o que nos intrigou, pois, para nós, o efeito é resultado de um processo. E isso não estava nitidamente delineado na obra deste teórico. Assim, foi na tentativa de articular esse processo que aventuramo-nos nas águas revoltas do mar em busca de respostas.

Desse modo, inicialmente, apresentamos o quadro teórico metodológico de nossa pesquisa, nesse ponto ocupamo-nos da relação entre língua, ideologia, metáfora e inconsciente. Essas noções nos possibilitaram observar a produção material do sentido a partir das estruturas-funcionamento ideologia e inconsciente. Dessa forma, em nosso primeiro gesto analítico ao trabalhar o atravessamento do inconsciente pudemos observar, através de uma imersão no campo da psicanálise, o processo de transformação (metáfora) do sentido que se dá a partir do afastamento de um dos significantes. Afastamento esse que não configura uma exclusão, e sim uma presença-ausência. Nessa direção, podemos perceber em nosso gesto analítico que um sentido posto no lugar do outro não nega o substituído, mas configura uma tentativa de sanar na língua aquilo que falta.

---

<sup>34</sup> Parafraseando Anne Francialy da Costa Araújo em seu texto “Autor(ia) subjetividade e estilo” In: TFOUNI, Leda Verdiani. **Múltiplas Faces da Autoria**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

Ainda sobre o gesto analítico empreendido neste item é interessante observar o trabalho da resistência que deflagramos ali, pois o sujeito ao definir o mar como *perigo* tenta explicar o porquê de tal definição e acaba fazendo isso a partir de uma negação a qual entendemos como uma **resistência** decorrente de um contraponto que entraria em confronto com o saber consciente desse sujeito.

No segundo capítulo, tratamos da noção de metáfora na obra de Pêcheux. Neste ponto da pesquisa investigamos os três momentos da teoria, em busca da trajetória desta noção. E na tentativa de compreendê-la mobilizamos as noções de interdiscurso, formação discursiva, forma-sujeito, assim como os eixos memória/atualização propostos por Courtine (1981). Essa investigação permitiu-nos, a partir dessas “ferramentas,” teorizar sobre o que designamos como o processo metafórico. Tal processo envolve-se em três fases compreendidas pela *metáfora estrutural*, advinda do inconsciente; a *metáfora como processo*, que ao ser produzida por uma desestabilização na cadeia significante irrompe na formação discursiva e ali dentro materializa-se enquanto discurso sócio-histórico, isto é, que surge da confluência de uma memória com uma atualização; e o *efeito-metafórico*, entendido por nós, como o que está na superfície discursiva, o sintoma pelo qual podemos adentrar no funcionamento da metáfora.

No capítulo seguinte dialogamos com a psicanálise, sempre atentas a um trabalho que se articulasse no entremeio. Nesta seção verificamos a relação entre o real, o simbólico e o imaginário na produção da significação. Percebemos com isso que o sujeito ao significar está sempre subsumido à ordem do real, assim como a do imaginário que se impõe ao simbólico.

Ainda neste capítulo trouxemos a noção lacaniana de “ponto-de-basta” na tentativa de suturar esses sentidos desviantes cuja falta os conduz, pois, em nosso entender, se esses sentidos desviam é porque algo *insiste* em faltar naquilo que *consiste*.

No último capítulo, percorremos em linhas gerais o imaginário de mar para o homem desde sua invenção como criação divina, até o discurso científico. Para tanto, embasamo-nos na noção de interpretação tal como pensada por Pêcheux. Percebemos com o trabalho desta noção o deslocamento no universo semanticamente estabilizado quando inscrito nos discursos do cotidiano, isto é, quando livre de qualquer coerção à interpretação.

Deparamo-nos, em nossas análises, com um discurso que distinto dos outros apresentava um processo metonímico. Nele não encontramos afastamento e sim exclusão de

um termo a partir de uma proximidade. Diante disso, tecemos algumas considerações sobre esse processo que partilha com a metáfora com a metáfora o primado do significante. E para entender um pouco mais esse processo através do olhar materialista, aproximamo-lo da noção de “eco” desenvolvida por Cazarin (2008). Assim, a metonímia produzir-se-ia sempre numa (re) apropriação discursiva.

Assim com essa pesquisa entendemos: que o sentido se dá no “não-sentido”, os sujeitos produzem seus sentidos a partir da falta que os constitui. Nessas condições a metáfora torna-se um processo complexo e amplo, que envolve, como atestam as análises, um saber que se constitui em um real que não se sabe, mas que produz sentidos. Tal real como vimos é sempre posto em relação a um imaginário constitutivo de uma historicidade.

Os sentidos, portanto, em uma teoria materialista atravessada pelo inconsciente são sempre produzidos a partir de uma clivagem. Dessa forma, se recorrermos ao mito de Jano encontraremos esse sujeito dividido entre o real que o constitui e o imaginário que representa a realidade para este sujeito. Logo, é no enlaçamento entre o significante e o sujeito que ambos se subjetivam em uma dupla significação, entendida aqui como a significação do mar e a significação do sujeito.

Dessa forma, parece-nos que no final – ou melhor, em algum ponto na dispersão – nossas articulações apontaram-nos o mar como um estranho-familiar que se constitui sempre no esvaecimento do Outro, na falta. Há um marulho constante no sujeito, há um *devoir* que se configura na ausência e que se expõem na materialidade da língua fazendo funcionar no familiar do mar o estranho.

Assim, nesta pesquisa, mergulhamos em um *mar aberto* de sentidos, uma espécie de mergulho no impossível, de onde emergimos, amparadas pela análise de discurso e seu atravessamento psicanalítico, com um *mar* prenhe de sentidos, na medida em que esse mar não é apenas uma das coisas-a-saber e sim um significante constituído pelo Outro e pela ideologia. Não há como ser indiferente quando se está diante do mar, ou imerso nele. De frente para o *mar* a produção de sentidos não cessa. Com isso, diante dele o que encontramos é um mar de sentidos.





## REFERÊNCIAS

AGUSTINE, Carmem. (N)As dobraduras do dizer e (N)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 303-312.

ALTHUSSER, Louis. **Posições 1**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

\_\_\_\_\_. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

ANDRESEN, Sophia de Mello B. **Antologia Mar**. 7ª ed. Lisboa: Caminho, 2008.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Traduzido por Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**. A psicanálise e as novas formas de subjetivação. 6ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica: ciência das significações**. Traduzido por Aída Ferrás et al. São Paulo: EDUC, 1992.

CABANTOUS, A. **Le cieldanslamer: Christianisme et civilisation maritime, XVI-XIX siècle**. Paris: Fayard, 1990.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 12ªed. São Paulo: Ática, 2002.

CAZARIN, Ercília Ana. O confronto entre duas posições-sujeito, inscritas em diferentes formações discursivas, marcado linguisticamente pelo enunciado dividido. In: INDURSKY,

Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (org.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. p.176-187.

\_\_\_\_\_. A escritura do texto: um gesto de interpretação. In: ZANNUTO, Flávia; NAVARRO, Pedro (org.). **Anais da primeira jornada internacional de estudos do discurso (JIDE)** (2008). Maringá: Departamento de Letras da Universidade Estadual de Maringá, 2008. p.89-95.

CORACINI, M. J. **A celebração do Outro: arquivo, memória e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORBIN, Alain. **Território do Vazio: a praia no imaginário ocidental**. Rio de Janeiro: Cia das letras, 1989.

COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do político. Traduzido por Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999. p.15-21.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.

COUTINHO JORGE, Marco A. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Vol. 1.

CRIVELLARO, Carla V.; NETO, Ramiro M.; RACHE, Rita Patta. **Ondas que te quero mar: educação ambiental para comunidades costeiras**. Porto Alegre: Gestal-NEMA, 2001.

DALTOÉ, Andréia da S. **As metáforas de Lula: À deriva dos sentidos na língua política**, 2011. 219f. Tese (Doutorado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DIEGUES, A. C. **Ilhas e Mares**. Simbolismo e Imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998.

DÖR, JOEL. **Introdução à Leitura de Lacan**, O Inconsciente Estruturado como Linguagem. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008. [1989]

ECKERT-HOFF, Beatriz. **Escritura de si e identidade**. O sujeito-professor em formação. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

ESPANCA, Florbela. **1895 - 1930. Afinado desconcerto**: (contos, cartas, diário) / Florbela Espanca; Estudo introdutório, apresentações, organização e notas Maria Lúcia Dal Farra. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

FERRARI, Ana Josefina. Por uma leitura de leituras: uma reflexão sobre possíveis leituras de Pêcheux na AAD 1969. In: Indursky, Freda; LEANDRO-FERREIRA, M.C. (org.). **Michel Pêcheux e a análise de discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 111-124.

FERREIRA, Felipe Nóbrega. De frente para o mar: as representações da paisagem litorânea na cidade de Rio Grande (1904 -1976). **História em Reflexão**. Dourados: Vol. 6, nº 11, p.02-22, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ao sul do sul o mar também é pampa**. Sensibilidades de verão na Villa Siqueira Rio Grande - RS (1884-1892). 2012. 209f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

FINCHAM, A. A. **Biología marina básica**. Traducido por Marta Pérez. Barcelona: Ediciones Omega, S.A., 1987.

FREUD, Sigmund. **1856 - 1939. A interpretação dos sonhos**. Traduzido por Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. 2ª Ed. Traduzido por Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Editora RG, 2010.

GARRISON, Tom. **Fundamentos de Oceanografia**. 4ªed. São Paulo: Ed. Cengage, 2010.

GERHARDINGER, Maria Leopoldo Cavaleri; BORGONHA, Áthila Andrade. **Memórias do Mar: biodiversidade, conservação e cultura no litoral brasileiro**. Florianópolis: Ecomares, 2010.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. A história não existe. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de Leitura**. 3ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. **Caderno do IL**(Instituto de Letras da UFRGS). Porto Alegre, nº20 /dez. 1998.

JORGE, M.A.C. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan: as bases conceituais**. 6ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Vol. 1.

INDURSKY, Freda. A construção metafórica do povo brasileiro. **Organon**, Porto Alegre, 2ª reimpressão, Vol. 9, nº 23, p.143-152, 2001.

\_\_\_\_\_. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. **Gragoatá**, Niterói, nº 5, p.111-120, 2º sem. 1998.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20. Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. A verdade surge da equivocação. In: \_\_\_\_\_. **O seminário, livro I. Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. [1975]

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 4. Relação do objeto**. Rio de Janeiro: Zahar. 1995.

\_\_\_\_\_. O estágio do espelho como formador da função do Eu. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. [1996]

\_\_\_\_\_. Função e campo da fala e da linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 101-188.

\_\_\_\_\_. A instância da letra no inconsciente, ou a razão desde Freud. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 2011. p.223-260.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 19 ...ou pior**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 4: relação do objeto**, Rio de Janeiro: Zahar. 1995.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEANDRO-FERREIRA, M.C. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. O caráter singular da língua no discurso. **Organon**, Porto Alegre, Vol. 17, nº 35, 2003.

\_\_\_\_\_. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. In: FERREIRA, M.C.L; INDURSKY, F. (org.). **Michel Pêcheux & Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13-22.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, Vol. 24, nº 48, p. 17-34, 2010.

\_\_\_\_\_. O lugar do social e da cultura numa perspectiva discursiva. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina L. (org.). **Memória e História na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.p. 55-64.

LISPECTOR, Clarice. **Onde estivestes de noite**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LONGO, Leila. **Linguagem e Psicanálise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethânia. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**. Palhoça, Vol.10, nº 2, p. 391-408, 2010.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux Hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethânia. Silêncio e metáfora, algo a se pensar. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

\_\_\_\_\_. Significantes e sentidos, inconsciente e ideologia. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (org.). **Análise de Discurso - Heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p. 143-149.

\_\_\_\_\_; MAGALHÃES, Belmira. “Eu quero ser feliz”. O sujeito, seus desejos e a ideologia. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina L. (org.). **Memória e História na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.p. 125-141.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e Inconsciente**. Notas sobre F. Saussure e J. Lacan. Disponível em: <http://www.espacopsicanlise.com.br>. Acesso em: 30 nov. 2011.

MARINS, Rozane Valente (org.) **Glossário de oceanografia abiótica**. Fortaleza: UFC/LABORMAR/NAVE, 2010.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NASIO, J. D. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

NORMAND, Claudine. **Saussure**. Traduzido por Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, nº 19, p. 7-24, 1990. [1981]

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007. p. 49-56.

\_\_\_\_\_. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Traduzido por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2008. [1983]

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. [1975].

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso. In: GADET, F, HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2010. [1969].

\_\_\_\_\_; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET; HAK. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010. [1975].

\_\_\_\_\_. Especificidade de uma Disciplina de Interpretação (A análise de discurso na França). In: ORLANDI, E. P. **Análise de discurso de Michel Pêcheux: Textos Escolhidos**. Campinas: Pontes, 2011. [1984]

\_\_\_\_\_. Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. **Análise de discurso de Michel Pêcheux: Textos Escolhidos**. Campinas: Pontes, 2011. [1984].

\_\_\_\_\_. Língua, linguagens, discurso. In: SARGENTINE, Vanice; PIOVIZANI, Carlos (org.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise de discurso**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-75.

PLON, Michel. Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs Análise do inconsciente. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, M.C. (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

QUINET, Antônio. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. 2ª ed. Traduzido por Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ROMANOVSKY, V.; BOURCART, Jacques; BOEUF, Francis. **El mar**. 3ªed. Madrid: Editorial Labor, 1968.

ROMÃO, Lucília M. S. Formação discursiva e movimento do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de Discurso:**



**Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.** 2ª ed. Revisada e ampliada. São Carlos: Pedro & João Editores, 2001. p. 147-159.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAFATLE, Vladimir. **Lacan.** São Paulo: Publifolha, 2007. (Folha Explica)

SARTRE, Jean-Paul. O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica. 13ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. 1857 - 1913. **Curso de linguística geral.** Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira. 27ªed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHILLING, Voltaire. **Russos ao mar.** Disponível em: [http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/russos\\_mar.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/russos_mar.htm) Acesso em: 15 de mar. 2013.

SERRANI, Silvana. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo - formas de subjetivação e objetivação. In: \_\_\_\_\_; DORAY, Bernard (org.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade.** São Paulo: Edições Vértice, 1989.

WINCHESTER, Simon. **Atlântico: grandes batalhas navais, descobrimentos heroicos, tempestades colossais e um vasto oceano com um milhão de histórias.** São Paulo: Cia das Letras, 2012.

XAVIER (dir.). **Vocabulário de Teologia Bíblica.** Traduzido por Simão Voigt. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.



## ANEXOS

---

***Sujeitos que contemplam***

Nome: Simone Medeiros

Cidade: Salvador                      Profissão: Professora/Advogada

---

**O Mar é *mistério*.**

Nome: Elza Cardoso

Cidade: Rio Grande                      Profissão: TTN

---

**O Mar é *vida, uma força imensurável*.**

Nome: Estela Fachin

Cidade: Rio de Janeiro                      Profissão: advogada

---

**O Mar é *extenso*.**

Nome: Amanda

Cidade: Rio de Janeiro                      Profissão: estudante

---

**O Mar é *salgado*.**

Nome: Laís Santos

Cidade: Coimbra                      Profissão: estudante

---

**O Mar é *imensidão*.**

Nome: André Cavalo

Cidade: Canoas                      Profissão: organizador de eventos

---

**O Mar é *salgado*.**

Nome: Stelle Cardoso

Cidade: Rio Grande                      Profissão: Publicitária

---

**O Mar é *energia*.**

Nome: Alexandre Fachin

Cidade: Rio de Janeiro                      Profissão: Engenheiro

---

**O Mar é *infância. (me lembra a infância)***

---

Nome: Alcione Santos Lopes

Cidade: Funchal (Ilha da Madeira)

Profissão: Professora

**O Mar é energia pura.**

---

Nome: Leonel

Cidade: Pelotas/RS

Profissão: Estudante

**O Mar é liberdade.**

Nome: Anne Amaral

Cidade: Santa Maria

Profissão: professora

**O Mar é casa. (retorno ao meu lugar)**

---

Nome: Katia

Cidade: Rio Grande

Profissão: gerente comercial

**O Mar é paz.**

---

Nome: Aline

Cidade: Rio Grande

Profissão: vendedora

**O Mar é tranquilidade.**

---

Nome: Maria Cristina

Cidade: Porto Alegre

Profissão: professora

**O Mar é viragem.**

---

Nome: Vinicius

Cidade: Porto Alegre

Profissão: administrador

**O Mar é outro mundo.**

---

Nome: Renata

Cidade: Maringá/PR

Profissão: professora

**O Mar é imensidão.**

---

Nome: Luciana Lost

Cidade: Pelotas/RS

Profissão: professora

**O Mar é mistério.**

---

Nome: Ana Cristina

Cidade: Porto Alegre/RS

Profissão: professora

**O Mar é limite-infinito.**

---

*Sujeitos que se fazem ao mar*

Nome: Tarinder Pal Singh

Pais: Índia  
Callio

Profissão: Terceiro Engenheiro Chefe no navio

**O Mar é apenas um trabalho. (na realidade felicidade por que esta me dando dinheiro).**

---

Nome: Elmer

Pais: Republica das Filipinas

Profissão: Auxiliar de Convés Scout

**O Mar é... Perigo. (Não era bem isso o que eu queria dizer. Ele é solidão, medo, tristeza, mas preciso de dinheiro)**

---

Nome: Darios

Pais: Republica das Filipinas

Profissão: auxiliar de maquina no navio Kronos

**O Mar é... Para mim é vida. (nos da alimento, água e mais outras coisas)**

---

Nome: Ronaldo

Pais: República das Filipinas  
Innovation

Profissão: auxiliar de convés no navio Norgas

**O Mar é como minha segunda casa.**

---

Nome: Aristeidis

Pais: Grécia

Profissão: 1º oficial no navio Kronos

**O Mar é... como uma mulher . (É possível descobrir a terra, mas não é possível descobrir o mar. Ele é como uma mulher, às vezes boa, às vezes ruim. Às vezes gostamos, às vezes odiamos. O mar destrói a gente, pois não vivemos com nossa famílias, porque precisamos de dinheiro para viver).**

---

Nome: Kampanis

Pais: Grécia

Profissão: 3º engenheiro no navio Kronos

**O Mar é..., parece tranquilo, mas não te transmite nem presente nem futuro.**

---

Nome: Wagner

Cidade: Camocim/ Ceara  
Mercator

Profissão: Moço de máquinas no navio Gerardus

---

O Mar é **uma caixa de surpresas. (Porque ninguém sabe o que é o mar. Quando menos se espera ele te traz uma novidade)**

---

Nome: Andriy

Pais: Rússia                      Profissão: 3º engenheiro no navio MSC Vigo

O Mar é **nada. (Não significa nada. É apenas um meio de conhecer lugares diferentes).**

---

Nome: Lucimara

Cidade: Rio Grande – Ilha dos Marinheiros                      Profissão: pescadora

O Mar é **sustento.**

---

Nome: Francisco

Cidade: Rio Grande – Ilha dos Marinheiros                      Profissão: Pescador

O Mar é **vida.**

Nome: Elaine

Cidade: Rio Grande                      Profissão: agricultora

O Mar é **temeroso.**

---

Nome: Antônio

Cidade: Rio Grande – Ilha dos Marinheiros                      Profissão: Agricultor

O Mar é **lindo.**

---

Nome: Claudete

Cidade: Rio Grande                      Profissão: estudante

O Mar é **intenso.**

---

*Sujeitos que estudam o mar*

Nome: Renato

---

Cidade: Rio Grande                      Profissão: Oceanólogo

O Mar é **mundo líquido**

---

Nome: Leonardo

Cidade: Pelotas                      Profissão: Oceanólogo

O Mar é **água salgada**

---

Nome: Luísa

Cidade: Pato Branco (PR)              Profissão: estudante

O Mar é ecossistema

---

Nome: Fabio

Cidade: São Paulo (SP)      Profissão: estudante

O Mar é natureza

---

Nome: Aline

Cidade: Florianópolis      Profissão: estudante

Mar é água em excesso.

